



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) – CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MANOEL DOS SANTOS FILHO

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE  
CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - ILHA DE  
BOM JESUS DOS PASSOS/SALVADOR/BA**

Salvador  
2024

MANOEL DOS SANTOS FILHO

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS/SALVADOR/BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Antônio Dias Nascimento  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Maria Hetkowski

Salvador  
2024

FICHA CATALOGRÁFICA  
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I  
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

S237a Santos Filho, Manoel dos

Alimentação escolar e agricultura familiar: um estudo de caso na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães – Ilha de Bom Jesus dos Passos / Salvador-BA / Manoel dos Santos Filho .- Salvador, 2024.

151 f. : il.

Orientador: Antônio Dias Nascimento.

Coorientador: Tânia Maria Hetkowski

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I. 2024.

Contém referências, apêndice e anexos.

1. Alimentação escolar – Bom Jesus dos Passos, Ilha (Salvador, BA). 2. Merenda escolar – Bom Jesus dos Passos, Ilha (Salvador, BA). 3. Agricultura familiar – Bom Jesus dos Passos, Ilha (Salvador, BA). 4. Educação alimentar e nutricional. 5. Hábitos alimentares – Bom Jesus dos Passos, Ilha (Salvador, BA). 6. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 7. Política Nacional de Educação. I. Nascimento, Antônio Dias. II. Hetkowski, Tânia Maria. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. IV. Título.

CDD: 371.716098142

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - SALVADOR/BA

**MANOEL DOS SANTOS FILHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, em 19 de junho de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Sociologia  
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra



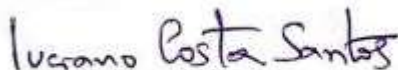
**Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Documento assinado digitalmente



TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA  
Data: 17/10/2024 14:34:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Profa. Dra. Tereza Cristina de Oliveira e Oliveira**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Doutorado em Recursos Naturales y Gestión Sostenible  
Universidad de Córdoba - Espanha, UCO, Espanha



**Prof. Dr. Luciano Costa Santos**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Filosofia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho, fundamentalmente, a Deus e às forças da Natureza, por me tornar tendente a me aperfeiçoar a cada dia, dando-me paciência e esperança por dias melhores... Às minhas irmãs e irmãos: Ilza, Isis, Itamar, Irlene, Fernando e “Edilson (in memoriam)”.*

*Vocês iluminam e refletem esperanças às minhas buscas... À minha mãe, D. Florzinha (in memoriam) e ao meu pai, Mestre Liu (in memoriam), que mesmo tendo frequentado tão pouco uma escola, souberam ser letrados diante dos desafios impostos pela vida, para me dar o suporte básico aos meus desafios. A Seu Oliveira (in memoriam), que me proporcionou e me incentivou a encontrar régua e compasso na busca de conhecimentos, realizações e vidas. A José Alberto Vilela, pois, desde o limiar das minhas experiências com a arte, acreditou no meu enxergar no potencial da vida, suas apropriações e inspirações. Vocês renovam minhas forças para seguir em frente, dão diversos sabores à minha vida, e me deram o alicerce e estrutura do encanto pela vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, essencialmente, a Deus pelo dom e graça da vida, energia e pelos benefícios concedidos para concluir esse trabalho. Considerando minhas fraquezas, concedeu-me a graça de finalizar este trabalho, em meio a tantos percalços e mudanças no roteiro da minha vida.

De forma muito simbólica e emblemática, agradeço aos meus sobrinhos, Lucas e Nanda, pela parceria incondicional e por compreenderem as minhas demandas nesses anos de dedicação em prol da realização deste projeto tão importante na minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Eles sabem do meu interesse e amor profundo pela busca incessante de conhecimentos. Afinal, esse projeto começou e manteve a sua força, também, por meio deles, com suas generosas contribuições e constantes entusiasmos criadores.

Ao meu querido amigo Diego Brandão, por não me deixar à deriva, com seus compartilhamentos e enftretamento das tempestades e percalços, desde o nascer e origem mais remota desse sonho e projeto. A Franklin, meu colega, amigo e “Xu”, quantos incentivos e afagos nas nossas bancadas temperadas de carinhos...Obrigado!

À Dra. Priscila, minha terapeuta...Quantas agonias e progressões nesses processos de buscas e encontros. Obrigado!

Aos meus amigos: Paulo, por abrandar meus tensos momentos com sua serenidade silenciosa, Jener e Rita, que nos meus dias de lamentos, porém, com o progresso desse caminhar, deram-me o suporte para ouvir, que foi necessário acreditar no potencial de criação e me fizeram impulsionar meus projetos de pesquisas e buscas pelo conhecimento.

Às(aos) colegas da Justiça Federal, em especial, a Flávia, pela compreensão, afagos e carinho, que me incentivaram a trilhar essa etapa, acreditando que seria possível, a Cila, pelas palavras de ânimo e conforto.

A todos meus familiares, amigos e, de maneira especial, às companheiras e companheiros de luta, equipe, e colegas do PPGEDDEC-UNEB, Eliezer, Fernando, Kátia, Marta, Mcheline, Ozeny, “especialmente, a Eliene”, sempre me apoiando, no “Vamos que conseguiremos”. Pelos compartilhamentos das alegrias, agonias e oportunidades de trocas de conhecimentos, e pela generosidade, coleguismo, desprendimento costumeiros e afagos necessários, nessa caminhada.

À minha madrinha, Agolinda Passos, carinhosamente chamada de professora “Gogó”, fundadora e primeira Diretora desta Unidade Escolar em estudo, pela inspiração e afagos a mim dedicados. Pelas conversas transmissoras de conhecimentos, neste contexto de cultura e essência de generosidade humana que traduziu esta e nesta obra.

Ao Professor Antônio Dias, meu querido orientador, que me incentivou e apontou, no primeiro momento, um norte. Pude também me apoiar na minha coorientadora, Professora Tânia Maria Hetkowski, que assumiu e cumpriu seu papel com entusiasmo, dedicação, e por que não dizer, muito carinho. Sei que sem seus direcionamentos, o meu caminhar seria ainda mais difícil. Assim, rendo a minha sincera gratidão, admiração e agradecimentos.

Ao grupo da UNILAB – São Francisco do Conde/BA, servidores e servidoras, professores, meus alunos e alunas, nos contatos de trocas de experimentações e conhecimentos trocados. Em especial, ao Professor Acosta Leyva, que me adotou nessa caminhada, com sensibilidade, abraçando esse trabalho e me dando oportunidades para o exercício da docência com o suporte mágico e segurança.

À equipe gestora da Unidade Escolar Dr. Antônio Carlos Magalhães, que foi o *lócus* desta pesquisa: à Diretora e a todos os participantes deste estudo, à Nutricionista, ao Nutricionista e às Merendeiras, aos pais e responsáveis pelos(as) alunos e alunas, que permitiram graciosamente a participação desses(as) discentes e, por fim, mas não menos importante, às alunas e alunos, principais interessados e abordados neste processo de investigação do conhecimento. A todos, cuja generosidade em compartilhar suas experiências foi fundamental para enriquecer este estudo.

Ao corpo docente e aos demais servidores da UNEB, especialmente, Sônia, Aline, Fernando, Maura e Meremar, pela presteza e carinho dispensados, e ao Coordenador Geral do PPGEDUC, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Emanuel Rosário, pelos entendimentos e suportes necessários desta empreitada.

À Comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos, pelo acolhimento e disponibilidades para tornar meu entender facilitado e agregador para esta pesquisa. O Campo das minhas vivências de infância e experiências de vida familiar, com entendimentos e re-aproximações dessa cultura tão vasta e enriquecedora. Muito obrigado, Bomja!

A Paulinho e Branca, que chegaram imprimindo esforços e energias nas composições deste trabalho. Vocês agregam as alegrias e cultura da Ilha de Bom Jesus dos Passos.

À Ilha do Paty, que me abrigou nesse período de buscas e compreensões de vidas. Agradeço pela imersão de sentimentos e construções de amizades, que me proporcionaram ter na vida olhares simples e grandiosos para as belezas e encantos dessa Baía de Todos os Santos, na imensidão ímpar e mergulhos em diversos aspectos. Grato aos meus amigos e amigas desta comunidade Quilombola!

Ao grupo de pesquisa EDUCAÇÃO DO CAMPO - UNEB/GT GESTÃO, meus sinceros agradecimentos pelos compartilhamentos e interação de conhecimentos, que muito contribuiu e continuará colaborando para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

A Carina dos Santos, que desde cedo, e no limiar deste projeto me deu o apoio para a escrita deste sonho, e a Danila Vasconcelos, com seu carinho fincado na estrutura de ajustes e acertos me impulsionou, objetivando a tranquilidade na reta final desse caminho.

Por fim, como não ando só, a concretização deste trabalho contou com a participação e o apoio direto e indireto de diversas pessoas, numa ampla rede de companheiras e companheiros. Sei que cheguei aqui, porque tive o apoio de todas e todos vocês. Gratidão!

*“Quando entrar setembro, e a boa nova andar nos campos. Quero ver brotar o perdão, onde a gente plantou juntos outra vez. Já sonhamos juntos, semeando as canções no vento. Quero ver crescer nossa voz. Já choramos muito, muitos se perderam no caminho. Mesmo assim, não custa inventar uma nova canção que venha nos trazer Sol de primavera. Abre as janelas do meu peito. A lição sabemos de cor, só nos resta aprender.”*

*Beto Guedes, 1979.*

SANTOS FILHO, Manoel dos. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar**: um estudo de caso na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães – Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador-BA. Orientador: Antônio Dias Nascimento e Coorientadora: Tânia Maria Hetkowski. 2024. 152 fls. Dissertação (Mestrado) Educação e Contemporaneidade, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

## RESUMO

A presente dissertação buscou investigar como a inserção dos produtos da Agricultura Familiar introduzidos na Alimentação Escolar pode fortalecer a Cultura Alimentar local, junto aos discentes da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, da comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA. Assim, a Agricultura Familiar é concebida como constructo teórico e ferramenta para o enfrentamento das desigualdades sociais, potencializando a economia solidária e alimentação saudável, em vários aspectos, nas escolas das redes públicas. Esta perspectiva tem como base o entendimento da importância da Agricultura Familiar na composição da Alimentação Escolar, sua representatividade e herança sociocultural nas comunidades, nas quais o alimento escolar pode proporcionar ao estudante da rede de ensino público essa afinidade, cumplicidade e entrosamento cultural. A sua metodologia expressa uma pesquisa quali-quantitativa. Em relação ao objetivo, a mencionada pesquisa é descritiva e exploratória, qualificada e caracterizada no estudo de caso, apropriando-se da utilização da coleta de dados, e executada por intermédio de observações *in loco*. Para tanto, procedemos à aplicação de entrevistas e questionários, com consulta a documentos, bem como observações no ambiente pesquisado. Neste processo, a partir dos parâmetros estabelecidos pela norma vigente, buscamos investigar como se efetiva a incorporação dos produtos da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da escola em comento, bem como examinar as dimensões das políticas públicas de Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local. Em seguida, e a partir da análise dos dados coletados, concluímos que os produtos adquiridos da Agricultura Familiar, que compõem o cardápio da Alimentação Escolar desse estabelecimento de ensino pesquisado, associados às práticas da Cultura Alimentar e a Alimentação Escolar servida nesta escola, proporcionam benefícios a essa comunidade estudantil. Os resultados obtidos nesta pesquisa comungam e se coadunam com o referencial teórico aqui traçado e exibido. Ressalte-se que, o presente estudo não pretendeu ter o condão de esgotar o debate sobre a temática traçada, mas, principalmente e sobretudo, contribuir com diversos e novos elementos, buscando e perseguindo abordagens distintas sobre o tema aqui tratado. Como a discussão sobre a temática é extensa e complexa, novos e mais estudos são indispensáveis para adquirir, buscar e alcançar outros elementos e dados que fortaleçam e enriqueçam as propostas de estudo e discussão, no que tange ao tema aqui evidenciado, sobre o qual, ainda, há muito o que dizer.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; Cultura Alimentar; PNAE; Políticas Públicas Educacionais.

## RESUMEN

La presente disertación buscó investigar cómo la inserción de productos de la Agricultura Familiar introducidos en la Alimentación Escolar puede fortalecer la Cultura Alimentaria local, con los alumnos de la Escuela Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, de la comunidad de Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA. Así, la Agricultura Familiar se concibe como un constructo teórico y una herramienta para enfrentar las desigualdades sociales, potenciar la economía solidaria y la alimentación saludable, en diversos aspectos, en las escuelas públicas. Esta perspectiva se basa en la comprensión de la importancia de la Agricultura Familiar en la composición de la Alimentación Escolar, su representatividad y patrimonio sociocultural en las comunidades, en las que la alimentación escolar puede proporcionar al estudiante de la red de escuelas públicas esta afinidad, complicitad y mestizaje cultural. Su metodología expresa una investigación cualitativa-cuantitativa. En relación con el objetivo, la investigación mencionada es descriptiva y exploratoria, calificada y caracterizada en el estudio de caso, apropiándose del uso de la recolección de datos, y ejecutada a través de la observación in situ. Para ello, se aplicaron entrevistas y cuestionarios, con consulta de documentos, así como observaciones en el entorno investigado. En este proceso, a partir de los parámetros establecidos por la norma vigente, se busca indagar cómo se lleva a cabo la incorporación de productos de la Agricultura Familiar en la Alimentación Escolar de los estudiantes de la escuela en cuestión, así como examinar las dimensiones de las políticas públicas de Agricultura Familiar y la Cultura Alimentaria local. Luego, y a partir del análisis de los datos recolectados, se concluye que los productos adquiridos de la Agricultura Familiar, que conforman el menú de alimentación escolar de este establecimiento educativo investigado, asociados a las prácticas de Cultura Alimentaria y a la Alimentación escolar que se atiende en esta escuela, brindan beneficios a esta comunidad estudiantil. Los resultados obtenidos en esta investigación están en línea con el marco teórico aquí esbozado y expuesto. Cabe destacar que el presente estudio no pretendió agotar el debate sobre el tema esbozado, sino, principalmente y sobre todo, aportar varios y nuevos elementos, buscando y persiguiendo diferentes enfoques sobre el tema aquí abordado. Dado que la discusión sobre el tema es extensa y compleja, nuevos y más estudios son indispensables para adquirir, buscar y llegar a otros elementos y datos que fortalezcan y enriquezcan las propuestas de estudio y discusión, en lo que respecta al tema aquí evidenciado, sobre el cual aún hay mucho por decir.

**Palabras clave:** Agricultura Familiar; Alimentación Escolar; Cultura Alimentaria; PNAE; Políticas Públicas Educativas.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa do Estado da Bahia – Censo demográfico – população Salvador (IBGE 2022).....	75
<b>Figura 2</b>	Mapa da Baía de Todos os Santos - localização da Ilha de Bom Jesus dos Passos.....	76
<b>Figura 3</b>	Fachada aérea e ponte/atracadouro - acesso principal da Ilha de Bom Jesus dos Passos.....	76
<b>Figura 4</b>	Mapa e vista aérea da Ilha de Bom Jesus dos Passos - caracterização de pontos turísticos.....	82
<b>Figura 5</b>	Mapa da Ilha de Bom Jesus dos Passos - inserção entre as Ilhas de Madre de Deus, dos Frades e Ilha das Vacas/localização da Escola Dr. Antônio Carlos Magalhães.....	83
<b>Figura 6</b>	Igreja de Senhor do Bom Jesus dos Passos.....	83
<b>Figura 7</b>	Fachada da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães.....	84
<b>Figura 8</b>	Comidas locais preferidas dos alunos/alunas.....	101

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Opinião dos discentes sobre a Alimentação oferecida na Unidade escolar.....	96
<b>Gráfico 2</b>	Opinião dos discentes sobre a saudabilidade da alimentação oferecida na Unidade escolar....	97
<b>Gráfico 3</b>	Atuação dos pais e/ou responsáveis pelos(as) discentes da Unidade escolar.....	98
<b>Gráfico 4</b>	Conhecimento dos discentes sobre Agricultura Familiar.....	99
<b>Gráfico 5</b>	Relação entre Agricultura Familiar, comida local e Alimentação da Unidade escolar.....	100
<b>Gráfico 6</b>	Tipo de Alimentação preferida dos discentes.....	100
<b>Gráfico 7</b>	Oferta da comida local na Alimentação na Unidade escolar.....	102
<b>Gráfico 8</b>	Alteração na oferta da Alimentação na Unidade escolar.....	103
<b>Gráfico 9</b>	Conhecimento sobre a oferta de produtos da Agricultura Familiar na Alimentação na Unidade escolar.....	103
<b>Gráfico 10</b>	Estímulo às atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local da comunidade.....	104
<b>Gráfico 11</b>	Suporte para atender à Alimentação dos discentes na Unidade Escolar.....	106
<b>Gráfico 12</b>	Atendimento da demanda em quantidade e qualidade.....	107
<b>Gráfico 13</b>	Origem dos alimentos fornecidos pela Secretaria de Educação.....	108
<b>Gráfico 14</b>	Origem dos produtos da Agricultura Familiar.....	109
<b>Gráfico 15</b>	Relação Cultura Alimentar local x Alimentação na Unidade escolar.....	110
<b>Gráfico 16</b>	Tipo de comida no cardápio proposto.....	111
<b>Gráfico 17</b>	Tipo de comida oferecida em eventos na Unidade Escolar.....	112

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Etapas da pesquisa.....	66
<b>Quadro 2</b>	Mostra de algumas perguntas dos questionários e entrevistas aplicados à gestora, nutricionista e merendeiras, relacionados às categorias analíticas.....	71
<b>Quadro 3</b>	Mostra de algumas perguntas dos questionários aplicados aos Alunos e Alunas às categorias analíticas.....	72
<b>Quadro 4</b>	Perfil dos participantes da equipe gestora e administrativa.....	87
<b>Quadro 5</b>	Perfil dos alunos e alunas participantes da pesquisa.....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BA</b>	Bahia
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>COVID19</b>	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
<b>DHAA</b>	Direito Humano à Alimentação Adequada
<b>FAUFBA</b>	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério de Educação e Cultura
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PPGEDUC</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>GRE</b>	Gerência Regional de Educação
<b>SEC</b>	Secretaria de Educação
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>UNEB/CEP</b>	Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	Justificativa.....	25
1.2	Objetivos.....	26
1.2.1	Objetivo Geral.....	26
1.2.2	Objetivos Específicos .....	26
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>27</b>
2.1	Segurança alimentar e nutricional e o PNAE .....	29
2.2	Agricultura Familiar no prato da Alimentação Escolar: o alimento que a terra produz.....	36
2.3	Cultura Alimentar: um prato fértil.....	38
2.4	Alimentação Escolar e o PNAE: O prato que alimenta a Educação.....	43
2.5	Os Movimentos Sociais como instrumento de mudanças .....	49
2.5.1	Agricultura Familiar e o MST .....	52
2.5.2	Agricultura Familiar e o MPA: Luta por direitos, Terra e Soberania Alimentar.....	57
2.5.3	Agricultura Familiar: a essência que germina, enraíza e prolifera .....	59
2.5.4	Agricultura Familiar e economia solidária .....	61
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>66</b>
3.1	Instrumentos de produção de dados.....	68
3.2	Análise e interpretação dos dados .....	73
3.3	Lócus da pesquisa .....	73
3.4	Passos da pesquisa .....	85
3.5	Sujeitos da pesquisa.....	86
3.5.1	Perfil e falas da equipe gestora: Diretora/Gestora, nutricionistas e merendeiras.....	86
3.5.2	Perfil e falas dos alunos e alunas .....	95
<b>4</b>	<b>DO CAMPO E DO MAR PARA A MESA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS – SALVADOR/BA.....</b>	<b>105</b>
4.1	Entrevistas e Aplicação de Questionários .....	105
<b>5</b>	<b>REFLEXÕES .....</b>	<b>113</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>137</b>
	<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>139</b>
	<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>141</b>
	<b>APÊNDICE E .....</b>	<b>144</b>
	<b>APÊNDICE F.....</b>	<b>146</b>
	<b>ANEXO A.....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO B.....</b>	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo vincula-se à linha de pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), Mestrado Acadêmico da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus I - Salvador – BA, e propõe trazer à discussão os desafios da política pública educacional combinada à garantia estabelecida pela legislação da Alimentação Escolar, associada ao Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), saudável em vários aspectos, com produtos provenientes da Agricultura Familiar e associada à Cultura Alimentar local. Para isso, estabeleceu-se como objetivo, investigar a utilização dos produtos adquiridos da Agricultura Familiar para composição da Alimentação Escolar da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães – Salvador/BA, na busca do entendimento de aspectos saudáveis e culturais desse cardápio servido aos (às) discentes deste estabelecimento de ensino municipal, fundamental II, seus benefícios sociais advindos da conexão entre a Agricultura Familiar e a Alimentação Escolar, a partir da experiência da Cultura Alimentar da comunidade da escola em questão.

A gênese e o interesse em compreender os processos desse enlace da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local justificam-se em três esferas ou dimensões, quais sejam: na pessoal, que se confunde com a acadêmica, pela identificação e afinidade com a temática estudada, pois a gastronomia e seus processos atrelados à Cultura Alimentar são estimulantes e desafiadores para entender esses processos dinâmicos que envolvem a Alimentação Escolar; na dimensão social, entendemos esta pesquisa como proposta de cooperação nos procedimentos de entrosamento com a realidade social que nos rodeia, pois a pesquisa científica deve possuir a função social de colaboração com o avanço do conhecimento e, muitas vezes, em detrimento dos interesses pessoais. Assim, neste estudo, acreditamos que a função social seja de auxílio, colaboração e construção de conhecimentos relacionados à temática em epígrafe, com apropriações desses conhecimentos para essa unidade escolar e a Comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador - BA.

Por isso, a proposta de estudo para investigar como se efetiva a incorporação dos produtos adquiridos, provenientes da Agricultura Familiar, para compor os cardápios dos alunos e alunas dessa escola municipal nessa comunidade, e compreender como esse processo pode fortalecer a Cultura Alimentar local, e junto a esses sujeitos, não se torna afastada da minha realidade, pois se trata de temática que venho construindo afinidades e movimentos há muito tempo, nas minhas atuações profissionais, que seguem contribuindo para que

conjecturemos a materialização das políticas públicas educacionais incorporadas neste ambiente escolar e socialmente comunitário.

O estudo em tela ratifica um dos objetivos do PPGEDUC/UNEB, pois, em certa medida, a pesquisa visa contribuir para a elevação da competência científica em uma escola da rede de ensino básico, fortalecendo os contextos sociais e comunitários de aprendizagem, do desenvolvimento sustentável e social da comunidade (Ilha de Bom Jesus dos Passos/BA), em seu entorno social. Busca colaborar com a linha de pesquisa (LPq) 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, visto que a proposta estuda a relação: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável da Alimentação Escolar, como constructo teórico e como ferramenta para o enfrentamento das desigualdades sociais, tendo como base o entendimento da importância da Agricultura Familiar na composição da Alimentação Escolar, sua representatividade e herança sociocultural nas comunidades, nas quais o alimento escolar pode proporcionar ao estudante da rede de ensino público essa afinidade com a Cultura Alimentar local.

Ademais, a pesquisa em voga é relevante para o incremento científico, sobretudo no que diz respeito às questões da gestão da Alimentação Escolar, cultura, Agricultura Familiar, suas interfaces, e aos impactos nos processos de ensino e aprendizagem, relacionados ao entendimento da Cultura Alimentar local dos educandos da rede pública na escola estudada. Vislumbrar possibilidades e desafios que possibilitarão à comunidade dessa escola apropriar-se de valores da conexão entre a Alimentação Escolar e Agricultura Familiar. Mutim (2007) aponta-nos que a educação se apoia nos processos educacionais desenvolvidos nas escolas ou fora delas, e necessita ser articulada para gerar espaços de formação, com fundamental importância na gestão do saber, com a transformação de mentalidades para o exercício pleno da cidadania na gestão compartilhada do desenvolvimento local sustentável e social dessa comunidade, seu entorno e relação com a Educação, para fortalecer os contextos sociais e comunitários de aprendizagem.

Neste processo, o autor destaca que, para efetivação da educação ambiental, faz-se necessária a união e integração de diversos agentes e atores de transformação e integração social, como a igreja, a escola, sindicatos, a comunidade e os movimentos sociais, uma vez que compartilha que “a educação ambiental como articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais é parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e à gestão de sociedades sustentáveis” (Mutim, 2007, p. 115). Nesse viés, a educação e seus processos educativos desenvolvidos nas escolas, ou fora delas, é de

fundamental importância na gestão do saber para a transformação e o exercício pleno da cidadania e compartilhamento do Desenvolvimento Local Sustentável.

A fim de tratar da temática em questão, partimos da seguinte pergunta norteadora: a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA? E para isso, investigamos e buscamos referenciais teóricos que tratam das seguintes questões: Alimentação Escolar, Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar, além de buscas de leituras de documentos que abordam a legislação sobre o tema e documentos da Escola que direcionam o assunto em tela. Nesse sentido, recorreremos a Leis e teóricos que estudam sobre a temática, tais como, a Lei nº 11.947/2009; Mutim (2007); Hofling (2001); Gohn (2012); Hoffmann (2019); Oliveira (2023), entre outras e outros.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, definimos trabalhar a abordagem qualitativa, vez que nos proporciona a competência e a capacidade para elaborar e questionar sobre assuntos e comportamentos, e poder ajustar o método de estudo escolhido a atender aos objetivos traçados. A abordagem qualitativa tem seu foco em apreender aspectos mais subjetivos, como ideias e pontos de vistas e até comportamentos, pois não mensura os fenômenos apenas por meio de dados e números coletados e obtidos através de questionários, porém focaliza os aspectos mais subjetivos de fenômenos sociais e de comportamento humano. A objetivação é buscar entender a forma mais direta e intensa à temática a ser pesquisada, além do que se pensa a respeito do tema aqui evidenciado. Lançamos mão, também, da abordagem quantitativa, pois, neste processo, torna-se possível quantificar as respostas dos(as) entrevistados(as) para se obter dados que contestarão ou confirmarão as hipóteses traçadas inicialmente. Por isso, trata-se, portanto, de uma pesquisa com abordagem qualiquantitativa.

Neste caminho, procuramos ampliar as informações e conhecimentos a respeito do tema aqui tratado. Elegemos a técnica de pesquisa de coleta de dados, por intermédio de aplicação de questionários, entrevistas e observações no local e seu entorno. Os sujeitos da pesquisa foram a equipe gestora, a diretora, 2 (dois) nutricionistas e 2 (duas) merendeiras e o corpo discentes das turmas de 6º ao 9º ano, sendo 3 (três) turmas no turno da manhã e 3 (três) turmas à tarde, escolhidos 2 (dois/duas) alunos(as) por turma, totalizando 12 (doze) alunos(as) da comunidade escolar da escola em comento, contemplando representantes desses segmentos que compõem esta Unidade Escolar, formando, ao todo, 17 (dezesete) entrevistados(as).

Vale ressaltar que, inicialmente, por meio de uma conversa com a Direção da escola, foi apresentada a proposta de estudo com demonstração do tema aqui tratado. Buscamos estabelecer alguns critérios na escolha desses sujeitos a saber: Diretora, por possuir o conhecimento da gestão da escola, 2 (dois) nutricionistas da Rede de Ensino Municipal, por questões de afinidade com o tema, servidores(as) que atuam na área da cozinha escolar naquele período pesquisado (merendeiras) e ingressos do período pesquisado (alunos e alunas), 1 (um) aluno e 1 (uma) aluna por turma. Por meio de rodas de conversas, juntamente com a equipe gestora e os alunos dessa unidade escolar, para fins de apresentar a proposta de estudo e o tema, expusemos as justificativas e objetivos desta pesquisa. Traçada a trajetória do estudo e explicações acerca da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar, também, por meio de rodas de conversas com esses sujeitos que atuam na unidade pesquisada, ficaram esclarecidos os pontos necessários à aceitação da proposta de pesquisa apresentada, e foram demonstrados pelos eleitos a participarem desta pesquisa interesse e colaboração para o curso deste estudo.

Estudos com o desenho metodológico idêntico já foram feitos por mestrandos(as) e doutorandos(as) de outras instituições, porém cada um com sua abordagem. Nessa pesquisa o recorte será dado em uma escola do Sistema Municipal de Educação de Salvador/BA, que apresenta as peculiaridades da Cultura Alimentar da comida “baiana de azeite” e do Recôncavo baiano, com especificidades nos pescados e mariscos. A opção por esta escola se deu a partir de critérios pessoais e afinidades com a localidade e comunidade, vez que sou “filho da terra”.

Nesse contexto, entende-se que a Alimentação Escolar, disciplinada pela Lei nº 11.947/2009, inclui a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar (Brasil, 2009a). De tal modo, os municípios passam a elaborar planos e projetos governamentais até chegarem aos espaços escolares. Deve-se considerar a complexidade dessas ações, uma vez que muitos são os atores envolvidos como, por exemplo, as equipes de nutricionistas (da rede municipal), as merendeiras das unidades escolares e os próprios alunos que, no estudo em questão, refletiu na Escola Dr. Antônio Carlos Magalhães na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

Considerando a importância das políticas públicas e seu alcance, e por atingirem a todos os cidadãos, sem escolha de raça, cor, sexo, religião, e, independentemente de escolaridade ou nível social, faz-se necessária a compreensão das relações que constituem a ideia de Estado e sua afinidade com a política pública e, neste caso, a política pública educacional: a Alimentação Escolar, que foi criada e estabelecida pelo Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) e se configura como uma das políticas públicas mais antigas do país, criada em 1955, como a “Campanha da Merenda Escolar” (Brasil, 1955). Para se designar mecanismos que analisem, monitorem e avaliem as políticas sociais implementadas pelo poder público, requer que se considerem os fatores de diferentes naturezas e determinações, como as de educação, saúde, previdência, habitação e outras, vez que, os fatores utilizados para confirmação e comprovação do sucesso ou fracasso são diversos e complexos, pois exigem conhecimento e grandes esforços.

É clara a importância da alimentação para o desenvolvimento da vida com atributos de qualidade, principalmente na infância e adolescência, pois são nessas fases que podem se estabelecer hábitos adequados e saudáveis. Segundo Pereira (2003) os espaços de produção e aplicação de saberes destinados ao desenvolvimento humano estão diretamente ligados à educação e saúde humana. A criança e o(a) adolescente tornam-se sujeitos autônomos, que podem direcionar suas escolhas alimentares, com seus hábitos de forma saudável e combinada com suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais, que neste processo, é importante despertar no indivíduo o interesse pela alteração de seus hábitos alimentares, levando em consideração suas crenças, cultura e costumes.

Nesse pensar, a questão norteadora que nos inquieta nessa investigação é: Em atenção aos ditames estabelecidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA? A inquietude a esta questão move a pesquisa<sup>1</sup>, como dito anteriormente, que permite configurar o objetivo geral de investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola em questão, a partir dos parâmetros estabelecidos pelas normas vigentes, que versam sobre o tema aqui tratado e dimensões da Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local. Para configurar a articulação com esse objetivo geral, organizamos e elaboramos os seguintes objetivos específicos: a) analisar a inclusão dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar nos cardápios da Escola em questão; b) descrever como ocorre o processo de recebimento/aquisição, nessa Escola, dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar; c) identificar os avanços e desafios das compras institucionais da Agricultura Familiar para essa Escola; e, por fim, d) compreender como a Agricultura Familiar pode fortalecer a Cultura Alimentar local, à compreensão da tríade: Agricultura Familiar,

---

<sup>1</sup> A pesquisa apresentada nesta dissertação foi aprovada pelo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNEB, n.º 69696423.0.0000.0057, datado de 19 de junho de 2023.

Alimentação Escolar e Cultura Alimentar, junto aos sujeitos dessa Unidade Escolar Municipal da comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

Com essa perspectiva, é importante que se discuta a Alimentação escolar e o seu espaço de qualidade em diversos aspectos, o fortalecimento da Cultura Alimentar local e a funcionalidade do processo que permita o(a) educando(a) experimentar, assimilar, apropriar, saborear as vivências e reflexões acerca de uma alimentação rica em vários aspectos, e proporcionados na unidade escolar. Tenha por objetivo cooperar para o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis, por intermédio de ações de educação alimentar e nutricional e, durante o período letivo, tenham-se ofertas de refeições que garantam as suas necessidades, inicialmente, nutricionais básicas.

O *locus* da pesquisa se estabeleceu na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, situada na Ilha de Bom Jesus dos Passos, bairro de Salvador/BA, que segundo o site da Secretaria de Educação da Prefeitura de Salvador - SEC (Salvador, 2023), a Unidade escolar em comento agrega 6 (seis) turmas do Ensino Fundamental II, compondo as séries do 6º ao 9º ano, assim dispostas: Ensino Fundamental II: 6º ano (matutino), 7º ano (matutino), 8º (matutino e vespertino) e 9º (matutino e vespertino). Ofertadas aulas aos habitantes das Ilhas de Bom Jesus dos Passos e dos Frades, especificamente, à comunidade de Paramana, bairros periféricos de Salvador/BA. Neste exercício (2024), de acordo com a informação prestada pela Diretora da Unidade Escolar, obedecendo à demanda, a escola comporta turmas do 7º ano no matutino e vespertino e o 9º ano, somente no turno vespertino. Na sua estrutura, segundo o sítio eletrônico acima referenciado, a Escola em apreço possui pátio coberto, sala de professor, cozinha, banheiro para os funcionários e banheiro e vestiário com chuveiro, sala da Diretoria, banheiro, dispensa, área verde e sala da Secretaria.

O caminhar metodológico do estudo aqui percorrido abarcou as etapas: inicialmente, com discussão teórica acerca dos principais conceitos que embasaram a pesquisa, análise da legislação que disserta sobre a Alimentação Escolar e documentação afeta à história da escola em comento, contato com a gestão desta unidade escolar para acessibilidade aos documentos que compõem seu histórico de concretização como estabelecimento de ensino, e para a consolidação da pesquisa, a fim de explicar os objetivos do estudo e aplicação dos instrumentos investigativos: entrevistas, questionários e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para os(as) alunos(as), além de aplicação dos mecanismos mencionados, a ciência e a autorização dos seus pais ou responsáveis. Por fim, a análise e tabulação dos dados.

Os procedimentos para coleta e análise dos dados recrutados envolveram aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionadas ao corpo administrativo: Gestor(a), à(ao) Nutricionista(s), à(s) Merendeira(s), responsáveis pela Alimentação Escolar dessa unidade escolar e aos(às) seus(suas) discentes, na tentativa de se verificar como a Agricultura Familiar fortalece a Cultura local e vice-versa, e conseqüentemente, a agricultura da região.

Cumprir registrar que, em 19/06/2023, este estudo foi avaliado e recepcionado pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/CEP), sob o número 69696423.0.0000.0057.

Nesse cenário, foi iniciada a coleta de dados da pesquisa de campo, pois a sua aprovação pelo Conselho de Ética assegurou a validade acadêmica deste estudo, como forma de proteger o entrevistado e resguardar os participantes das pesquisas que, caso se sentissem prejudicados(as) ou lesados(as), subsidiar-se-iam com a orientação do CEP respectivo, na possibilidade de buscas de soluções para o(s) pesquisador(es), orientador(es) e o próprio CEP responderem a eventuais danos, como preceituam as normas reunidas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que trata de pesquisas em seres humanos (Brasil, 2012).

Assim, em atenção aos objetivos desta pesquisa, estruturamos essa dissertação com o seguinte formato: Introdução, cinco seções e as considerações finais. Na introdução, problematizamos o objeto de pesquisa, a sua relevância tanto para a comunidade e sociedade, como para o pessoal; o problema norteador, o objetivo geral e os específicos. Na seção 2 e fundamentação teórica, buscamos entender sobre a Alimentação Escolar, as Políticas Públicas, e as ações que devem ser abarcadas pelo poder público para afiançar verificadas demandas da sociedade, como o tema propõe, evidenciando a comida como elemento transmissor de comportamentos e diversidades e as relações da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local. Em seguida, propomos a discussão acerca da Cultura Alimentar propriamente dita, da comida e Cultura Alimentar como elementos que carregam diversidades de comportamentos e se mantêm por meio de transmissões.

A Segurança Alimentar e Nutricional e o PNAE, no subtítulo 2.1, despontam neste texto e são evidenciados pelo direito à alimentação assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988). No que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional, que vai além da capacidade de se produzir alimentos, direciona que a segurança alimentar está diretamente ligada à qualidade dos alimentos e à sua sanidade; aos hábitos culturais e à Cultura Alimentar. A exposição e evidência da soberania alimentar aparecem atreladas à diversificação das culturas alimentares, com integração entre Agricultura Familiar, natureza, equilíbrio

ecológico e suas objetivações de promoções de práticas sustentáveis aliadas à Agricultura Familiar; e, por fim, à sustentabilidade desse sistema de alimentação. Em continuidade, abordamos os referenciais legais que disciplinam a Alimentação Escolar. Adentramos na discussão da Agricultura Familiar no prato da Alimentação Escolar: O alimento que a terra produz, evidenciando o advento da edição da Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009a), que implementou a regulamentação da Alimentação Escolar e passou a garantir produtos orgânicos e mais saudáveis para os pratos dos refeitórios escolares, determinando, em suas diretrizes, garantia na utilização de produtos mais saudáveis, e impondo que, no mínimo 30% (trinta por cento), os recursos destinados às compras públicas direcionadas à Alimentação Escolar sejam comprometidos com os produtos oriundos da Agricultura Familiar. A comida por ser elemento que transporta diversidades de comportamentos e ser um prato fértil na Cultura Alimentar.

Nessa sequência, e seguindo o subtítulo 2.4, abordamos a Alimentação Escolar e o PNAE: O prato que alimenta a Educação. Dispomos acerca da importância desse Programa Nacional de Alimentação Escolar, que estabelece e orienta os caminhos da Alimentação Escolar como uma das políticas públicas mais antigas do país, pontuando seus desafios. Inicialmente era chamada de “merenda escola” e configurou-se como um programa centralizado, com oferta de produtos, na sua maioria, industrializados, “enlatados”, pouco nutritivos, não possibilitava inventividade para a preparação de cardápios criativos, atrativos e saudáveis. Em contraponto, o PNAE possui características de programa abrangente de Alimentação Escolar que colabora efetivamente como estratégia para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os movimentos sociais e sua relevância despontam no subtítulo 2.5, traduzindo o sentimento de como revelam e representam este país, por configurarem instrumentos de mudanças. A participação ativa desses movimentos de vida em sociedade, evidenciando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seu destaque e legitimidade social a assegurar direitos e democratização de acesso à terra no Brasil.

Conectada a este sentido, a Agricultura Familiar desempenha o papel basilar na função de produção sustentável de alimentos neste Brasil, com sua relação direta e afinidades com o MST, agencia a produção familiar com implementação de práticas agroecológicas, ambientais e sustentáveis. Cabendo assinalar o protagonismo que a Agricultura Familiar deveria despontar e se fortificar, frente ao agronegócio, com o sistema que empurra veneno para o prato das famílias, crianças e adolescentes nas unidades escolares. De igual manifestações e mobilidade social, revelamos, nesta pesquisa, um panorama do Movimento dos Pequenos

Agricultores – MPA no Brasil e na Bahia. Movimento camponês de caráter popular, de massa, autônomo e de luta permanente, que corrobora neste mesmo sentir, com ações por direitos associados à terra e pela soberania alimentar. Em seguida, discutimos sobre a Agricultura Familiar, evidenciada na Economia Solidária, e nesse caminho, dissertamos e pontuamos sobre a força e o diferencial com que este movimento se situa em torno da ideia de solidariedade. Arelada às iniciativas que transportam esses movimentos solidários e abarcam, além de diversos produtores e insumos, pontuamos que estes produtos traduzem alimentos, artesanatos, matérias primas e execução de variados modelos de economia, pois transportam e exprimem o adjetivo de “solidário”. Apontou-se a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF na construção do(a) agricultor(a) familiar como sujeitos de direitos sociais e econômicos (Brasil, 1996a), consagrados no Decreto nº 1.946/1996 e Resolução 2.310, de 29 de agosto de 1996.

No capítulo 3, e percurso metodológico, justificamos pela opção do método abraçado, para em seguida, tratarmos da abordagem e tipo de pesquisa adotada, na qual o presente estudo se desenha com o propósito de apresentar o trilhar nessa investigação. Apresentamos as etapas da pesquisa, passeamos pelo seu *locus*, com a delimitação do tema, identificação do problema, objetivo geral e os específicos. Seguimos com a revisão bibliográfica, após os instrumentos de produção de dados, a técnica e abordagem da pesquisa, inseridos os(as) Colaboradores(as) e seus sujeitos. Por fim, apresentamos a perspectiva de análise e interpretação dos dados. Nesse sentido, optamos por apresentar uma instituição de ensino escolar que adentrou como suporte e campo de investigação nas seções 3 e 4, que trazem os dados da pesquisa empírica. Assim, processo metodológico, métodos e instrumentos, bem como a identificação dos sujeitos da pesquisa e o contexto em estudo foram percorridos para discutir com os dados apurados e poder analisar a função dos gêneros alimentícios adquiridos da Agricultura Familiar no crescimento, desenvolvimento biopsicossocial e, sobretudo, na formação de práticas alimentares saudáveis em diversos campos desses(as) discentes da escola em questão. Sendo assim, o caminhar metodológico abarcou os seus instrumentos de produção, análise e interpretação dos dados, *locus* e sujeitos da pesquisa, já exibindo os dados coletados.

No capítulo 4, Do campo e do mar para a mesa dos estudantes da escola em comento, foram revelados os conteúdos dos questionários e entrevistas, que se alinharam aos perfis pesquisados. Foi dedicado, também, às análises e ao relatório da pesquisa propriamente dito, no qual expomos os dados coletados.

As reflexões sobre os achados da pesquisa concentraram-se no capítulo 5. Concluímos a dissertação no capítulo 6, com as considerações finais, onde foi evidenciado, com destaque, mais uma vez, o objeto deste estudo, que, a partir das análises produzidas e dos achados desta pesquisa, foram resumidas e sintetizadas as constatações necessárias à sua concretização. Avaliamos e consideramos que as comprovações apresentadas não são definitivas, porém, entendemos e acreditamos que possam servir para auxiliar e sustentar investigações futuras e necessárias à discussão da temática aqui tratada e evidenciada.

Nesse caminho, procedemos à análise de documentos e/ou relatos que subsidiaram a composição histórica da unidade escolar em estudo e do seu nascedouro, com base na tríade e triangulação de dados para analisar: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e Cultura Alimentar local e seus sujeitos operantes, que são: o corpo gestor/administrativo da escola e os (as) alunos(as), que se utilizam e usufruem dessa Alimentação Escolar. Procedemos às aplicações de entrevistas e de questionários direcionados ao corpo administrativo e discente desta unidade escolar, na tentativa de colher os dados para averiguar, com os procedimentos para coleta e análise dos dados, que envolveram emprego desses dispositivos de coletas de dados às merendeiras, nutricionistas responsáveis pela Alimentação Escolar do município, e aos discentes, na tentativa de se verificar como a Cultura Alimentar nativa fortalece (ou não) a cultura local e vice-versa, conseqüentemente, a Agricultura Familiar desse entorno e na região.

Em síntese, o campo desse estudo foi realizado na escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, localizada na Ilha de Bom Jesus dos Passos, bairro de Salvador-Bahia, e se comunicou com os sujeitos da pesquisa, que viabilizaram a aplicação dos instrumentos de coleta direcionados ao corpo administrativo escolar e aos seus discentes. As etapas da pesquisa foram, inicialmente, a discussão teórica acerca dos principais conceitos que embasaram a pesquisa, análise da legislação que disserta sobre a Alimentação Escolar e Agricultura Familiar, contato com a Direção da escola, para solicitar autorização para a realização da pesquisa na unidade escolar, com a equipe de nutricionistas atuante na respectiva escola, a fim de explicar os objetivos do estudo e aplicação dos instrumentos investigativos: entrevistas, questionários e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE. Para os(as) discentes, além de aplicação dos mecanismos mencionados acima, o Termo de assentimento do(a) menor, a ciência e a autorização dos seus pais ou responsáveis para efetivação desse processo de investigação. Por fim, a tabulação e análise e reflexão dos dados.

## 1.1 Justificativa

A justificativa para a escolha do tema em voga advém da seleção de três significativos critérios: importância, aplicabilidade e singularidade dentro de uma rede de ensino. Durante as pesquisas nos bancos de teses e dissertações foram encontrados alguns trabalhos que versam acerca da temática, mas nenhum tratando especificamente acerca da relação: Alimentação Escolar e Agricultura Familiar, e sua repercussão na Cultura Alimentar. Os estudos encontrados tratam da Alimentação Escolar em outros aspectos e Agricultura Familiar, o PNAE e o MST e a Agricultura Familiar, que se destacam, mas nenhum trabalho que tratasse de forma específica, como aqui proposto. Posso dizer que, o estudo deste tema proporciona relevância social e científica, ponderando e considerando a possibilidade de oferecer um diagnóstico das ações empregadas e investimentos das políticas públicas educacionais na unidade pesquisada, além de subsidiar e amparar a melhoria da qualidade desta alimentação em vários aspectos e, em consequência, do ensino e da educação pública - sendo essa a maior razão para a escolha deste tema. Que se comprovem nos resultados alcançados, que tais ações de investimentos na Alimentação Escolar, com produtos advindos da Agricultura Familiar, impactam de forma positiva a relação com a Cultura Alimentar local e proporcionam benefícios à comunidade estudantil da Escola em questão, e ainda que pesquisar apenas uma unidade escolar, num universo de muitas escolas municipais, é relevante que se tenha essa possibilidade de análise.

Neste sentido, a importância do tema aqui tratado deve-se, sobretudo, ao anseio de que, com os resultados das avaliações feitas nesta pesquisa, seja viável identificar as dificuldades que afetam a Alimentação Escolar, com os parâmetros e os dados coletados e analisados à luz do referencial teórico, e que conduzam a indicar ações e prioridades a serem repensadas e planejadas com vistas à melhoria desse processo de cuidados com a Alimentação Escolar, que é o foco desta dissertação. Quanto à sua aplicabilidade, esta pesquisa poderá subsidiar e ser utilizada para se pensar acerca das práticas e investimentos na Alimentação Escolar. Com isso, a escolha deste tema, justifica-se, também, por possuir relação nas dimensões: pessoal, acadêmica e social, vez que estas questões estão imbricadas na justificativa pela escolha do tema e no objeto da pesquisa.

Assim, espera-se que este estudo proporcione uma contribuição acadêmica e científica para a área da Educação, adicionando novos e outros saberes ao conjunto de conhecimentos científicos sobre o tema aqui tratado, pois essa abordagem emergiu de um foco em uma situação bem específica, com características bastante particulares. Além desses critérios, há de

se considerar o interesse profissional que nasceu do exercício da docência e da profissionalidade na gastronomia, que nos traga bons saberes, diversos e diferentes sabores.

## **1.2 Objetivos**

Este trabalho visa atingir a um objetivo geral, o qual se divide em objetivos específicos, demonstrados a seguir:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal, Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador/BA.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar a inclusão dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar nos cardápios da Escola em questão;
- b) Descrever como ocorre o processo de recebimento/aquisição, nessa Escola, dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar;
- c) Identificar os avanços e desafios das compras institucionais da Agricultura Familiar para essa Escola e, por fim;
- d) Compreender como a Agricultura Familiar pode fortalecer a Cultura Alimentar local, à compreensão da tríade: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e Cultura Alimentar, junto aos sujeitos da escola em tela.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo abordar as questões que envolvem o tema central desta dissertação, que é a Alimentação Escolar, a Agricultura Familiar, Cultura Alimentar e as Políticas Públicas. As ações que devem ser “abraçadas” pelo poder público para afiançar verificadas demandas da sociedade, como o tema indica. Assim como os subtemas que envolvem esse assunto, objetivamos, também, abordar a relação da Agricultura Familiar com Alimentação Escolar, e sua associação com a Cultura Alimentar local, sua afinidade com os dispositivos legais que direcionam à qualidade para uma alimentação saudável em amplos aspectos, bem como as suas dimensões sociais (Brasil, 2006b). Nesta seção, também, pretendemos agenciar e promover uma consolidação de uma estrutura acerca do referencial teórico, atrelado ao cenário de produção científica acerca do tema aqui proposto. Com isso, e por fim, abordamos as categorias analíticas e subcategorias, que serão tratadas nas dimensões da Alimentação Escolar, na perspectiva da discussão dos desafios da política pública educacional combinada à garantia estabelecida pela legislação que versa sobre o tema em voga, associada ao Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e combinada aos objetivos elencados neste trabalho (Brasil, 2009a).

O referencial teórico é composto, também, e baseado em algumas publicações dos sites oficiais de órgãos de Governo, Organizações Sociais (MST), do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os quais esclarecem sobre os propósitos e fundamentos para direcionar e subsidiar este estudo, no que diz respeito aos seus propósitos e objetivos.

As políticas públicas se apresentam como programas, ações e decisões abraçadas pelos governos municipais, estaduais e nacionais, com a participação, direta ou indireta, dos entes públicos ou privados, que pretendem afiançar verificadas e determinadas demandas da sociedade ou algum segmento social, cultural, étnico ou econômico, e que correspondam a direitos afiançados, afirmados e consubstanciados na Constituição Federal/1988 (Brasil, 1988).

As políticas sociais têm suas origens nos movimentos populares nascidos nas primeiras revoluções industriais (século XIX), no meio dos conflitos do capital e trabalho. Refletir em educação, sob essa perspectiva, é compreendê-la como uma política pública social, de cunho educacional, com responsabilidade e interferência do poder estatal. As políticas públicas podem ser estabelecidas e ordenadas, especialmente, por iniciativa dos poderes executivo e/ou legislativo, com possibilidade de serem formuladas e possuírem

configurações conjuntas ou separadas, a partir das demandas, com posicionamentos e sugestões de diversos segmentos da sociedade. Assim, a educação precisa ser, não só pensada e constituída por seus técnicos e políticos, mas também por organismos da sociedade civil, para que se mantenham as relações sociais, com referência às políticas educacionais, sob a ótica social e integrativa, vez que, sob o viés de Estado Capitalista, possui uma articulação que:

[...] seria equivocado pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas indústrias ou de determinadas formas de emprego, [...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas [...]. (Hofling, 2001, p. 35).

Assim, os fatores culturais, historicamente, vão edificando as representações, anuência ou rejeição pela sociedade, considerado fator muito relevante nesse processo de análise de política educacional, quanto ao seu sucesso ou fracasso, que esses movimentos podem adquirir. Pensar em política educacional, considerar os fatores históricos e culturais e tendo ações públicas precisas de intervenção relacionadas a programas de Gestão Pública, com aplicação de recursos públicos, eficiência e eficácia, tornam-se insuficientes para caracterizar uma função política deste setor, vez que: “estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação” (Hofling, 2001, p. 39).

Ainda, seguindo os conceitos do autor, Estado e Governo são organizações diferentes, mas que se completam, pois o Estado é o conjunto de instituições permanentes, que autoriza a ação do Governo, já o Governo, entende-se como conjunto de projetos e programas advindos e com iniciativas da sociedade, sejam políticas, técnicas e outras modalidades, que revertem para a própria sociedade como um todo, apoiado pelas orientações políticas de um determinado Governo, que se apropria, assume e desempenha as funções de Estado por um período definido. As instituições se incumbem a implementar os projetos de governo, por meio de programas associados aos interesses e voltados para a sociedade. Assim, “As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado” (Hofling, 2001, p. 31).

Nesse contexto, e segundo Azevedo (2003), política pública é o que o governo produz, faz e deixa de fazer, com todos os impactos advindos de suas ações e de suas omissões, pois

as políticas educacionais são constructos da sociedade e do Estado, com a finalidade de regular e orientar a educação.

## **2.1 Segurança alimentar e nutricional e o PNAE**

O direito à alimentação, em especial, no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional, vai além da capacidade de se produzir alimentos, pois a segurança alimentar se relaciona diretamente com a qualidade dos alimentos e sua sanidade, com os hábitos culturais, a Cultura Alimentar vivenciada, a sustentabilidade desse sistema alimentar, as formas sociais e tipos de exploração agrícolas sob as quais esses alimentos são produzidos e ofertados.

Cabe ressaltar que a agricultura se compõe e se estabelece como o elemento determinante e relevante para a segurança alimentar e nutricional, especialmente associada à soberania alimentar (Brasil, 2006b). De acordo com Oliveira (2016), entende-se a Segurança Alimentar como o constante acesso a alimentos em quantidade e qualidade, que sejam suficientes para o incremento e satisfação das necessidades básicas de desenvolvimento, com respeito aos hábitos alimentares, aos usos dos recursos naturais, insumos e tecnologias adequadas e destinadas ao equilíbrio ecológico que se enquadram, também, nesses aspectos relevantes do conceito de segurança alimentar e nutricional. A inserção de produtos químicos nos alimentos e sua possível contaminação, conseqüentemente, ocasionarão desconfortos, precária qualidade de vida, acarretando males e doenças, e podendo levar à morte. Por conseguinte, gerando desajustes sociais e desestruturação do sistema de saúde, ensejando necessárias intervenções estatais.

Segundo Acosta-Leyva (2019), os costumes alimentares, muitas vezes demonstrados em valores e interdições religiosas ou nos modos de preparo de determinados alimentos, “devem ser respeitados e também aprimorados no interior das culturas alimentares dos povos”. Desastroso seria, da mesma maneira, pensar na segurança alimentar sem levar em consideração o sistema de sustentabilidade do processo produtivo que assegure a promoção e o acesso às futuras gerações, pois virão com expectativas de terem direito à mesma qualidade/quantidade que percebemos e entendemos ser, no presente, como: “segurança alimentar e nutricional” (Acosta-Leyva, 2019). Nesse entendimento, propomos transitar pelo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, que pode ser demonstrado e acentuado como:

[...] a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo,

manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (Maluf *et al*, 2000, p. 4).

Deste modo, é importante sublinhar que a segurança alimentar e nutricional acontece no tempo e espaço históricos, pois essa prática corresponde a estágios e representações que se vivenciam socialmente. Neste caso, como princípio, não existe segurança alimentar e nutricional senão na “participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação (...)” (Maluf *et al*, 2000, p. 3). Os deveres e atribuições do poder público em assegurar direitos, desenvolver políticas públicas e cuidar da ordem jurídica e econômica o coloca exatamente nos eixos das diversas relações e matizes que permitem que uma determinada sociedade usufrua do direito à alimentação segura, em quantidade e qualidade, sem desprezar o caminho sustentável. É por esta razão que se justifica a relação entre o PNAE, a Alimentação Escolar e a segurança alimentar e nutricional associada aos ambientes das escolas públicas. Se é nesta sociedade/comunidade que existe fome, necessário identificar os elementos dessa tal sociedade que definam e “configurem a estrutura, os agentes e as condições para o exercício do direito à alimentação segura” (Acosta-Leyva, 2019, p. 307).

Nessa perspectiva, a Soberania Alimentar, que revela o atributo e direito de um país deliberar e determinar acerca das suas próprias políticas alimentares e agrícolas para garantir a promoção, abastecimento e acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para sua população, é protegida pela Constituição brasileira (Brasil, 2006a). Assinala e corrobora com o direito humano à alimentação e direciona esta condição de dispor de alimentos, frente à necessidade iminente para se superar os amplos problemas enfrentados nas periferias urbanas e rurais deste país, em especial: a fome, a desnutrição, o desemprego, a pobreza e as mudanças climáticas (Brasil, 2006b). Combinada à Soberania Nacional, o país garante seu direito para tomar decisões autônomas sobre questões alimentares, que neste caso, é necessário estabelecer planos de produção agrícola para garantir a reprodução da biodiversidade e diversificar a produção agrícola, com incentivos aos cultivos de diferentes caracteres e tipos de alimentos a serem produzidos e distribuídos à população, fundamentados na construção de reservas com estratégias alimentares, com direcionamento para segurança alimentar em situações de crise, conflitos, as ajudas humanitárias, e os desastres ambientais.

Nesse sentido, a Agricultura Familiar e o instituto da segurança alimentar associam-se, pois “falam a mesma língua” e “comem do mesmo prato”. Ajustam-se a esse sistema de construção de políticas públicas estruturantes que são basilares e fundamentais para a garantia da Soberania Alimentar e do abastecimento de forma popular, digam-se dos “movimentos sociais”, como caminho de efetivo enfrentamento ao sistema agroalimentar (agronegócio/agroindústria). A Cultura Alimentar necessita de incentivo à diversidade agrícola, aos saberes tradicionais, com a experiência dos movimentos populares, para que a distribuição e consumo de uma alimentação saudável não seja uma promessa (Brasil, 2006c), mas parte da busca da essência da cultura desse povo, numa aliança política entre poder de governo democrático e povo. Que os alimentos saudáveis em diversos aspectos sejam viáveis, também, não só para quem pode pagar, mas que seja um direito de fato deste povo brasileiro, protegido e resguardado pela Carta Magna e seus instrumentos de controle, e que ocupem e sejam dispostos nos cardápios e mesas dos refeitórios das escolas públicas desse país (Brasil, 2006b).

A fome não é um problema novo no Brasil e no mundo. Recentemente (2022) a carência e/ou privação ao acesso à comida voltou a fazer parte de milhares de pessoas e das manchetes dos jornais e mídias do país. Isso ocorre desde que éramos colônia e dependentes do Reino português, a partir de 1930, como nos lembra Acosta-Leyva (2019), com os esforços e pensamentos de Josué de Castro, com suas “inquietações e pesquisa [...] caminharam com passos firmes no processo de institucionalização em programas, Institutos, conselho; leis nacionais, estaduais e municipais e projetos das mais variadas naturezas de análises” (Acosta-Leyva, 2019, p. 306). Passou-se a compreender a fome como um problema político e não só associado às questões de produção de alimentos, ou relacionados à seca no Nordeste brasileiro, às doenças e Pandemias. Mas, observando-se que, para enfrentá-la, são necessários esforços e vontade estatal, com políticas públicas sólidas, perenes e com programas direcionados a abrandar e destituir a fome, a exemplo do programa Fome Zero, que compõe a Ação da Cidadania contra a Fome, a miséria e pela vida, fundada em 1993 e liderada por Betinho, o sociólogo Herbert de Souza<sup>2</sup>.

Pela aceção da Organização das Nações Unidas (ONU), a segurança alimentar só “existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e

---

<sup>2</sup> Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro e ativista dos direitos humanos no Brasil. Seu trabalho mais importante foi o projeto "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida". Mobilizou várias campanhas para arrecadar mantimentos em favor dos pobres e excluídos. <https://www.ebiografia.com/betinho/>

econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que satisfaça as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. Neste sentido, quando isso não acontece, associa-se esta situação de insegurança alimentar, em termos objetivos, à fome.

O Programa Fome Zero<sup>3</sup>, no contexto de políticas sociais brasileiras, buscou/busca garantir que todas as pessoas possam ter acesso à alimentação de qualidade. Imprescindível pensar no futuro mais justo e equilibrado, sustentável para o mundo, o planeta e seus habitantes. Com o propósito de acabar com a fome, arregimentar a segurança alimentar com avanço da nutrição e promoção da agricultura sustentável são as basilares finalidades do segundo item da lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): Fome Zero e Agricultura Sustentável.

No cenário econômico e político dos recentes anos no Brasil, as desigualdades sociais e a pobreza vêm sendo muito e crescentemente discutidas por questões de solidariedade social e filantropia, pois essa "sociedade solidária" revela uma solidificação de um sistema mesclado de proteção social que concilia a composição de iniciativas do Estado com denominado Terceiro Setor.

Nesse contexto, e com intuito de aplacar a fome, o PNAE, na sua origem e objetivo principal surge como um programa de mitigação da fome, com a edição da Lei nº 11.947/2009, que traz essa relação de proteção aos que não possuem alimentação diária em quantidade e qualidade nutricional e em diversos aspectos, como o de socialização (Brasil, 2009a).

Na relação Escola, discentes e PNAE, na busca de metas objetivadas nas Políticas Públicas, como tutela do estado, associa-se à proteção e relevância da Segurança Alimentar e Nutricional desses atores sociais/alunos, pois a garantia de todas as extensões, que podem bloquear a ocorrência e a permanência da fome, precisa estar aliada à disponibilidade, acesso

---

<sup>3</sup> Em outubro de 2001, por meio de um documento de 132 páginas, foi elaborada pelo Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva (ex-ministro do recém extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome), com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país. O documento apresenta a alimentação como direito humano básico e a prioridade do combate à fome e à miséria como questão que vem mobilizando a sociedade brasileira há mais de uma década. Também se destacam a *Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida* (1992/93), o amplo movimento social liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade, e o Conselho de Segurança Alimentar – Consea. São realizadas, ainda, a construção do conceito de segurança alimentar, uma análise do problema da fome no país e no mundo e das políticas existentes nessa área e, para finalizar, uma síntese das propostas (Projeto Fome Zero, 2002). <https://www.scielo.br/j/spp/a/zWvSrxLjdLrRtCGXFZVvWhH/>

estável aos alimentos e pleno consumo, à vista das questões nutricionais e da sustentabilidade nos processos produtivos. Como explicita Acosta-Leyva (2019, p. 306) “a Segurança Alimentar e Nutricional está muito além da capacidade de produzir alimentos”, vez que sua relação se apoia na “qualidade dos alimentos e sua sanidade”, nos “hábitos culturais e cultura alimentar” das comunidades, e na busca e conhecimento da “sustentabilidade do sistema alimentar”.

Nesta perspectiva, cabe evidenciar a importância da segurança alimentar e nutricional, associada ao tempo e espaço históricos e às práticas e representações que os grupos sociais vivenciam. Quando se asseguram direitos e se desenvolvem políticas públicas para manejar e cuidar da ordem econômica e jurídica, está exatamente se colocando “nos eixos as diversas relações e nuances que permitem que uma determinada sociedade usufrua do direito de alimentação segura em quantidade e qualidade” (Acosta-Leyva, 2019, p. 306).

Sobre isso, Paiva, Freitas e Santos (2016) colocam que a Alimentação Escolar não deve apenas visar a garantia da oferta de refeições produzidas a partir dos princípios da alimentação saudável. É preciso, ainda, a valorização dos costumes regionais e uso de alimentos oriundos da Agricultura Familiar pelas ações de educação alimentar e nutricional. Isso, por sua vez, deve partir da organização, criação e implementação dos Conselhos de Alimentação Escolar estaduais, municipais e, até mesmo, locais (escola), na tentativa de fortalecer ainda mais a política pública educacional estabelecida pelo PNAE (Brasil, 2006).

Necessário o incremento de uma cultura de direitos a ser desenvolvida pela política de segurança alimentar e nutricional fundamentada em novas práticas e novas institucionalidades. Isso é possível com novos esforços, avanços, resistências e ambiguidades em torno da Alimentação Escolar praticada no cotidiano das escolas, que, por sua vez, podem valorizar e fortalecer os aspectos culturais da comunidade (Peixinho, 2013).

Note-se que, outro fator importante a ser considerado, trata-se da gestão da Alimentação Escolar. Sobre isso, Ballou (2004) pontua que esta prática é algo recorrente em qualquer atividade produtiva, sendo possível com a interferência (ou não) de diversas variáveis externas e internas que influenciam na decisão de estocar materiais diversos. Nesse cenário, segundo Viana (2002), esse tipo de gestão deve contar com recursos que objetivem incrementar a produção, a segurança alimentar e a participação de todos.

A gestão da Alimentação Escolar visa, também, à melhoria do relacionamento com os fornecedores, da equipe de nutrição e das merendeiras na gerência dos insumos que compõem o cardápio alimentar. Pode-se ainda criar uma métrica própria para calcular a demanda do processo produtivo, as reais necessidades da escola, a expansão de mutirões de coleta para

adquirir frutas e legumes da Agricultura Familiar local, visar ao controle e ao armazenamento, ao processamento e à distribuição do material coletado, a fim de evitar desperdícios, bem como criar relevância nutricional e cultural para os estudantes em apreço (Viana, 2002).

Sob esse olhar, de acordo com Pimenta (2010), a sociedade exige uma educação capaz de preparar o cidadão social, técnica e cientificamente para suas relações e interações de convivências sociais. Assim, torna-se necessário estabelecer de que forma é trabalhada a Alimentação Escolar, no processo educativo do aluno no ensino fundamental, para construir bons hábitos alimentares e acarretar boas consequências para o seu desenvolvimento escolar. Como revela Oliveira (1998, *apud* Cavalcanti, 2009, p. 16-19):

Um consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência às infecções e maior suscetibilidade a doenças. Entretanto a influência dos pais também deve ser observada, porque os alunos do ensino médio já vêm com certos hábitos adquiridos ‘de casa’.

Os primeiros anos de vida se constituem o período de grande importância para o estabelecimento de qualidade de vida melhor, visto que a alimentação saudável é primordial para os alunos em idade escolar, resultando em hábitos saudáveis futuros. As refeições comuns entre pais e filhos, com o compartilhamento com alimentos saudáveis proporcionam o entendimento da importância da alimentação como ato benfeitor e protetor a impedir o excesso de peso, a obesidade e as doenças crônicas. A intervenção dos pais no comportamento alimentar infantil configura-se como elemento preponderante e decisivo nas suas escolhas, afetando a preferência alimentar da criança no seu desenvolvimento nutricional, saudável ou não, posicionando-se como foco das influências alimentares de forma ativa na prioridade e no incremento dos hábitos alimentares infantis e que resultam no estímulo de sua integração com o meio social ao qual está inserida.

Destarte, a Alimentação Escolar possui a função social de integrar o então discente ao ambiente escolar, visto que muitos não possuem condições de ter mais de duas refeições diárias e a ambientação proporcionada, no momento das refeições, estimula a interação entre os alunos, como atividade interdisciplinar, apoiando-se no revelado por Cavalcanti (2009, p. 68-72).

O sucesso da Educação Nutricional depende do grau de integração com outras disciplinas e com o serviço de alimentação, e deve ser reforçada pelas experiências

alimentares em casa. Por isso, acreditamos que a escola é um local privilegiado, onde a criança permanece um importante período do seu tempo, estabelecendo suas primeiras interações e relações sociais, ocorrendo, assim, experiências promovedoras à construção de valores e podendo adquirir hábitos de vida saudáveis, tendo em vista também o seu papel no desenvolvimento e aprendizagem para formação social desse(a) cidadão(ã).

Nos processos históricos de ocupação e formação de espaços na sociedade brasileira é provável encontrar os mais diversos grupos convivendo num mesmo país e com diversos modos de afinidades com a comida do seu cotidiano, como as relacionadas ao estado de manifestações desses grupos sociais (Santos, 2008). No campo sociológico, observa-se a ampla diversidade de costumes e tradições associadas às comunidades e essa variedade se impõe com sua pluralidade cultural. O modelo alimentar é uma configuração particular do espaço social alimentar, como explicitam Freitas e Fontes (2008), que nele destacam-se as dimensões principais que focalizam espaços e sistemas diversos, como o comestível, a produção alimentar, o culinário, os hábitos de consumo alimentar, a temporalidade e as diferenciações sociais. Um modelo alimentar é uma configuração particular do espaço social alimentar com suas interações sociais.

Cabe destacar, que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui mais de seis décadas de existência. É o programa federal destinado a suprir a alimentação e nutrição nas escolas públicas (municipais, estaduais e federais). Por meio do PNAE, o Governo Federal repassa aos municípios, aos Estados e às Escolas/Institutos Federais valores financeiros de caráter suplementar para compra de produtos destinados à Alimentação Escolar.

Assim, para abarcar e cobrir os 200 (duzentos) dias letivos, esses recursos são pagos em 10 (dez) parcelas mensais, que abrangem os meses de fevereiro a novembro, com repasses calculados de acordo com o número de estudantes formalmente matriculados em cada rede de ensino pública ou filantrópica, que desse modo, a Alimentação Escolar se apoia e conta com esses recursos, numa responsabilidade compartilhada, do Governo Federal, no que tange aos Institutos Federais; Municipal, relativas às escolas municipais; e do Governo Estadual, no que se refere às escolas estaduais.<sup>4</sup>

Baseado nos princípios e diretrizes e, em especial, da alimentação saudável e adequada, o PNAE busca respeitar a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais e, para isso, baseia-se na premissa de que as leis e normas garantem os direitos e respeito aos

---

<sup>4</sup> [https://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/388/930/2023\\_Guia\\_Sobre\\_o\\_PNAE\\_para\\_Agricultura\\_Familiar.pdf](https://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/388/930/2023_Guia_Sobre_o_PNAE_para_Agricultura_Familiar.pdf)

modos de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais. Por meio da Nota Técnica nº 03/2020, o Ministério Público Federal orienta e disciplina formas adequadas para adquirir produtos destinados à Alimentação Escolar em comunidades indígenas, quilombolas e de povos tradicionais, com diretrizes que garantem que o programa respeite os costumes de alimentação e as práticas culturais locais das comunidades, ao mesmo tempo em que oferta uma alimentação saudável e adequada para estudantes (Brasil, 2006c). A iniciativa promove segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento físico e melhoria do rendimento escolar de estudantes (Brasil, 2020).

Neste sentido, o PNAE contribui para que os recursos financeiros advindos da esfera federal circulem nos municípios, estimulando que se adquiram produtos provenientes da Agricultura Familiar, estimulando o autoconsumo entre essas comunidades. A partir da produção ao consumo nas escolas públicas, estabelece-se o contexto familiar e cultural dessa região. Produtos de origem animal, como peixe, galinha, mariscos, ovos, além de produtos de origem vegetal, que são manipulados e transformados em farinhas: mandioca, beiju, goma ou farinha de tapioca, polpas e sucos de frutas, por exemplo, não precisam apresentar registros e/ou documentos sanitários porque são produzidos e consumidos dentro da própria comunidade ou território.

Atendendo às demandas das escolas, nutricionistas das entidades executoras precisam elaborar os cardápios que garantam não só os nutrientes necessários para o desenvolvimento desses(as) alunos(as), de acordo com idade, mas que se respeitem os hábitos alimentares e culturais, tipos de produtos e as épocas de colheitas de cada região. Nesses cardápios, são definidas listas de alimentos que serão adquiridos por meio de editais de convocação para empresas concorrentes a participarem de licitações promovidas pelo poder público. Isso, e com o uso dessas práticas, garante-se uma alimentação mais fresca, saudável e variada, com respeito aos hábitos alimentares locais, refletidos nas escolas públicas, e valorizando a apropriação do conhecimento, manejo e a biodiversidade local, e, conseqüentemente, melhorando a renda das comunidades indígenas e tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento local, gerando economia para os governos estaduais e municipais.

## **2.2 Agricultura Familiar no prato da Alimentação Escolar: o alimento que a terra produz**

Em 2009, com o advento da edição da Lei nº 11.947, implementou-se a regulamentação da Alimentação Escolar, que passou a garantir produtos orgânicos e mais

saudáveis para os pratos dos refeitórios escolares. A legislação vigente determina, em suas diretrizes, garantia na utilização de produtos mais saudáveis, impondo que, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos destinados a compras públicas direcionadas à Alimentação Escolar sejam destinados aos produtos oriundos da Agricultura Familiar, assim disposto no seu artigo 2º:

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

O acima mencionado normativo vigente, em seu artigo 14, determinou acerca dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e obrigou que: “[...] no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento), deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (Brasil, 2009a). Tais aquisições poderão ser executadas dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, utilizando-se de chamada pública. Porém, estabelece que seja realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, privilegiando as propostas de grupos do município (Brasil, 2009a).

Nesse processo, demonstra-se o estabelecimento da obrigatoriedade de que todos os municípios utilizem, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos direcionados às compras públicas, destinados à Alimentação Escolar para adquirir produtos/insumos da Agricultura Familiar, o que promove uma mudança estrutural no Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ou seja, uma revolução que agencia mudanças e a melhoria do cardápio oferecido nas escolas públicas.

Esse percentual mínimo estabelecido para compor a Alimentação Escolar advindos de produtos da Agricultura Familiar possibilita o aumento das chances de consumo de insumos mais apropriados a uma alimentação saudável, para que esses discentes tenham à disposição alimentos agroecológicos e orgânicos, mais frescos, produzidos num sistema mais sustentável, menos industrializados e sem ou com menos agrotóxicos. Possibilita autonomia aos municípios na descentralização da gestão, criação e variação dos cardápios, com possíveis adaptações regionais e local.

Nesse entendimento, a legislação vigente prioriza e privilegia a produção e produtor local, estimulando adquirir e consumo de alimentos regionais e tradicionais de onde a escola

se encontra, evidenciando e priorizando, também, os agricultores familiares em situação de vulnerabilidade e pertencentes às comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e de assentados.

A aproximação dos agricultores dos consumidores fortalece a economia local, o que representa políticas públicas em níveis federal, estadual, municipal e da localidade, pois são pensadas e geridas em linha produtora e que envolve um trabalho interligado com as escolas, gestores públicos e profissionais de diversas áreas congêneres à assistência técnica, como as cooperativas, associações, Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e os próprios agricultores.

A comida que chega à mesa das escolas públicas, distribuída, muitas vezes, em larga escala, com respeito ao meio ambiente local, à natureza e ao ser humano, livre de agrotóxicos e veneno, ratifica o que a Lei nº 11.947/2009 e o Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE consignam, uma vez que o estabelecimento dos esforços envidados para beneficiar a comida consumida nas escolas públicas e a educação, no qual a criança, o adolescente ou adulto, representado pelo (EJA) vai consumir, advém da terra e estará nutrindo o seu futuro por meio do produto produzido na sua região com suas representações, pois nesse prato contém alimento de qualidade que a terra produz (Brasil, 2009a).

### **2.3 Cultura Alimentar: um prato fértil**

A comida é elemento que carrega e transporta ampla diversidade de comportamentos em qualquer sociedade. Aliado aos costumes de fazê-la, que deste modo, está diretamente associada à cultura de um grupo social, pode-se constatar a ampla variedade de condutas que envolvem os modos de convivências, experimentações, assimilações e propagações desses conhecimentos e tradição. A partir da relação social, define-se: como, onde, com quem e o que se come.

Definir cultura é pronunciar-se sobre o significado de um modo de vida (Cevasco, 2003, p. 23). Há diversas acepções destinadas ao termo cultura, que contemporaneamente possui sentido preservado de culto. Desde o século XVI, a expressão se estabeleceu associada ao cultivo, no sentido de cuidar, aplicada à agricultura e aos animais. Até o século XVIII, o termo em voga demonstrava uma atividade praticada e associada à “cultura de alguma coisa” (Cevasco, 2003, p. 9), como as relacionadas a animais e a produtos agrícolas. Cultura passou a corresponder ao vocábulo “civilização”. No entanto, esse termo usava-se em oposição à condição da barbárie, sendo o estado originado de *civitas* (educado). Deste modo, o estado

educado e realizado era a figura do desenvolvimento, que conquistou e obteve o “progresso”. Assim, “Civilizou-se”. A comida é um marcador histórico, cultural e social, que se estabelece por meio de processos de escolha e seleção. Não se come, necessariamente, o que não se conhece; geralmente, come-se o que se deseja.

Nesse compasso, Dussel (2016, p. 54), a partir de leituras arqueológicas dos escritos de Marx (séc. XIX), expõe que cada cultura é um modo ou um sistema de “tipos de trabalho”. A partir daí, concebeu-se o termo “agricultura”, sendo estritamente “o trabalho da terra”. Cultura possui sua origem etimológica no latim “culto”, como consagração da terra. Seguindo-se por vários estágios, a exemplos: fruto físico do trabalho, criação simbólica, o econômico e, figurando como experiência cultural, a cultura burguesa, a proletária, “cultura globalizada”, nacional ou “cultura popular” e a “era da cultura”, com o predomínio dos meios de comunicação de massa, muito propagados e disseminados na atualidade.

O pensamento moderno ampara a ideia de que a cultura afiança a desigualdade. Como a classe dominante (a burguesia) possui o poder econômico, subjuga, domina e controla toda produção da vida em sociedade, nas esferas econômica, social, política e cultural. A burguesia produz a “cultura” que agencia seus próprios interesses e, concomitantemente, reprime os aportes do proletariado. A separação da sociedade em classe burguesa e operária gera conflitos devido às suas naturezas.

Trotsky (1981) contribui com esse estudo e destaca os elementos constitutivos da cultura, que estão impregnados na formação da consciência social. Segundo ele:

[...] a parte mais preciosa da cultura é aquela que se deposita na consciência do próprio homem: o método, os costumes, a capacidade, a habilidade que adquirimos e que se desenvolve partindo de toda a cultura material pré-existente e que, embora se prendendo a ela, faz com que progrida de acordo com a época (Trotsky, 1981, p.52).

O autor versa sobre esses elementos culturais e os relaciona à formação da consciência social, sendo fundamentais no desenvolvimento da base material da existência. Ademais, a “Cultura” possui influências e relação com o aprendizado, e o que são produzidos pelos componentes de uma sociedade, como seus valores, crenças, comportamentos, língua, linguagem corporal, formas que se cumprimentam, seus símbolos e pertencimentos podem ser compartilhados. Neste caso, contribui-se para uma “ordem social”. Possibilitando-se que a comunidade/sociedade se beneficie e se aproprie das benfeitorias realizadas por gerações passadas. Posto que, a cultura de um indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe social.

A sociologia e a antropologia assentam que as sociedades caminham em direção à Cultura Global, isto é: ausência de diversidade cultural, pois as culturas acontecem, assemelham-se e se propagam. Toda cultura é influenciada por outras culturas e sua propagação acontece, geralmente, em regiões onde habitam pessoas de diferentes costumes, associadas aos movimentos migratórios, às conquistas de terras, ao turismo e a interação entre elas gera difusão cultural. À medida que o mundo se torna mais globalizado, aumenta a sua propagação cultural, estimulada com os mecanismos da Internet e das mídias sociais, pois nunca houve tanta interação entre pessoas no mundo, abarcando e representando grande multiplicidade de culturas. Contudo, mesmo que alguns aspectos da cultura tenham sido globalizados, a grande maioria das sociedades se mantém fiel às suas raízes culturais.

A Cultura Alimentar se manifesta e se mantém por meio de transmissões dos saberes ecológicos locais. Toledo (2005 *apud* Oliveira, 2023) apropria-se e domina o conceito de “saberes locais”: “una gama de conocimientos de carácter empírico transmitidos oralmente que son propios de las formas no industriales de apropiación de la naturaleza”. Nesse compasso, estabelecem-se práticas e conhecimentos, crenças acumuladas sobre a relação dos seres vivos entre si e com o meio em que vivem, que evoluem através de processos adaptativos e que são culturalmente transmitidos entre gerações (Berkes, 1999 *apud* Oliveira, 2023).

Diversos campos do conhecimento buscam e possuem explicações para a construção de argumentos em diferentes atores nos processos de valorização das culturas alimentares tradicionais e seus elementos constitutivos. Oliveira (2023) aponta-nos que, mesmo que a Cultura Alimentar seja somente parte da cultura ampla de uma comunidade tradicional, parece-nos possível e necessário utilizar esse marco de interpretação para compreender as dinâmicas que deslocam os sentidos de valorização dos alimentos. A autora nos chama a atenção para os valores atribuídos e as decisões sobre as culturas alimentares tradicionais e os possíveis valores conferidos a elas, uma vez que são complexos os processos de suas alternativas: a depender das escolhas, do tipo e do valor priorizado (econômico e não econômico) os desdobramentos e os beneficiários desses processos serão distintos.

Os benefícios da apropriação das culturas alimentares locais, segundo Oliveira (2023, p. 79), “serão revertidos para o próprio território se os atores envolvidos pactuarem claramente as motivações, os objetivos e as responsabilidades ao longo de todo o processo de valorização do alimento ou produto alimentar”. É preciso respeitar a Cultura Alimentar local, sobretudo o manejo dos agroecossistemas, que advém da interação entre sociedade e natureza

(sistema socioecológico), na busca de entendimento de sistemas complexos, priorizando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais desses ambientes e territórios.

Quando se faz comida, a partir de memórias e lembranças, busca-se o abastecimento da Cultura Alimentar local com ingredientes que liberam a “alma”, os sentimentos fluem, e garantem a melhor aplicação sustentável dos recursos naturais, econômicos, sociais e culturais. A Cultura Alimentar é indissociável ao território, à evolução dessas/desses agricultoras(es) e às comunidades locais com seus recursos naturais e suas apropriações que as alimentam.

A Cultura Alimentar, associada aos saberes tradicionais, está enraizada nos processos de vivências alimentares, que se configuram patrimônios inestimáveis com identidades, aprimorações e apropriações de conhecimentos de diversas comunidades no mundo. Esses saberes são transmitidos por gerações, assimilados e fincados em propósitos comunitários que englobam rituais, crenças, práticas agrícolas, técnicas culinárias e uma extensa gama de informações e conhecimentos. Refletem a interação entre os seres humanos e o meio ambiente em que habitam, pois traduzem conhecimentos que são contraídos por meio de experiências e práticas, por observações e assimilações de práticas da natureza.

A interligação dos saberes tradicionais com a Cultura Alimentar é fundamental para a concretização do enlace entre a promoção do desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade. Conservam e representam o equilíbrio sublime entre emprego e utilização dos recursos naturais, a sua preservação, conservação para as gerações futuras e a sobrevivência do sistema alimentar sustentável. A Cultura Alimentar reflete a adaptação das comunidades ao seu ambiente local, às condições climáticas, como a dieta alimentar, rica em azeite de dendê, coco, vegetais, peixes e mariscos, que é uma adaptação às condições climáticas e geográficas do Recôncavo baiano e identidade histórica com os povos tradicionais que compuseram esse ambiente fértil e rico em diversos aspectos de assimilações culturais.

Neste compasso, a Cultura Alimentar está fincada na preservação da identidade cultural das comunidades envolvidas nesse processo integrativo. Estes instrumentos de preservação são pilares da identidade cultural, que proporcionam senso de pertencimento e continuidade histórica dos seus procedimentos integrativos de saúde e nutrição. Promovem equilíbrio e enriquecimento de nutrientes, possibilitam alimentação saudável em diversos sentidos, com a sustentabilidade ambiental e práticas tradicionais de cultivo e manejo dos recursos naturais, e que são, muitas vezes, mais sustentáveis que as práticas industriais empregadas pelo Agronegócio. Proporcionam, também, a diversidade de culturas e a preservação dos saberes tradicionais e da Cultura Alimentar, pois contribuem para a

diversidade cultural global, agenciando o respeito e a valorização das diferentes formas de vida.

A Cultura Alimentar proporciona a preservação dos costumes e dos modos de/do fazer de uma comunidade que, conforme revela Cambuy (2006), os estilos de comer podem ser amplamente explorados, com abordagens em diversos aspectos, como o nutricional, econômico, tecnológico, político, e, neste caso, o antropológico, pois a comida propriamente dita expõe a expressão alimentar, não só pela busca de nutrientes na manutenção da vida, mas, também, pelos diferentes modos de se viver, de se relacionar e de pensar o mundo.

Nesse sentido, a Agricultura Familiar, engaja-se no processo de assimilações de culturas locais, onde as vivências e produções alimentares objetivam o autoconsumo e/ou comercialização desses produtos e criam oportunidades de trabalho e renda.

A Lei n. 11.326/2006 estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, abarcando os empreendimentos familiares rurais e, nesse sentido, dispõe sobre a prática da Agricultura Familiar, considerando: “empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente” aos diversos requisitos (Brasil, 2006a).

A Agricultura Familiar se tornou uma atividade econômica muito empregada por inúmeras famílias, com uma configuração para saírem da pobreza e almejar a realização da estabilidade financeira. Ainda que seja uma atividade aparentemente simples, a Agricultura Familiar adquiriu um papel basilar na garantia da segurança alimentar e no progresso da qualidade de vida de milhares de pessoas em todo o mundo.

Nesse compasso, esse movimento social possui atividades que têm se ajustado aos avanços disponibilizados pelos métodos de produção e tecnológicos, brotando e resultando em melhorias expressivas para as famílias agricultoras, com o aumento de produtividade, melhoraria na qualidade dos produtos, na redução de custos de produção e, sobretudo, tem sido fundamental na busca e garantia da segurança alimentar, conseqüentemente, na luta contra a pobreza. O avanço e apropriação das tecnologias tem conduzido esses agricultores e famílias a melhorias significativas em suas atividades.

Quando abordamos sobre as diretrizes para a promoção de alimentação saudável nas escolas, torna-se evidente e precípua o trato dispensado à Alimentação Escolar. Sobre isso, o Ministério da Saúde e o da Educação são corresponsáveis por assegurarem a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição nas escolas, sendo possível com os critérios de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, em linhas gerais, tem o objetivo complementar de atender às necessidades nutricionais do aluno no período

escolar, além de promover hábitos alimentares saudáveis, dando segmento ao princípio da política pública de educação na garantia do direito social à alimentação nas escolas. Por essa questão, a Agricultura Familiar está diretamente associada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo ratificado o preceito legal que indica: “[...] no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento), deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (Brasil, 2009a).

Esse contexto se relaciona diretamente com a função e representatividade da Alimentação Escolar. Isso porque esta (re)apresenta, também, a realidade dos atores sociais envolvidos, sendo ainda possível com fortalecimento da Agricultura Familiar local que, nesse contexto, é a da comunidade da Ilha em questão. A Alimentação Escolar ainda é capaz de fortalecer as marcas identitárias e históricas locais. Os aspectos nutricionais dos alimentos podem influenciar nos comportamentos e no desempenho dos educandos (Silva, 2011).

Com os resultados desta pesquisa, almeja-se colaborar para a reflexão das dimensões e direcionamentos destinados à promoção da alimentação saudável em diversos aspectos, enquanto fruto de políticas públicas e, essencialmente, dever do Estado, como também, na garantia do direito a programas de Alimentação Escolar, respeitando e valorizando a Cultura Alimentar local e suas dimensões educacionais e sociais, assim preconizadas na Constituição Federal do Brasil e na legislação vigente que versa sobre a temática em voga (Brasil, 2006c).

#### **2.4 Alimentação Escolar e o PNAE: O prato que alimenta a Educação**

A Alimentação escolar, antes denominada de merenda escolar, básica e principal refeição do dia para milhares de estudantes brasileiros em situação de vulnerabilidade, não se configurava como o “prato cheio com comida de verdade”. Com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Alimentação nas escolas públicas se estabeleceu como uma das políticas públicas mais antigas do país. Criado em 1955, como a “Campanha da Merenda Escolar”, inicialmente configurou-se como um programa centralizado, onde os alimentos ofertados aos estudantes eram, na sua maioria, industrializados, “enlatados”, pouco nutritivos e sem possibilitar a criatividade necessária para a produção de um cardápio inventivo e atrativo.

Cabe ressaltar que a Alimentação Escolar é direito basilar e constitucional dos alunos da educação básica pública no Brasil e, prioritariamente, dever do Estado. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado, como política pública educacional,

um dos maiores programas de Alimentação Escolar do mundo, tanto em recursos direcionados e alocados, quanto ao número de indivíduos atendidos, e único com acolhimento e atendimento universalizado (Brasil, 2015; Villar et al., 2013).

A Lei nº 8.913/1994, que dispôs sobre a municipalização da merenda escolar, revogada pela Lei nº 11.947/2009, inovou e promoveu a descentralização dos recursos financeiros, conferindo a execução do programa de alimentação aos municípios, estados e ao Distrito Federal, sob a responsabilidade das suas Secretarias de Educação. Por meio da Medida Provisória nº 1.784/98, consolidou essa nova dinâmica de logística sob o gerenciamento do FNDE e instituiu a transferência automática dos repasses para todos os municípios e secretarias de educação, sem a necessidade de celebração de convênios ou qualquer outro instrumento similar (Spinelli; Canesqui, 2002).

Nessa perspectiva, por intermédio de ações de educação alimentar e nutricional, da oferta de refeições que abarquem e garantam as necessidades nutricionais durante o período letivo, o programa de Alimentação Escolar propõe contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos discentes. Possui caráter suplementar, com transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), direcionados aos alunos da educação básica: da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, que estejam vinculados às escolas públicas e filantrópicas das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal (Brasil, 2013; Brasil, 2009a).

No fortalecimento da economia local, há a intenção de aproximar os agricultores com os consumidores, representação das políticas públicas, seja em termos federal e local. Isso abarca um trabalho interligado e conjunto entre escolas, gestores públicos, profissionais comprometidos da área de nutrição, merendeiras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas e, principalmente, os próprios agricultores. O alimento é a conclusão de diligências e esforços que começa do agricultor, passa pelos gestores públicos e vai beneficiar o consumidor que, neste caso, é a criança que vai se nutrir com esse produto beneficiado pelo valor local, pois se trata de alimento de qualidade e direcionado à mesa das escolas públicas.

Com base no conjunto de estudos e pesquisas que buscavam conceitualmente e metodologicamente avançar, em relação à ideia de “pequena produção rural”, o conceito de “Agricultura familiar”, no Brasil, surgiu na década de 1990. Esses estudos trouxeram inovações no sentido e no termo, pois, a preparação e elaboração do conceito de Agricultura Familiar baseou-se não sobre um limite máximo de área ou no valor de produção da unidade

familiar, mas fundamentou-se com base em suas relações sociais de produção (Santilli, 2009 *apud* Aroucha, 2012).

A Agricultura Familiar tem adquirido força nos últimos anos, já que possui grande importância socioeconômica para a sociedade. Com a criação e a valorização de políticas públicas direcionadas para a educação, neste caso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reverberam-se e ampliam-se possibilidades de melhoria na qualidade da alimentação ofertada e disponibilizada nas escolas, pois, em harmonia com os hábitos alimentares da região, adquirem-se insumos e gêneros alimentícios diferenciados, diversificados e saudáveis. Ademais, pode-se proporcionar desenvolvimento local e de forma sustentável, com o escoamento da produção agrícola familiar local, e configurar uma garantia e expectativa de fonte de renda.

Teóricos como Triches e Schneider (2010) e Turpin (2009) dissertam que, em face do quanto determinado pela nova legislação afeta ao tema, a Alimentação Escolar aufere reforços que estimulam os(as) agricultores(as) familiares, além de beneficiar os(as) estudantes e as comunidades locais. Ademais, a Agricultura Familiar estimula e beneficia o emprego de práticas bem-sucedidas, produtivas e equilibradas ecologicamente, pois se utiliza da diversificação de cultivos, com menor uso de insumos industriais e a cautela do patrimônio genético. Dessa forma, o incentivo a estes agricultores se torna estímulo à cultura e produção de sistema de alimentos sustentáveis, essencial, não só pela capacidade de gerar ocupação e renda, mas, também, por incrementar maior diversidade na oferta de alimentos de qualidade, com menor custo de transporte, credibilidade no produto e, sobretudo, na preservação do costume e cultura regional na produção artesanal, possibilitando a promoção da conexão entre o campo e a cidade (Triches; Schneider, 2010).

Vale destacar, que a Agricultura Familiar também abriga especificidades de produção diferenciadas (baseadas na diversificação de produtos e no uso intensivo da mão-de-obra advindas das famílias), que dificultam a sua inserção nos mercados, uma vez que produz em escalas menores, sendo menos preparada para a concorrência com segmentos empresariais especializados para a venda, em muitos casos são empresas de alimentação ou revendedores de produtos, que possuem ganhos em escala. Diferentemente dos empreendimentos familiares, esses segmentos empresariais, normalmente, são organizados e orientados para os mercados, a partir de escalas de produção superiores e, geralmente, detentores de custos de produção e de transações menores.

A Resolução nº 06/2020 do Ministério da Educação e Cultura - MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que dispõe sobre o atendimento da Alimentação

Escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, aponta as circunstâncias em que o cumprimento dos 30% de aquisição da Agricultura Familiar pode ser dispensado, mediante comprovação quando da prestação de contas:

- (i) se houver impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; (ii) se houver inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos; e (iii) se as condições higiênico-sanitárias forem inadequadas.

Nesse contexto, o PNAE possui características de programa abrangente de Alimentação Escolar que contribui efetivamente como estratégia para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A concepção do PNAE evoluiu de um programa assistencialista ou de suplementação alimentar para um programa que assegura o DHAA (FNDE, 2017). Desse modo, a refeição ofertada na escola transformou-se da perspectiva da “merenda” para o conceito de alimentação, adquirindo suporte por ser balanceada e saudável, para suprir as necessidades nutricionais durante o horário e a vida escolar dos(das) estudantes, assim beneficiados(as).

Nesse espeque, a Alimentação Escolar é fruto de políticas públicas que foram e são validadas por leis como: a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, norma atualmente revogada e que dispunha sobre a municipalização da merenda escolar; a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, substituta da acima mencionada, que regra e disciplina sobre o atendimento da Alimentação Escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; a Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que normatiza o atendimento da Alimentação Escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; a Resolução nº 4, de abril de 2015, que altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26 e demais regramento disciplinar (Brasil, 1994, 2009, 2013).

As políticas sociais e a educação são constructos de intervenção do Estado, que devem visar à manutenção das relações e formação social, para apropriar e instrumentalizar mecanismos às demandas da sociedade civil, com ações que determinam o padrão de proteção social implementadas pelo Estado, voltadas, em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais (Franco; Bittar, 2006, p. 165), dentre eles o direito à educação. Para que o exercício desse direito seja garantido de forma universal é imperativa a prática de Políticas Públicas Sociais, ou seja, neste caso, a Educacional.

Na década de 1980, com a democratização do Brasil, e a nossa Constituição Cidadã/1988, que forneceu “o arcabouço institucional necessário às mudanças na educação brasileira” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2004, p. 50), foi promulgada, em dezembro de 1996, a Lei nº 9.394/1996 (LDB). Instrumento condutor, que versa sobre as diretrizes e bases da Educação nacional (Brasil, 1996c). Ela subsidia e estabelece parâmetros para a busca do direito à educação e estimula mecanismos necessários ao incremento das execuções de políticas públicas, que promovam a universalização do acesso, permanência e aprendizagem, independentemente da classe social em que estejam inseridos esses(essas) discentes.

As ações de Alimentação Escolar no Brasil têm início com a criação do Instituto Nacional de Nutrição, na década de 1940. Porém, inicialmente inviabilizada, pela carência de recursos financeiros (Brasil, 2009a), que sob esse ponto de vista, Furtado, Pimentel e Santos (2021, p. 2) expõem:

Por volta dos anos de 1950 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição que permitiu estruturar um programa de merenda escolar de responsabilidade pública e alcance nacional. Decorre desse plano o Programa de Alimentação Escolar com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A proposta passou por várias fases de reorganização, passando a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar em 1979.

O PNAE, que nasceu com o nome de Campanha de Merenda Escolar, em 1955, estabelece, por meio da Lei nº 11.947/2009, as diretrizes da Alimentação Escolar, nos seguintes termos:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (Brasil, 2009a).

A Constituição Federal de 1988 se constituiu como importante marco legal ao preconizar o direito à Alimentação Escolar ao estudante, enquanto dever do Estado, e a garantir, como política pública, o direito a programas de Alimentação Escolar, direcionando a ações de educação alimentar e nutricional. Retomando a linha de pensamento de Furtado,

Pimentel e Santos (2021), o PNAE possui oferta de alimentação cotidiana aos estudantes matriculados em qualquer etapa e/ou modalidade da educação básica. A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 02/2020, autoriza, em caráter extraordinária e, em face da situação de emergência e calamidade pública imposta pela pandemia, “a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica” (Brasil, 2020).

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência em saúde pública de gravidade internacional e reconheceu, já em março deste mesmo ano, a Pandemia originada pelo *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2) e designada de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19). O mundo enfrentou um panorama devastador desde os primeiros indícios de surgimento de uma nova Pandemia, enfrentando um grave problema de saúde pública mundial que passa a impactar com severidade aspectos de ordem, sanitária, social, econômica e política (Góes *et al.* 2020).

Em face da iminente interrupção/suspensão das aulas presenciais, em 2020, que foi marcado pela disseminação da COVID-19, foram suscitadas novas exigências ao PNAE. Nesse contexto, a Lei nº 13.987/2020 determinou obrigação aos entes federativos a se reorganizarem e viabilizarem a execução do programa de Alimentação Escolar mesmo sem a prática das aulas presenciais, gerando fragilidades e acentuando a insegurança alimentar (Brasil, 2020).

Em decorrência disso, a pandemia interferiu também na educação, que pela necessidade de isolamento social, levou à interrupção das aulas e, conseqüentemente, ao fechamento das escolas em diversos países e no Brasil. Essa medida incide sobre o fornecimento e abastecimento da Alimentação Escolar para 47,3 milhões de estudantes matriculados (Brasil, 2021) colocando em risco a segurança alimentar de milhares de estudantes da rede pública, favorecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009).

Nessa lógica, é válido ainda ressaltar que a Alimentação Escolar é fruto de políticas de alimentação e nutrição, ação essa que visa minimizar a desnutrição. Cabe lembrar, também, que ela foi reduzida meramente como uma espécie de ação assistencial focalizada para grupos vulneráveis, ou seja, comida para alunos pobres e necessitados. Todavia, com atuação dos movimentos sociais, ao longo dos anos, resultou em sua implementação como uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional fundamentada (Oliveira; Santos, 2016).

Esse entendimento é corroborado por Furtado e Pimentel (2018, p. 2), que asseveram: “o PNAE está além do entendimento de suprir a satisfação nutricional. Apresenta-se, portanto, como um programa social, cujos princípios estão ancorados no reconhecimento, concretização e fortalecimento do direito humano e universal à alimentação”.

Pesquisadores, como Saraiva *et al* (2013), assentam que a Alimentação Escolar acontece em um espaço de relações de poder historicamente legitimadas, sendo ainda vista como práticas e identidades. Isso incide no papel ambíguo da escola, enquanto dispositivo de poder e de construção de identidades, que por sua vez, podem, e devem, assumir uma visão emancipatória. Contudo, a Alimentação Escolar ainda assume contornos e contextos de dispositivo de conservação social e manutenção das desigualdades sociais.

Não obstante as políticas públicas, ora adotadas, estarem voltadas à atenção para questões disciplinadas pela legislação vigente, observa-se que na preparação da Alimentação Escolar são utilizados alimentos com baixo valor nutricional. Além disso, observa-se que não há investimentos efetivos que possam proporcionar um cardápio variado, principalmente respeitando-se a Agricultura Familiar e o fortalecimento da cultura local, em especial, nos bairros e localidades periféricas. Portanto, a Alimentação Escolar deve assumir procedimentos de resistência às práticas de dominação e controle nos processos de construção de identidade alimentar, que agreguem criticamente o tradicional e o moderno; o local e o global.

## **2.5 Os Movimentos Sociais como instrumento de mudanças**

Cabe registrar, inicialmente, a relevância que possuem os movimentos sociais neste país, pois a participação popular nos movimentos de vida em sociedade, evidenciada por Gohn (2012), produz novos universos de relações sociais, com interações, fortalecimento de laços e vínculos de solidariedade entre pessoas do mesmo local, por meio de seus hábitos de entrosamento e oportunidades comuns. Por isso, acerca dos movimentos sociais e educação, a autora propõe observar que estes institutos possuem como elemento de união, “a cidadania”. Estes institutos sociais estão baseados na “(...) construção de diversas abordagens do ponto de vista teórico-metodológico e das visões do processo de mudanças e transformação” (Gohn, 2012, p. 15).

Para Gohn (2012), apoiada no conceito burguês de sociedade, que se sustentava a diferenciação de direitos entre a classe trabalhadora e a burguesia: “que a classe trabalhadora, acostumada com o arado e a enxada, usava somente as mãos e não a cabeça, sendo incapazes de ter ideias sublimes” (Macpherson, 1978 *apud* Gohn, 2012, p. 16).

Entretanto, hoje, graças aos movimentos sociais, é assente o entendimento posto pela nossa Constituição (Brasil, 1988), e, em sintonia com os direitos humanos, de igual dignidade entre trabalho manual e intelectual. Ademais, como posto pela autora, nesse processo de consolidação do capitalismo, “as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos. A educação volta a ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle social” (Gohn, 2012, p. 17).

Neste processo, propõe a autora um pensar no exercício da prática cotidiana, que por meio dos movimentos sociais leva à acumulação de experiências, onde a relevância da “vivência reside no passado e no presente para a construção do futuro” (Gohn, 2012, p. 23), uma vez que as opressões, negações de direitos, etc., “como experiências vivenciadas no passado, são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente” (Gohn, 2012, p. 23). Nessa construção, para subsidiar o pensamento balizador da dimensão social que os movimentos transportam e solidificam, esclarece e complementa que a fusão do passado e do presente se transforma em força social coletiva organizada, Thompson (1979 *apud* Gohn, 2012).

Na constituição de processos de movimentos sociais, Ferreira e Felício (2021, p. 100) advertem que, mesmo se depararmos com as rebeliões ocorridas na África, Ásia e América Central, que “conseguiram suplantar governos imperialistas e racistas, nós veremos que o movimento de massas e a atenção às áreas de produção do alimento foram os fatores fundamentais”, para dar a efetiva constituição na edificação, procuras de sobrevivência, nas quais são envidados esforços nas lutas de construção, que não se tratam de buscas conceituais, meramente ideológicos, mas de movimentos de sobrevivências atrelados, muitas vezes, às buscas para se saciar a fome.

Nesse contexto, cabe destacar a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que figura como legítimo movimento social, e suas vivências, que segundo o sítio eletrônico<sup>5</sup>, o MST opera no meio rural brasileiro e possui, objetivamente, a função de democratização do acesso à terra no país por meio de concretização da reforma agrária. Criado no ano de 1984 (40 anos/2024), o MST tornou-se o importante movimento social, que atua de modo a assegurar direitos básicos dos trabalhadores rurais na garantia de justiça social no campo, na promoção de ocupações de terras, com marchas e manifestações para dar maior visibilidade à questão agrária brasileira.

---

<sup>5</sup> <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>.

Para além dessas ações, o sítio eletrônico também menciona que este movimento, hoje, é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, destacando-se também no cultivo de sementes e na produção de alimentos como feijão, carne, leite, café e mandioca.

Assim, seria impossível mencionar este movimento social, como o MST, e não se pronunciar como essa forma de produção agrícola agenciou e promoveu a verdadeira transformação na Alimentação Escolar, pois permite que alimentos saudáveis, com vínculo regional, cultural, associados à terra local, produzidos diretamente por esses agricultores, que vivenciam a Agricultura Familiar, e possibilitam o consumo de produtos provenientes dessas regiões para esses(as) alunos(as) da rede de ensino público de todo o Brasil, e isso, também, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e das políticas públicas direcionadas à efetiva produção de alimentação saudável e culturalmente integrada (Brasil, 2006c).

As informações proporcionadas pelo sítio eletrônico do MST<sup>6</sup> evidenciam que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), desde 2014, reconhece a Agricultura Familiar, como alternativa central para o combate à fome no mundo, atrelada à política pública, e fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional do país. Porém, desde o início do mandato do governo que antecedeu a atual gestão pública brasileira (2019/2022), na contramão desse movimento integrador de combate à fome, proporcionou a desestruturação de políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar, além de impactar nos preços dos alimentos ofertados à população brasileira, resultou, também, no ataque à segurança alimentar e nutricional, o que foi decisivo e determinante no avanço da fome e da miséria no campo e na cidade.

Necessário salientar, na conjuntura acima referenciada, foi evidenciada pela FAO que o Brasil voltou ao mapa da fome, uma vez que se atingiu a marca de mais de 33 (trinta e três) milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade e total insegurança alimentar no país, no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (2022), realizado pela Rede Penssan<sup>7</sup>, movimento estratégico de cooperação com pesquisadores(as), gestoras(es) e técnicas(os) envolvidos em trabalhos de investigação e de caráter inter e transdisciplinar, criado em 2016, para a produção de conhecimento e pesquisa acerca da temática em Soberania e Segurança Alimentar e

---

<sup>6</sup> <https://mst.org.br/2022/07/25/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-agricultura-familiar-camponesa/>

<sup>7</sup> [https://www.acaodacidadania.org.br/?utm\\_source=googleads&gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjwte-vBhBFEiwAQsv\\_xTDhPs4\\_t7c\\_BTeZd8K4MbYrRedH-QAX3NURO-AgMdBhl6xOmry9nhoCfdEQAvD\\_BwE](https://www.acaodacidadania.org.br/?utm_source=googleads&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwte-vBhBFEiwAQsv_xTDhPs4_t7c_BTeZd8K4MbYrRedH-QAX3NURO-AgMdBhl6xOmry9nhoCfdEQAvD_BwE)

Nutricional<sup>8</sup>. E, nesse cenário, mais da metade da população brasileira enfrenta algum nível de insegurança alimentar. Em consequência e devido ao desmonte das políticas públicas na produção de alimentos, com elevada falta de infraestrutura, como estradas e transporte, e as dificuldades de acesso à saúde, educação, saneamento básico, entre outros direitos básicos, a fome tem se tornado um dos maiores problemas sociais do país. E, neste caso, atinge, de forma mais severa, quem vive nas periferias urbanas e no campo.

### 2.5.1 Agricultura Familiar e o MST

A Agricultura Familiar, hoje, desempenha e cumpre um papel fundamental na função de produção sustentável de alimentos no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribui para o abastecimento e provimento das mesas deste país. A produção familiar com implementação de práticas agroecológicas destaca-se com experiências das famílias envolvidas nesse processo de produção e escoamento de produtos alimentícios.

Cabe destacar, a prática educativa de movimento social, na qual possui a escola como um espaço integrado à comunidade, relacionada ao cultivo das famílias envolvidas na produção de alimentos, demonstra que o manejo, cultivo e cuidado com a terra seguidos pelas famílias nutrem o modelo inspirador para a agricultura de modo geral, desafiando o entendimento e visão predominante do agronegócio.

Nesse compasso, a produção familiar se destaca como importante produtora de alimentos agroecológicos, compreendendo o feijão, arroz, milho, hortaliças, laticínios, peixes e mariscos, entre outros. Práticas que abarcam a viabilidade de uma agricultura sustentável, que não apenas abastece com alimentos de qualidade, mas agencia a preservação ambiental e promove a valorização das comunidades rurais, com possibilidade de alcançar uma produção sustentável. Este modelo assume sua representatividade e resistência ao avanço do agronegócio, que tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade contemporânea.

Na contextualização deste movimento social evidencia-se que a produção agrícola/rural possui uma ampla importância no panorama econômico e social brasileiro, vez que desde quando éramos colônia de Portugal até os dias atuais, a produção agrícola passou por alterações, modificações e modernizações ao longo dos tempos. Porém, há características e aspectos que se mantêm inalterados, pois a maior parte dos produtos/alimentos que chegam à mesa dos brasileiros advém de pequenas propriedades e proveniente da produção familiar.

---

<sup>8</sup> <https://pesquisassan.net.br/depoimentos/>

Fernandes (2000) avalia as raízes históricas e lutas que impulsionaram a formação do MST, com suas táticas de mobilização e resistência, sua estrutura organizacional e, principalmente, o impacto desse movimento na política agrária, econômica e social do Brasil. Pontua e expõe que o MST surge com a finalidade de reconfigurar a distribuição de terras, consequentemente, a organização da riqueza no campo, e para incorporar outra parcela da população no contexto econômico, político e social deste país, com discussões de questões da falta de acesso à terra, desigualdade no campo e todas as demandas por força da reforma agrária. O autor oferece uma visão abarcante desse importante e legítimo movimento social no país.

No Brasil, ao longo de décadas, a relação entre o desenvolvimento dos assentamentos rurais e as políticas agrárias tem sido imposta como uma questão relevante. O fim da Ditadura Militar trouxe o campo de volta a ser assunto de interesse nas discussões políticas e nas diversas mídias. O governo da época e o último governo (2019/2022)<sup>9</sup> adotaram posturas desenvolvimentistas por meio de políticas e ações que beneficiaram, principalmente, os médios e grandes negócios do campo, vide “agronegócios”, o que resultou na precarização e marginalização dos movimentos sociais e inviabilizou a busca e concretização de direitos e acesso à terra. Wanderley (2003, p. 43) aponta que:

[...] O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogênea, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras.

Cabe assinalar que a autora enfatiza que, apesar de muitas formulações teóricas acerca da Agricultura Familiar, este movimento social insere-se no contexto de uma “(...) ideia central, na qual o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (Wanderley, 2003, p. 44).

---

<sup>9</sup> indicativo de liberação de atividades econômicas (...) impacta o aumento do desmatamento, as áreas, hoje, protegidas e atender aos interesses da expansão do agronegócio se insere o Projeto de Lei (PL 2362/19), proposto pelos senadores Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e Márcio Bittar (MDB/AC). O PL propõe a extinção das áreas de Reserva Legal nas propriedades rurais, revogando parte do Código Florestal, o que pode significar a falta de proteção em 167 milhões de hectares de vegetação nativa, como indica reportagem do jornal Valor Econômico do dia 29 de abril de 2019, disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-avanco-do-agronegocio-sob-o-governo-bolsonaro/>

Retomando os ensinamentos de Gohn (2012): “Durante os anos de resistência ao regime militar e de transição à democracia, o processo educativo desenvolvido nos movimentos tinha natureza essencialmente sociopolítica porque ele era um instrumento de mobilização e organização popular”. Assim, podemos afirmar que este já era o processo permanente de aprendizagens deste movimento, a partir das práticas, que geravam instrumentos e procedimentos de organização e de consciência social nas classes populares, gerando uma série de pedagogias alternativas com diferentes técnicas e metodologias de trabalho de campo, de natureza ativa e participativa (Gohn, 2012, p. 9).

Nesse argumento, a redemocratização do Brasil fortaleceu iniciativas, resultando em mobilizações e organizações ampliadas dos movimentos sociais, vez que a Agricultura Familiar, hoje, apresenta-se e desempenha uma função significativa na conjuntura econômica e de sociedade deste país. Ademais, apesar dos desafios, os movimentos sociais permanecem comprometidos e ativos na luta por reformas agrária e social. Os desígnios dos movimentos sociais foram e são ao longo do tempo de base no contexto nacional, pois o MST incorporou constantes, novas e diversas lutas, sempre atreladas ao meio rural, na defesa de práticas com alternativas de uma agricultura voltada e na busca pelo estabelecimento de melhorias nas condições de vida do e no campo.

As pautas relacionadas à segurança alimentar, ao combate à fome, à proteção ao meio ambiente, com destaque na defesa do acesso à terra e, conseqüentemente, à superação das desigualdades sociais, aos Direitos Humanos e Sociais, são defendidas por este Movimento Social, especialmente, em relação às populações ligadas ao Campo brasileiro. Também, nesse sentido, faz parte do conjunto de lutas do MST, ao longo do tempo, a proteção e defesa de minorias, como os quilombolas e ribeirinhos.

A precípua objetivação do movimento é a afirmação e concretização de uma política de reforma agrária no campo. Entretanto, ao longo dessas décadas e períodos de instabilidades e lutas, novas discussões foram sendo agregadas às lutas do MST: a defesa da educação no campo, da agroecologia, da Agricultura Familiar e a conseqüente preservação do meio ambiente.

Nesse processo de mudanças recentes, que se estabeleceram por meio de maquinários e na produção agrícola, surgiram questionamentos e discussões no campo e na cidade, acerca da promoção da produção sustentável, com medidas ecológicas, visando à diminuição ou menor agressão ao meio ambiente. Nesse contexto, o movimento busca e trabalha para alcançar metas de produção sustentável, focalizando o cultivo, com cuidados e manutenção agrícola sem prejudicar o ambiente em que vivem esses trabalhadores e onde trabalham.

Também, nesse caminhar, a página eletrônica do MST<sup>10</sup> registra e evidencia o enlace do desenvolvimento sustentável com a Agricultura Familiar, quando trata do programa desenvolvido por este Movimento Social, “Comida de Verdade do MST”, que sustenta a viabilidade da Agricultura Familiar e sua relação direta com o desenvolvimento sustentável, pois há “incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais e produzidos em âmbito local pela agricultura familiar nos assentamentos e acampamentos do MST.” Evidencia, também, o sítio eletrônico do MST acima referenciado, que:

Atualmente, a participação da agricultura familiar tem importância significativa na maioria dos produtos hortícolas, como alface (64,4%) e pimentão (70,8%), e espécies frutíferas, como é o caso do morango, com participação na produção de 81,2%, uva para vinho e suco (79,3%), açaí (78,7%), abacaxi (67,1%), banana (48,5%), entre outros.

Em contraponto, e distanciados aos princípios e ideais agenciados pelo MST, em nome de uma agricultura orgânica e, principalmente, sustentável, sem/ou com uso mínimo de agrotóxicos, de acordo com os registros da Lei de Acesso à Informação (Aguiar, 2022), o Brasil possui mais de 4 mil tipos de agrotóxicos aprovados pelo poder público, dos quais, mais de 1.500 (mil e quinhentos) desses defensivos agrícolas foram liberados e disponibilizados somente durante a gestão anterior (governo brasileiro - 2018/2022). Necessário, e para se alcançar um desenvolvimento rural sustentável, é preciso que a liberação e o uso desses produtos nocivos sejam analisados e revisados com muita cautela e cuidados, vez que o uso e consumo dessas substâncias em alta escala, causam graves problemas de saúde e consequências ambientais nocivas para a população.

Na compreensão dos múltiplos aspectos do desenvolvimento sustentável, com cultivos manuais de alimentos, produções isentas de agrotóxicos, e o cuidado essencial com o meio ambiente em que habitamos e vivemos, o MST objetiva eliminar os usos desses defensivos em suas produções, resguardando e assegurando, assim, a qualidade dos alimentos cultivados pelas famílias camponesas, e evidenciando preços de produtos mais acessíveis.

Em 2021, evidenciou-se o paradoxo! Quando o agronegócio comemorou uma safra recorde de mais de 272 milhões de toneladas de grãos, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, com mais da metade da população brasileira enfrentando algum nível de insegurança alimentar. Pois o agronegócio, também, beneficiou-se de políticas públicas e recursos do orçamento secreto, destinados pelo governo federal anterior (2018/2022), que incentivou produção com

---

<sup>10</sup> <https://mst.org.br/2021/07/02/7-pontos-sobre-a-agricultura-familiar-e-o-mst/>

alto nível de desmatamento ambiental, uso de agrotóxicos, e a consequente concentração de terras no histórico latifúndio brasileiro. Até por que, em 2017, o último Censo Agropecuário brasileiro demonstrou que a concentração de terras no país permanece viva e progride com o aumento e ampliação do agronegócio (1% dos proprietários de terras controlam quase 50% da área rural).

Em contrapartida, na produção de solidariedade, e mesmo com os desmontes produzidos e incentivados pelo governo deste país (2018/2022), no ataque às políticas públicas para a Agricultura Familiar camponesa e para a Reforma Agrária - como a criminalização dos movimentos sociais e populares do campo, essas famílias, com vínculo com o MST, e que vivem nas áreas de acampamentos e assentamentos, mantêm-se com resistência, em face do abandono e da violência por elas enfrentados, dia a dia, cultivando e produzindo alimentos para amenizar ou matar a fome nas periferias e no campo brasileiro, para brotar o fruto da solidariedade.

Registra o sítio eletrônico do MST<sup>11</sup> que, desde o início da pandemia da COVID/2019, o movimento social doou mais de 6.000 (seis mil) toneladas de alimentos saudáveis e entregou mais de 1.000.000 (um milhão) de marmitas solidárias para a população “em situação de vulnerabilidade no país”. Demonstra e evidencia, na prática, a importância da Agricultura Familiar para combater a fome, na garantia da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

A Agricultura Familiar é a base da prática e cultura do MST, pois esse sistema está enraizado no alicerce deste movimento social, desde a sua fundação<sup>12</sup>. Sua meta, como previsto na Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988), foi e é reivindicar terras de latifúndios desapropriadas, para se constituírem em assentamentos, nas quais essas áreas, normalmente, possuem nenhuma ou poucas benfeitorias e infraestrutura, como energia elétrica e saneamento básico. Estas famílias assentadas acompanham e seguem organizadas para realizarem novas buscas e lutas, na conquista de direitos básicos, e com os ideais da Agricultura Familiar, com a gestão da propriedade compartilhada pela família e a(o) agricultor(a) familiar numa relação direta e particular com a terra, seu território e local de trabalho e moradia.

Neste compasso, a Agricultura Familiar está diretamente relacionada à Alimentação Escolar e, mesmo merecendo um comentário à parte, seria impossível deixar de mencionar

---

<sup>11</sup> <https://mst.org.br/2022/07/25/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-agricultura-familiar-camponesa/>

<sup>12</sup> <https://mst.org.br/2021/07/02/7-pontos-sobre-a-agricultura-familiar-e-o-mst/#:~:text=O%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20carrega%20consigo%20a,identidades%20e%20modos%20de%20vida%20de%20um%20povo>

como o MST e esta forma de produção promoveu uma verdadeira transformação/revolução na Alimentação Escolar ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela Agricultura Familiar, possam ser consumidos pelos(as) alunos(as) da rede pública de ensino de todo o Brasil, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

### 2.5.2 Agricultura Familiar e o MPA: Luta por direitos, Terra e Soberania Alimentar

Assim como o MST, que traduz e manifesta ações de igual e intensa mobilidade social, esta pesquisa apresenta um panorama do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA da Bahia. Organização de sociedade civil e movimento camponês de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias<sup>13</sup> que corroboram com o pensar, de que as lutas por direitos associados à terra e pela soberania alimentar abrem janelas para o campo e desvendam possibilidades de lutas como movimento político/educativo, integrado com interação de consolidações e reivindicações por territórios.

Destaque-se que esses movimentos compreendem e abarcam reflexões com ações que convocam o poder público e a sociedade para amadurecer, coletivamente e conjuntamente, o fruto da solidariedade. A partir de desafios postos e impostos pela conjuntura econômica e social brasileira, buscam-se encontrar caminhos e trilhar para o fortalecimento de estruturas de produção com arcabouço necessário ao abastecimento de alimentos, em direção à construção de estrutura da soberania ou “saborania” alimentar, e principalmente, ao enfrentamento e combate à fome.

De tal modo, o MPA na Bahia traduz uma positividade de ações que mobilizam militantes de diversos Movimentos Sociais de territórios campesinos e comunidades tradicionais. Seu sítio eletrônico<sup>14</sup> evidencia que as lutas desse movimento se atrelam, fundamentalmente, às buscas de direitos pela terra, com foco na soberania alimentar como eixo essencial, pois a ocupação da terra possui por objetivo principal afiançar a importância da produção de alimentos para enfrentamento da fome no Estado da Bahia, “a partir da agroecologia e da potencialidade produtiva dos territórios campesinos para o autoconsumo e o abastecimento, por meio de circuitos médios e curtos de distribuição e comercialização”<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-inicia-jornada-de-luta-2023-com-ocupacao-da-seagri-em-salvador-ba/>

<sup>14</sup> Mesma fonte citada na nota de rodapé 13.

<sup>15</sup> Mesma fonte citada na nota de rodapé 13.

Atrelada ao aprofundamento das desigualdades sociais, impostas à grande parte da população brasileira, e nesse contexto, ao desafio de cuidados postos a diversas localidades no Brasil, assim como na Bahia, essa sensação e sentimento possuem nome, gênero e cor: a fome, que, estruturalmente, desempenha o papel de controle de corpos e territórios e revela diferenças de oportunidades de acesso aos direitos básicos constitucionais (Brasil, 1988). Com esse pensar e sentir, destaque-se que o Brasil chegou a ter mais de 33 milhões de brasileiros(as) em situação de fome (2019/2022). No Estado da Bahia, essa situação não é diferente, mas similar, vez que “a fome avança sobre os lares de, aproximadamente, 2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras”<sup>16</sup>, pois vale salientar que a fome possui: gênero e cor, pois avança sobre vidas e casas de mulheres da população rural, nordestina e negra, impondo desafios grandiosos para os movimentos populares, a partir desses movimentos de lutas antirracistas, anti-imperialistas e anticapitalistas.

Realidade que impõe e mostra a relação da fome e a produção de alimentos, pensada por intermédio da lógica de reprodução do capital. Importante destacar que a fome não é um problema de distribuição de alimentos. Por muitas décadas, e até hoje, produz-se no Brasil alimentos suficientes para alimentar toda a população do mundo, assim, também, como ventilado e propagado pelos produtores e sistema do agronegócio. Para o sistema do capital/capitalista, é relevante e o que realmente importa é a produção ou a superprodução de alimentos/mercadorias, que resulta no aprofundamento das desigualdades sociais, com inclusão da desigualdade com a fome ao lado da “apropriação de bens comuns dos povos: terras, águas, sementes e etc., fruto do avanço predatório das empresas capitalistas (agronegócio, mineração e etc.)”<sup>17</sup>.

Esse movimento social de luta pela terra e, enquanto prática de resistência, disputa e apresenta políticas que ideologicamente propõe: “outro projeto de desenvolvimento para o campo, com a centralidade na produção de alimentos saudáveis”<sup>18</sup>. E reafirma que, pensar na produção de alimentos para sanar questões de fome e, sobretudo, questões sociais perpassa, fundamentalmente, pela produção e conservação das sementes crioulas, do acesso à terra, água e do fortalecimento da agroecologia. Razão de fortalecimento e da energia desses movimentos sociais.

É nesse caminhar que se reconhecem as ações e investimentos no(s) campo(s) voltados à Agricultura Familiar e camponesa. No entanto, faz-se necessária a concepção de outros e

---

<sup>16</sup> <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-inicia-jornada-de-luta-2023-com-ocupacao-da-seagri-em-salvador-ba/>

<sup>17</sup> Mesma fonte citada na nota de rodapé 16.

<sup>18</sup> Mesma fonte citada na nota de rodapé 16.

novos mecanismos, com articulações de ações, com mais investimentos, presteza e celeridade para o incremento da produtividade em curto e médio prazo. Ao lado dessa perspectiva, a partir dos novos desafios, o MPA oferece e apresenta uma proposta do programa de produção alimentar no e do Campo como instrumento político e institucional para alavancar e avançar na promoção do desenvolvimento da produção, distribuição e comercialização camponesa com base na agroecologia e no abastecimento popular e, para isto, reabre ciclo de ações e luta no Estado da Bahia<sup>19</sup>.

### 2.5.3 Agricultura Familiar: a essência que germina, enraíza e prolifera

Através das ações do Sistema Capitalista global, que possui outra perspectiva, e atende com o nome de colonialidade do poder, na sobrevalorização dos produtos alimentícios industrializados e, em nome do chamado agronegócio, a sociedade brasileira é exposta cotidianamente a uma incoerência intrínseca ao avanço do modelo capitalista no campo, que revela grandes volumes de produção agrícola por um lado, porém, por outro, a segurança e soberania alimentar tornam-se escassas e insuficientes.

O acesso à alimentação se constitui um direito básico estabelecido no art. 6º da Constituição Federal, contudo a contaminação da Alimentação Escolar por agrotóxicos pode advir de ausência de legislações municipais ou do processo de gestão e fiscalização, por não resultar na aquisição e fornecimento de produtos orgânicos, em cumprimento à norma que determina a apropriação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de aderência aos produtos provenientes e advindos da Agricultura Familiar. Isso, agravado pela natureza dos cidadãos afetados, ou seja, as crianças nas escolas públicas, por ação ou omissão dos entes públicos, no contexto de um debate histórico muito profundo, e numa disputa social muito intensa.

Ademais, a depreciação da Agricultura Familiar deveria, sim, protagonizar esse processo positivo de produção, tensionando de forma valente com o sistema que empurra veneno para o prato das famílias, conseqüentemente, para crianças e adolescentes nas unidades escolares, que possibilitam serem contaminadas e conviverem com o processo de adoecimento. Isto por questões políticas, e por não atenderem aos apelos ambientais. Necessário cuidar para que o sentido e movimento contrários germinem, proliferem e enraízem com o manejo orgânico, encontrem e ocupem todas as escolas deste país. Salve a Agricultura Familiar, a Cultura Alimentar Local e a Vida!

---

<sup>19</sup> <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-inicia-jornada-de-luta-2023-com-ocupacao-da-seagri-em-salvador-ba/>

Hoffmann (2019), baseado na Filosofia da Libertação, no contexto latino-americano, e com reflexão crítica, acentua a possibilidade para se tornar mensurável que: “(...) a nova escravidão a que os seres humanos são forçados, por causa do modo de vida proposto a partir do modelo cultural hegemônico”. Modelo este promovido e evidenciado como sendo o único e melhor nas possibilidades, a partir de uma economia de mercado neoliberal globalizada (Hoffmann, 2019, pg. 19), e que suprime o ser humano a desigualdades. Assim, destaca:

Cada instituição humana, assim como cada pessoa, é ligada ao princípio vital do movimento. A vida se move, muda e fá-lo a um certo ritmo que diferencia o que está em equilíbrio, ou estar saudável, daquilo que está em desequilíbrio, ou seja, doente. Nisso, o ser humano não se distancia muito do reino animal do qual faz parte do seu ápice evolutivo. (Hoffman, 2019, p. 17)

Em contraponto, há o dever de cada um cuidar da própria saúde e da do outro, evidenciar e atribuir a importância ao corpo como instrumento de experiência interior, “o corpo, como lançadeira do espírito, numa saúde interdissiplinar e integral” (Hoffman, 2019). Necessário pensar a ética do comer e sua saudabilidade, que nos provoca sobre o cerne e a essência do ato de comer, questionar hábitos da cozinha, no sentido de trazerem malefícios para a saúde, no imaginário social, na relação afetiva com os pratos e com cada prato, no seu aspecto cultural dos saberes/fazeres desenvolvidos e sua ancestralidades, que podem diagnosticar, nesse contexto, contraponto à industrialização no ato de viver e de comer, pois cada pessoa está, gradualmente, perdendo a saúde nas filas dos mercadinhos, supermercados, padarias, e farmácias.

Cozinhar com alimentos saudáveis para comer saudabilidade é criar possibilidades e emergir vida saudável de forma integral, pujante num sentido “dusseliano”, para reivindicar alimentação de qualidade como um direito essencial e humanitário. Segundo Ribeiro (2021), a produção de alimentos está ligada à forma como as pessoas se apropriam dos recursos naturais, objetivando a sustentabilidade, pois os recursos são limitados e é necessária a garantia da manutenção da vida no planeta, com conexão à visão de mundo transdisciplinar, abarcando dignidade na busca de libertação de paladares e vontades, e distanciamentos do “adestramento” da comida *fast food* e de suas armadilhas.

Ainda, numa lógica dusseliana, Ribeiro (2021) aponta-nos a necessidade de se atentar para uma compreensão do fenômeno da alimentação, na qual consiste num campo material e simbólico, “(...) envolvido em uma teia de interrelações que se fundem e se complementam com diversas dimensões da vida humana, como a arte, a ética, a política, a economia, a

ecologia, e entre outros”, buscando-se situar o fenômeno da alimentação numa prática de apropriação de espaço da “(...) realidade objetiva e de reivindicações sociais, no qual a alimentação de qualidade é um direito essencial e de humanidade” (Ribeiro, 2021, p. 28).

Retomando Hoffmann (2019, p. 99), e baseado no contexto da filosofia da Libertação, observa-se a formatação e arcabouço estrutural opressor pela qual “a indústria alimentícia é parte integrante e capaz de impedir que os corpos possam expressar todo o seu potencial”. O termo “libertação da corporalidade”, utilizado por Hoffmann, reconhece que a mudança alimentar está para além da transmissão ou troca de ideias e, ainda, que essa troca viabilize um processo de conscientização, a transformação da realidade que pressupõe uma mudança paradigmática.

A libertação presume mudança na estrutura de produção e sustento da alimentação, como possibilidade de criar novas formas de se relacionar com o alimento, estabelecendo um olhar crítico para a indústria alimentícia, capaz de “conectar os nossos hábitos alimentares com as estruturas culturais que viabilizam o neoliberalismo” (Hoffmann, 2019, p. 99).

#### 2.5.4 Agricultura Familiar e Economia Solidária

O Dicionário da Educação do Campo define o termo Agricultura Familiar associando-o a múltiplas conotações, “Apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa; como termo de mobilização política” (Caldart, 2012, p. 34). Categorizada e que carrega uma designação politicamente diferenciada da agricultura patronal e da camponesa, estabeleceu-se como termo de mobilização política, da constituição de diferenciadas institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados, em divisões classificatórias do setor agropecuário brasileiro: agricultura familiar, agricultura patronal e agricultura camponesa, a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Brasil, 1996a).

Nesse contexto, o termo Agricultura Familiar, no Brasil, surgiu a partir de meados da década de 1990, período que ficou caracterizado e marcado na tentativa de seu fortalecimento, quando as políticas públicas de incremento e incentivo à Agricultura Familiar foram fortalecidas, impulsionadas e proporcionaram outros e novos rumos ao desenvolvimento rural brasileiro. Destaca-se o PRONAF, que surgiu como mecanismo de atendimento à antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais que, por meio de lutas e organizações,

buscavam políticas sociais de caráter econômico, direcionadas, especificamente, para o desenvolvimento rural, pois se sentiram prejudicados com a abertura comercial da economia (Fernandes, 2013).

Nesses processos, emerge a construção do(a) agricultor(a) familiar como sujeito de direitos sociais e econômicos incentivados e definidos pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – e consagrados no Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 e Resolução 2.310, de 29 de agosto de 1996.

Ainda, baseado nos conceitos explicitados pelo Dicionário da Educação do Campo:

Como a capacidade e as condições de trabalho são articuladas com base em relações familiares, a análise conceitual da *agricultura familiar* leva em consideração a diferenciação de gênero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar em diferentes contextos: quando a concepção de família integra a prática de seus membros como partes da unidade de produção, rendimentos e consumo, e, em certos domínios da vida social, irmana os afiliados enquanto coletivo; ou, por contraposição analítica, quando os familiares se orientam por valores individualizantes, exigindo negociações que abarquem projetos individuais e coletivos (Caldart, 2012, p. 35).

Por essa razão, segundo o mesmo dicionário, independente das situações, os trabalhadores vinculados às famílias não podem, ou não devem, ser dispensados (peremptoriamente), assim como ocorre com outros trabalhadores assalariados, uma vez que geralmente são filhos(as) ou agregados(as), herdeiros(as) do patrimônio por direitos formais e morais. Até porque, são alocados(as) “segundo ritmos, intensidades e fases do processo produtivo compatíveis com os padrões de definição dos ciclos de vida (meninos, jovens e adultos distintos segundo relações de gênero, sempre situacionais)” (Caldart, 2012, p. 35).

Assim, os(as) agricultores familiares são categoria social que surge da socialização no processo de trabalho familiar agrícola, por uma intensa socialização do processo de trabalho familiar e pelo predomínio de representações positivas sobre essa atividade. Neste caso, há um entendimento do processo político de construção da categoria socioprofissional agricultor familiar e de respectivos quadros institucionais, cujos agentes foram dotados de legitimidade para redefinir significados, assim marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo Agricultura Familiar.

Neste percurso, a demonstração da eficácia de investimentos públicos no curso destes processos pode (re)significar a Agricultura Familiar e, em consequência, o(a) agricultor(a) familiar. Destacando-se que, um dos aspectos fundamentais do processo de constituição de políticas públicas ou de intervenção social reflete na produção de imaginários e sistemas de

crenças para reorganização da sociedade, que na alteração da representação sobre si mesma, torne-se potencialmente portadora das possibilidades de ação política capaz de reordenar sistemas relacionais de posições.

A Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006a), que dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, elenca os profissionais, atividades e os que se enquadram e são considerados agricultores familiares, como os pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Somente em 2010, os Povos e Comunidades Tradicionais passaram a ser considerados como “agricultores familiares”, para efeito da política agrícola.

Dentre as 25 milhões de pessoas que são identificadas como povos e comunidades tradicionais, ocupando cerca de 25% do território nacional, estão povos indígenas, quilombolas, ciganos, matriz africana, povos de terreiros, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, catadoras de mangaba, apanhadores de sempre-vivas, extrativistas, comunidades de fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, entre outros que estão elencados na Lei nº 11.326/2006 e em seu art. 3º que considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural.

Como acima evidenciado acerca das áreas de atuação do agricultor familiar, ou seja, ser muito variada e diversificada, incluindo, também, os pescadores, desde que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, atento ao registro de que o *locus* da presente pesquisa se dá em ambiente situado com essas características de apropriação.

Nesse cenário, o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural se caracterizam como aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006a).

A Agricultura Familiar possui identificação direta com a economia solidária, pois, segundo Lisboa (2005, p. 110), “a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da ideia de solidariedade”, uma vez que as iniciativas que carregam esses movimentos solidários abarcam, além de diversos produtores e insumos, produtos que

traduzem alimentos, artesanatos, matérias primas e execução de variados modelos de economia, que transportam e exprimem o adjetivo de “solidário”. Na relação de uma ação de trabalho solidário, digno e afetivo, busca-se a equidade de direitos. O trabalhador ligado a essa estrutura de associação se estimula ao trabalho cooperado, onde seu “emprego” possui um acordo mútuo, com condições abrangentes de trabalho sociável e, sobretudo, contributivo para a comunidade.

No final do século XIX, a Economia Solidária surgiu no panorama econômico e social como alternativa aos modelos organizacionais capitalistas e esse modelo novo de economia se ambientou em diversos países, porém enfrentou dificuldades em relação à diferenciação do sistema capitalista, porém fez com que alguns desses empreendimentos se submetessem e se rendessem ao capitalismo, perdendo suas características solidárias. Singer (2002) aponta que a Economia Solidária foi concebida como uma alternativa superior ao capitalismo, contrapõe-se a esse sistema, possui o incentivo e viés de proporcionar às pessoas que aderem e adotam seus parâmetros e princípios, enquanto produtoras, consumidoras e poupadoras, uma vida melhor.

O estabelecimento de empreendimentos solidários proporciona variadas oportunidades de trabalho, com renda para a sua comunidade empreendedora. Essas ações e iniciativas abarcam uma “perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social” (Tauile; Rodrigues, 2004, p. 43).

O exercício da economia solidária aponta para uma experiência bem sucedida e sustentável, pois esse sistema atua em diversas áreas como: territorial, econômica, social, ambiental e cultural. Contribui, também, expressivamente para o desenvolvimento local alargando as oportunidades de emprego e renda. De acordo com Domingues (2009, p. 2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

O desenvolvimento local pode ser estimado como o conjunto de atividades sociais, políticas, econômicas e culturais que pertençam a um projeto de modificação consciente da realidade local. Para Fischer (2002), o desenvolvimento local associa a combinação entre permanência, estabilidade e transformação com inovação e conservação, competição e solidariedade. E por serem sentidos conflitantes são dirigidos simultaneamente com interesses coletivos e representados por gestores de procedimentos em diversas escalas e que, nesse contexto, a busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve se iniciar pelo rearranjo das economias locais, tarefa complexa, uma vez que envolve atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (França Filho, 2008, p. 228).

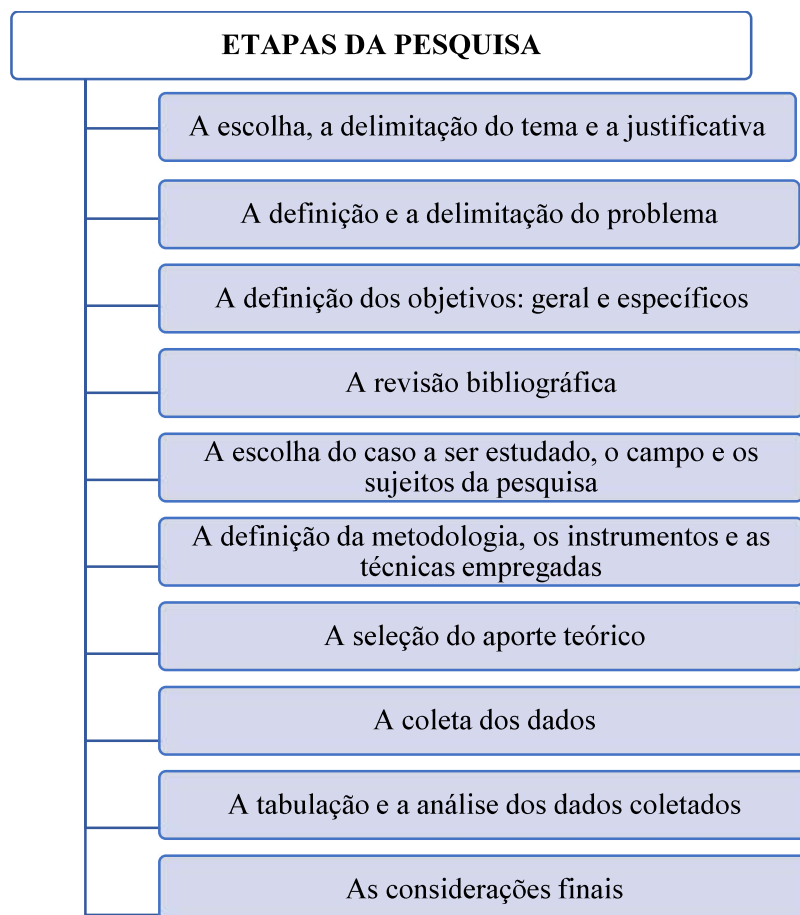
Nesse contexto, o último autor acima referenciado evidencia que a procura pelo desenvolvimento sustentável solidário, como tarefa difícil, precisa se iniciar pelo rearranjo das economias locais, com isso, envolvem atores e interesses diversificados e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (França Filho, 2008, p. 228). De tal modo, nessa intenção em explorar relações (pré) e existentes entre os sistemas da Agricultura Familiar com os empreendimentos de economia solidária, principalmente no campo dos princípios de desenvolvimento sustentável, entende-se que o trabalho organizado, solidário, associado e/ou cooperado, concebe uma forma expressiva de se promover o desenvolvimento econômico e social para comunidades desprovidas e carentes de renda, de incentivos e de políticas públicas inerentes e conexas ao cenário econômico da sociedade e do país.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse compasso, esclarecemos o caminho metodológico cursado para a realização desta investigação. Assim, no transcorrer do texto, apresentaremos os determinados e seguintes pontos: a) as etapas da pesquisa; b) o Lócus da pesquisa; c) a delimitação do tema; d) a Identificação do problema; e) o objetivo geral e os específicos; f) a revisão bibliográfica; g) os instrumentos de produção de dados; h) Técnica e abordagem da pesquisa; i) os(as) Colaboradores (as) e sujeitos da pesquisa; e, por fim, j) a apresentação da perspectiva de análise e interpretação dos dados.

Com isso, esta pesquisa foi pautada em etapas, cuja sequência encontra-se demonstrada no quadro “1”, e, para esse fim, são detalhadas em capítulo próprio.

**Quadro 1 - Etapas da pesquisa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A escolha desta Unidade Escolar para aplicação deste estudo se deu com base no seu histórico de construção, por afinidades deste pesquisador com a localidade e a comunidade em questão, e por se situar em ambiente muito familiar para este pesquisador, já que “sou nativo da Ilha” e esta comunidade apresentar características muito afins com a cultura do Recôncavo baiano, com seus conceitos gastronômicos, cultura, Cultura Alimentar, Agricultura Familiar, religiosidade e ambientação atraentes na sua arquitetura e natureza ambiental. Esta unidade de ensino é a única que comporta o Ensino Fundamental II na Comunidade em questão. Foram por estas razões, e por comportar alunos/alunas em idades mais propícias para participarem de consultas, que necessitam de respostas mais concretas, possibilitando mais interação e entendimento para aplicação das questões acerca do tema aqui tratado, a opção desta escola. Acrescentamos que a comunidade possui, também, uma unidade escolar com demandas do Ensino Fundamental I e Creche.

No que concerne à metodologia aplicada neste estudo, a primeira etapa se deu com a definição e a delimitação do tema da pesquisa, vez que possibilitou a seleção dos aspectos relevantes para serem abordados. Com isso, definimos e nos pautamos nos seguintes critérios: a delimitação do tema (as relações entre Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local), a importância e a necessidade de obter maiores esclarecimentos, e a importância do contexto, bem como a relação e adequação com a linha de pesquisa do Curso de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB. Ainda, por se tratar de um tema aparentemente extenso e amplo, elegemos para a pesquisa uma definição e sua especificidade, na perspectiva de investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador/BA, sob a ótica das dimensões acerca da Cultura Alimentar local.

Com a segunda etapa, identificamos o problema da pesquisa, e pontuamos o estudo que foi organizado em outros aspectos, como a escolha e definição do tema e sua transformação em um problema a ser resolvido. A formulação do problema contribuiu para definirmos o caminho a seguir: com a delimitação do tema, o tipo de resposta esperada; a reflexão com base no assunto tratado; o arcabouço/estrutura do roteiro para executar o estudo. Definido o problema, foram formulados o objetivo geral e os objetivos específicos, que estabeleceram a técnica para a coleta, a análise das informações e a configuração do tratamento do problema.

Na terceira etapa procedemos à revisão bibliográfica, pois ela valida e dá legitimidade à escolha do problema a ser percorrido. Selecionamos os autores que tratam do tema para a

pesquisa. Assim, permitiu-nos identificar afinidades e contrapontos, o entendimento e exame dos conceitos de autoras e autores abordados no tema e as semelhanças e/ou distintas perspectivas na pesquisa. Em consequência, para atingirmos os nossos objetivos, apropriamo-nos, também, de um estudo e exames da legislação em vigor e que tratam sobre o tema adotado, bibliográfico e documental de fontes secundárias que se dedicam ao tema, metodologias com suas especificidades, para fins de tratar e analisar os resultados e documentos oficiais que subsidiariam a pesquisa. A partir daí, definimos qual seria o universo pesquisado, os sujeitos que participariam do estudo, o seu tipo e, por fim, a sustentação teórica que daria aporte à pesquisa em tela.

### **3.1 Instrumentos de produção de dados**

A presente pesquisa contou com seguintes instrumentos de coleta de dados: roteiro de entrevistas, roteiro de questionários, roteiro de observação e documentos. Gil (2011, p. 109) conceitua que a entrevista é a “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.” Foram realizadas entrevistas com os(as) colaboradores(as) da pesquisa, individualmente, e foram também gravadas em formato de áudio. Com isso, colhemos diversos dados que nos ampararam a responder e entender o objeto de estudo proposto. Existem, como instrumento de coleta de dados, a investigação planejada que pode ser estruturada ou não estruturada. Neste caso, optamos pela observação estruturada, por consideramos que as suas propriedades melhores se adequam à nossa finalidade, vez que ela se caracteriza por ser uma ação planejada, para fins de atender os critérios preestabelecidos, cabendo ao (à) pesquisador(a) ser o mais objetivo possível, suprimindo sua influência sobre o fenômeno pesquisado e somente descrever as informações mais precisas sobre o fato em questão (Duarte, 2020, p. 1). Neste processo, elaboramos o plano estruturado para garantir a coleta dos dados almejados às análises posteriores. Foram iniciadas as observações, logo que foi obtido o parecer de aceite pelo CEP, quando procedi às idas à escola para concretização das entrevistas e aplicações dos questionários e encontros com os pais e responsáveis desses discentes para colher as assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos para pais ou responsáveis legais – TCLE (Apêndice D). No último instrumento de coleta de dados, as informações foram colhidas nos documentos institucionais, como os cardápios das refeições fornecidas na escola *locus* das pesquisas. Processo que nos ajudou a obter mais informações sobre o campo da pesquisa e sua articulação com a comunidade, entre outros.

Yin (2015, p. 54) nos aponta que: “[...] para a pesquisa de estudo de caso, o uso mais importante dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes”. Por isso, na realização da pesquisa de estudo de caso, os documentos cumprem um papel explícito em qualquer ou diversos tipos de coleta de dados.

Uma das pontas deste estudo foi de caráter documental, uma vez que analisamos e evidenciaremos o Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME) e, mais recente, a Lei de nº 11.947/2009 e Resoluções FNDE nº 26/2013 e CD/FNDE nº 4/2015, que fortalecem o amparo alimentar aos alunos matriculados nas redes municipais, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil pelas políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), evidenciando-se o fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil, 1995, 2009).

Para Minayo (2010), a entrevista e aplicação do questionário consistem em modos de interação social, formalizando um diálogo simétrico. Em suma, trata-se de uma técnica de investigação eficiente, pois proporciona ao pesquisador a produção de dados em profundidade acerca do assunto estudado. Quanto aos tipos, esses serão individuais e semiestruturados, o que consistem em questionamentos predefinidos, porém abertos, que oferecem a possibilidade da escuta sobre as experiências dos sujeitos da pesquisa e porque caracterizam-se por maior flexibilidade e espontaneidade nos discursos dos sujeitos.

Nessa direção, o roteiro para entrevistas foi organizado em dois blocos: Bloco A e Bloco B. O Bloco A disserta sobre os dados pessoais dos(das) entrevistados(as), no que concerne à escolaridade, formação, seguimento que representa, cargo que ocupa e função atual. E o Bloco B trata diretamente sobre a relação da Agricultura Familiar, a Alimentação Escolar, Cultura Alimentar e suas interfaces em relação aos atores envolvidos nesse processo na escola em comento.

Para a efetivação das entrevistas e aplicação dos questionários, procedemos ao contato diretamente com a gestão escolar, explicando os objetivos dos instrumentos de coletas de dados, bem como solicitando apoio na comunicação com o pessoal envolvido nos procedimentos relacionados à Alimentação Escolar. Foi discutido e definido o local e horários para a realização das entrevistas, quando foram apresentados, a cada entrevistado os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido destinados aos pais ou responsáveis legais e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), evidenciando os objetivos da pesquisa, e sobre a preservação da identidade no momento da transcrição das gravações e uso das informações neste trabalho final.

Neste sentido, para ampliar o entendimento acerca do tema, indicamos, como técnicas de pesquisa, a coleta de dados, por meio de aplicações de questionários, entrevistas, consultas documentais e as observações necessárias. Os sujeitos da pesquisa foram a equipe gestora, os alunos e alunas da comunidade escolar em questão, contemplando os(as) representantes dos seguimentos da administração relativa à Alimentação Escolar: nutricionistas e merendeiras. Ressalte-se que, nas conversas com os pais e mães desses e dessas discentes, foram colhidas informações acerca das atividades profissionais por elas e eles desempenhadas, e que foram confirmadas nas respostas dadas pelas alunas e alunos.

Esse estudo possui uma abordagem qualiquantitativa. Em relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória descritiva e, quanto aos seus procedimentos, o estudo se caracteriza como bibliográfico, documental, de campo e estudo de caso. As técnicas de coletas de dados utilizadas consistiram em questionários, entrevistas e observações. A metodologia abraçada se refere à linha de raciocínio assumida. Neste trabalho, foi produzida uma pesquisa bibliográfica que, para alcançar os objetivos indicados, procedemos à abordagem quantitativa e qualitativa de um estudo de caso, na Escola Municipal, do ensino fundamental II, Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador - BA.

Os instrumentos de coleta foram tabulados e analisados, definidos e combinados com o tipo e natureza da pesquisa. A coleta de dados foi executada, por meio de questionários e entrevistas aplicados aos sujeitos da pesquisa presencialmente, assim como por meio de observações com visitas *in loco*. As entrevistas e os questionários foram direcionados/organizados em linguagem simples e compreensível, para facilitar a aproximação, com as instruções necessárias para promover o seu preenchimento. Os questionários constaram de questões abertas, fechadas e de múltiplas escolhas. Já nas entrevistas, perguntas abertas. Cabendo ressaltar que os questionários foram direcionados e construídos sob uma estratégia de blocos para que essas perguntas pudessem responder às questões propostas relacionadas aos objetivos, conforme Apêndices A, B e C.

**Quadro 2 - Mostra de algumas perguntas dos questionários e entrevistas aplicados à gestora, nutricionista e merendeiras, relacionados às categorias analíticas.**

<b>Dimensão</b>	<b>Entrevistas e questionários aplicados à gestão escolar</b>
Gestora/Nutricionistas e Merendeiras	<p><b>Com base nos objetivos estabelecidos neste estudo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Secretaria de Educação do Município de Salvador oferece/dá o suporte necessário para atender à Alimentação Escolar dos(as) discentes nesta Unidade Escolar?</li> <li>- Os produtos fornecidos para o preparo da Alimentação Escolar atendem à demanda dos alunos, conforme o cardápio, em quantidade/qualidade?</li> <li>- A Secretaria de Educação fornece alimentos para Alimentação Escolar oriundos da Agricultura Familiar?</li> <li>- Os produtos da Agricultura Familiar são originários da Ilha de Bom Jesus e Região?</li> <li>- Há relação entre a comida local “Cultura Alimentar local” consumida pela comunidade e a Alimentação Escolar oferecida nesta Unidade Escolar?</li> <li>- O cardápio proposto contém comida de azeite e frutos do mar e a comida local consumida pela comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos?</li> <li>- Quando há eventos na escola, como gincanas, festas e atividades de integração entre alunos e comunidade escolar, os(as) alunos(as) são estimulados(as) a desenvolver atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local?</li> <li>- Para que se possa proporcionar um cardápio variado, saudável e, principalmente, respeitando a Agricultura Familiar e o fortalecimento da cultura local, (...) periféricas, baseado na legislação pertinente à Alimentação Escolar, o que se pode propor para valorizar o movimento da Agricultura Familiar, desenvolvimento e Cultura Alimentar local?</li> </ul>
Gestora e Nutricionistas	<p><b>Em atenção aos objetivos específicos estabelecidos neste estudo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais produtos são provenientes da Agricultura Familiar?</li> <li>- Como ocorre o processo de recebimento/aquisição nesta Escola, dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar?</li> <li>- Quais os desafios das compras institucionais da Agricultura Familiar para esta Unidade Escolar?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

**Quadro 3 - Mostra de algumas perguntas dos questionários aplicados aos Alunos e Alunas às categorias analíticas.**

<b>Dimensão</b>	<b>Questionários/Entrevista aplicada aos alunos e alunas</b>
Alunas/Alunos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Você gosta da Alimentação Escolar da sua Escola?</li> <li>- Você acha que a sua escola fornece uma Alimentação Escolar boa e saudável?</li> <li>- Seu pai, mãe ou parente é pescador, marisqueira(o)/agricultor?</li> <li>- Você conhece a Agricultura Familiar?</li> <li>- Você acha que tem a ver a Agricultura Familiar, comida local e a Alimentação Escolar oferecida na sua escola?</li> <li>- Você gosta de comida saudável ( )?; não tem preferência ( )?; da comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos e da região ( )?</li> <li>- Você consegue dizer 3 (três) comidas mais consumidas aqui em Bom Jesus e quais você mais gosta? Se sim, quais?</li> <li>- Você gosta quando é servida na escola comida com azeite, frutos do mar e comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos?</li> <li>- Você sabe se a Secretaria de Educação do município fornece alimentos para Alimentação Escolar que vem da Agricultura Familiar?</li> <li>- Quando alteram/mudam o cardápio da Alimentação Escolar e há comidas que lembram festas daqui, da Ilha de Bom Jesus dos Passos e outras festas, como Semana Santa/São João/Santos Antônio e etc., você gosta?</li> <li>- Nas comemorações, como festas (Semana Santa/São João/Santos Antônio, Natal, Carnaval e etc.), gincanas e outras atividades de integração, vocês são estimulados(as) a desenvolver atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local da comunidade?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Vale destacar, que a combinação dos instrumentos aplicados, questionários e entrevistas, com as visitas *in loco* e procedimentos de análise de documentos como os cardápios e rodas conversas com gestora, as merendeiras, nutricionistas e alunos/alunas, também foram muito significativas como contribuição e aporte na busca dos dados desta pesquisa, concluindo, assim, a nossa estrutura metodológica.

### **3.2 Análise e interpretação dos dados**

Para interpretarmos e analisarmos os dados construídos na presente investigação foi necessário organizarmos e encontrar padrões de resposta, com elementos que indicassem da melhor forma a realidade e possibilitassem interpretá-la. Assim, comparamos as mensagens evidenciadas nos dados coletados, necessitando serem lapidadas. Neste sentido, para organizar a análise e interpretação dos dados, entendemos que o ponto inicial, como nos ensina Franco (2008, p. 13): “[...] é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Tomamos como base a análise de conteúdo dos discursos prestados pelas(os) colaboradoras(es) entrevistadas(os) acerca dos temas abordados nesta dissertação. Apoiado na análise de conteúdo de Bardin (2010). Como conjunto de técnicas de análise de comunicações, visamos obter, por intermédio de procedimentos sistemáticos, a descrição do conteúdo das mensagens auferidas, com seus indicadores, quantitativos ou não, que permitiram inferir e entender os conhecimentos revelados referentes às condições de recepção/produção (variáveis inferidas) dessas mensagens produzidas.

Conforme o autor, a Análise de Conteúdo organiza-se em torno de três etapas: a) Pré-análise; b) Exposição do material; e c) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase é a de organizar os dados, que é fundamental para que torne os elementos colhidos operacionais e sistematizados. A segunda fase é das operações de codificação, decomposição ou enumeração. A última fase é como os resultados brutos são cuidados de forma a serem válidos e significativos. Finalizando essas etapas, tendo acomodado os resultados significativos, podem-se propor inferências sobre o fenômeno estudado. Esses dados coletados nas entrevistas, nas observações e nos documentos passarão por essas etapas de análise, e com o detalhamento mais aprofundado serão feitas as análises de dados produzidas nesta investigação.

### **3.3 Locus da pesquisa**

O campo de pesquisa foi realizado na escola municipal localizada na Ilha de Bom Jesus dos Passos, bairro de Salvador/BA. A unidade funciona há mais de 50 anos nesse mesmo espaço, tendo recebido suas reformas em 2010, na gestão do Prefeito João Henrique e, com últimos investimentos públicos, em 2022/2023, de limpeza, pintura em geral, reforma, troca dos revestimentos de piso e paredes, iluminação interna e externa na então gestão

municipal do Prefeito Bruno Reis. O público atendido, em linhas gerais, é de família de baixa renda, que vive quase que exclusivamente da pesca, do turismo e da atividade doméstica. Sobre isso, o Observatório de Bairros Salvador, Instituto coordenado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) informa que, em 2010, a referida Ilha contava com uma população total de 1.465 habitantes, com densidade demográfica de 31,3. Cabendo observar que a maior parte se autodeclarou parda (69,08%) e preta (9,35%), do sexo masculino (50,1%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (47,58%) (Ufba, 2020)<sup>20</sup>.

Ressalte-se que, acerca da atividade pesqueira, a Colônia de Pesca Z-3 abarca a Ilha de Bom Jesus dos Passos e a comunidade de Paramana (Ilha dos Frades). Segundo seu presidente, eleito desde 2013, a colônia atua neste ambiente e comporta 528 (quinhentos e vinte e oito) associados(as), entre pescadores(as) e marisqueiras(os). Fundada na década de 1970 e “documentada a partir de 16/01/1983”. Possui atividades de assistência a esses(as) profissionais da pesca, como acompanhamento e monitoramento previdenciário, junto ao Instituto Nacional de Previdência Social e à Receita Federal. Patrocina cursos profissionalizantes, direcionados à manutenção de barcos, fibra naval, mecânica de motores, gastronomia com projetos e oficinas para marisqueiras(os). Destaca-se nos trabalhos de organização da festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, com eventos no dia 29 de junho, quando patrocinam o “café da manhã para agregar esses(as) pescadores”, que culmina na procissão marítima em homenagem ao santo protetor dos pescadores. Acrescenta, seu presidente, que a colônia se associou à empresa italiana, Sardenha, que produz beneficiamento de mariscos e peixes, com a finalidade de estruturar uma parceria para produzir oficinas e cursos destinados a esses(as) profissionais da pesca.

Conforme Santos Filho (2020), vale destacar que a Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães contou com a professora aposentada, Agolinda Passos, ex-diretora desta Unidade escolar para sua edificação. Com o auxílio do seu pai, em parceria com o então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães, na década de 1970, construiu a escola de Bom Jesus dos Passos, e segundo relatos de sua filha (Santos Filho, 2020, p. 12): “ela era uma líder cultural, e promovia belíssimos e ricos desfiles cívicos, que aliavam todas as atividades desenvolvidas na escola que ela conseguiu erguer”. A Escola onde é hoje, registra a professora Agolinda Passos, carinhosamente chamada de professora Gogó: “Estava caindo, eu

---

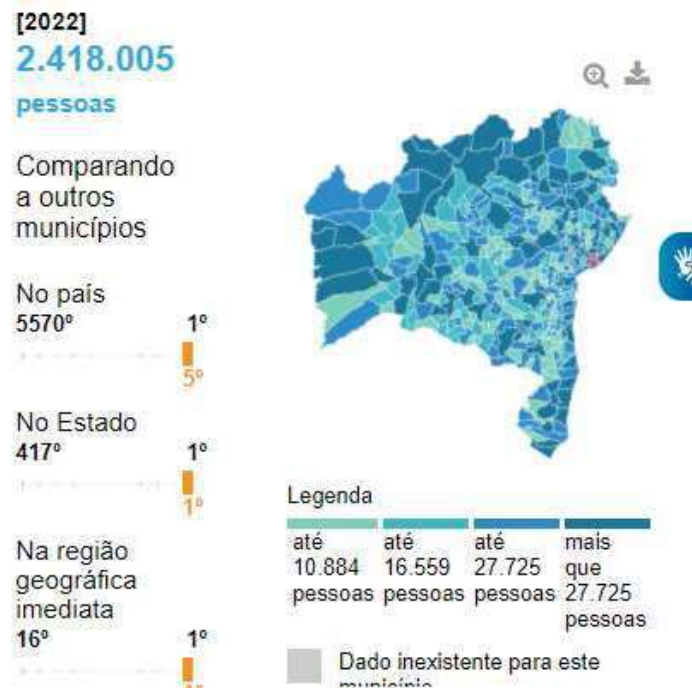
<sup>20</sup> <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/ilha-de-bom-jesus-dos-passos>

me lembro bem. Aí nós fomos pedir e fizemos a Escola na Igreja, e enquanto isso (Santos Filho, 2020, p. 12):

O prefeito era Antônio Carlos Magalhães, o velho, aí na véspera de Natal, painho foi lá desejar um feliz Natal. Eu fui e ele perguntou: Agostinho o que você quer para o Natal? painho disse: eu não, quem vai pedir é minha filha. Aí eu pedi a ele pra consertar a escola. Que hoje tem o nome dele. Em março, nós já estávamos nos mudando para lá. Para a escola que hoje é a Escola Antônio Carlos Magalhães. Eu também, não estudei ali, virou Grupo escolar Dr. Virgílio de Lemos, depois: João Florêncio, que era do governo, onde é a casa de César, com a Professora Cláudia, severa. Era na Igreja, o ensino era misto, com meninos e meninas.

As memórias aqui descritas levam a entender que a professora aposentada foi uma das precursoras do ensino e da Educação na Ilha de Bom Jesus dos Passos, à época dessa descrição, e demonstraram que a sua integração e participação nesse processo conduziram o ensino a se expandir para chegar ao que é hoje, pois apesar de ter declarado (Santos Filho, 2020, p. 12): “Não existe mais hoje esse amor à cultura”, reconhece-se que seu legado imprimiu um movimento que deu lugar às bases educativa e cultural desta Comunidade.

**Figura 1-** Mapa do Estado da Bahia: Localização de Salvador e dados do último Censo Geográfico (IBGE, 2022)



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>

**Figura 2** - Mapa – Baía de Todos os Santos, Ilhas e acidentes geográficos - localização da Ilha de Bom Jesus dos Passos.



**Fonte:**

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_ilhas\\_da\\_Bahia#/media/Ficheiro:Ilhas\\_da\\_baia\\_de\\_todos\\_os\\_santos.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ilhas_da_Bahia#/media/Ficheiro:Ilhas_da_baia_de_todos_os_santos.svg)

**Figura 3** - Foto aérea da fachada - Ponte/Atracadouro - acesso principal da Ilha de Bom Jesus dos Passos.



**Fonte:** <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/05/noticias/turismo/novo-terminal-turistico-da-ilha-de-bom-jesus-dos-passos-em-salvador-e-entregue-pelo-governador/>.

A ocupação urbana, nesse espaço de tempo, teve um crescimento acelerado em muitos bairros de Salvador. Não foi diferente do que ocorreu na Ilha de Bom Jesus dos Passos-Salvador/BA, no período de 10 (dez) anos, visto que, segundo alguns dos seus moradores e consultados, a população fixa, hoje, pode ser considerada por volta de 3.500 (três mil e quinhentas) pessoas, porém a população flutuante, em razão do fluxo de veranistas que a visitam e se estabelecem na Ilha, principalmente no período de festas, quando acontecem as festividades e celebrações religiosas católicas, relativas ao seu Padroeiro, o Senhor dos Passos,

e atinge o ápice do índice populacional no verão, considerando-se o Carnaval, chega a contar com 5.000 habitantes (Clay, 2005).

Segundo dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022) a população da cidade de Salvador/BA conta com 2.418.005 habitantes, com densidade demográfica de 3.486,96 (habitante por quilômetro quadrado). Porém não constam disponibilizados dados específicos dos bairros de Salvador. A capital baiana se encontra na 5º (quinta) posição em quantidade de habitantes no país, com seus 2,4 milhões. Isso significa um decréscimo na população, equivalente a 9,6%, em comparação com o censo anterior, que ocorreu em 2010.

Os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) revelam, também, que a população do Brasil é de 203.062.512, com o aumento de 6,45% em relação ao Censo anterior, que ocorreu em 2010. A população do Estado da Bahia é de 14.136.417, o que representa um aumento de 0,85% (zero, oitenta e cinco por cento), quando comparado ao Censo anterior, em 2010.

Cabe ressaltar que o município de Salvador/BA não possui informações específicas sobre bairros, pois não existe esta divisão de forma oficial. Cabe ao Município, como reza a CF/1988, no seu art. 30-VIII: "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (Brasil, 1988).

A Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador/BA localiza-se na Baía de Todos os Santos e é a menor entre as três ilhas que compõem os bairros da capital baiana. Fica entre os manguezais e a floresta densa, típica da mata atlântica, e em meio às Ilhas de Madre de Deus, dos Frades, Ilha de Santo Antônio e, à frente da sua fachada principal, a Ilha das Vacas. Esta composição desenha o belo cenário. Tendo à frente a sua praça e a Igreja Católica Matriz de Senhor dos Passos, seu padroeiro. Com um vasto mar azul, águas claras e calmas, ideal para pesca e prática de esportes náuticos.

Nesse ambiente, foram construídas e edificadas pousadas, instalados restaurantes e bares para atender a diversos gostos. Oferecem pratos com cardápios diversificados e variados, com preparos com peixes, frutos do mar, provenientes da pesca artesanal local, a típica cozinha baiana, dita "comida de azeite" do Recôncavo baiano, e cozinha praieira da Bahia. A simplicidade dos preparos, com tradicionais receitas e a utilização básica de produtos locais e do entorno, torna simples e ao mesmo tempo sofisticados esses preparos, como lição de respeito à gastronomia e cultura local. São servidas moquecas de peixe e frutos do mar, saladas de siri catado, de peguari, feijoada, mocotó, sarapatel, pirão de aipim com carne do sol, pizzas, hambúrgueres, petiscos, frituras e suas diversidades, entre outros

preparos culinários. Traz uma variedade gastronômica, que chega a traduzir a cozinha internacional, com sofisticação e requinte. Possui mercadinhos, *delicatessen*, lojas de roupas e acessórios, que compõem seu comércio, com serviços dispostos aos seus habitantes e visitantes. Além de áreas amplas destinadas para *camping*, esportes náuticos, praias de águas calmas e um belo azul, propícias para banho e a pesca. Situada na parte leste da ilha, está a praia da Pontinha, a mais procurada pelos habitantes e visitantes/turistas. A praia do Nordeste, também, muito frequentada e a da Ponta do Padre, localizada na parte oeste da Ilha, contam com águas quentes e ambientes calmos, propícios a um apropriado relaxamento, mergulho e um bom bate papo com os moradores e visitantes da Ilha.

Cabe registrar que este ambiente aprazível e acolhedor, desconhecido de grande parte da população soteropolitana, a Ilha de Bom Jesus dos Passos, constitui-se um bairro periférico de Salvador/BA. Interessante visitar o Solar dos Duarte, o Cais de Chico (atracadouro), as áreas de lazer destinadas aos restaurantes e bares do Brito, do Porto de Bilito, as fontes da Rua do Fogo, com sua praça de mesmo nome, a do Porrãozinho e a Fonte Grande, além da Igreja Católica Matriz, que agrega o acervo de imagens sacras, que remetem ao século XVIII. Sua Ponte (atracadouro), assim chamada, é um dos elementos simbólicos e um dos atracadouros que a Ilha possui, que são 03 (três): o localizado em frente à Igreja Católica e praça principal da Ilha – comendador Artur Neiva; o Cais de Chico, na rua do fogo; e o Cais de Bilito, que se localiza na rua do Brito. Compõem as fachadas leste, oeste e sudeste, respectivamente de entradas da Ilha e dão o requinte e beleza arquitetônica moderna.

Amparado em Santos Filho (2020, p. 14), verificam-se nos relatos dos moradores da Ilha que a praia da Pontinha, ponto muito frequentado pelos habitantes, veranistas<sup>21</sup> e turistas, após a sua requalificação: “perdeu aquela aparência de refúgio, de deserto, paraíso, com seu ar de liberdade e sempre muito frequentada por casais de namorados. Suas pedras e areal, marcas registradas foram eliminadas”. Seu Eloi, com seus 100 anos de vida pontua e revive: “Era deserto antigamente e era um lugar separado, tinha um lugar chamado Pontinha, um outro lugar era aqui que era uma fazenda, que chamava Boa Vista.”, e revela, também:

(...) e outro, um povoadozinho, o lugar de nome Brito que era de outro proprietário, então tinham poucas casas e nesse tempo o pessoal criava boi, cavalo, cabra, ovelha, criava tudo e criava até porco na rua. Nesse tempo aqui não era interior de Salvador, era governada pela Vila de São Francisco do Conde. Teve um Prefeito da Vila que o delegado convidou para buscar o

---

<sup>21</sup> Característica de quem usufrui de férias ou passa temporadas, geralmente durante o verão na praia, campo, cidade provinciana, estação termal - diferente daquele onde vive habitualmente; veraneante.

pessoal do colégio pelo Navio e trouxe de volta. Quem construiu a Igreja? Gogó sabe de tudo isso. Sobre tudo.

Deste modo, nas narrativas de Seu Eloi, constroem-se movimentos de encontros do hoje com o passado e impõe a realidade do ontem: “A Ilha era muito humilde, com casas de barro, de taipa. Desabitada. Não havia banheiro nas casas. Hoje é muito melhor, aqui tinha muita pobreza. Antes se viajava de navio, tudo era muito difícil”. Santos Filho (2020) demonstra que a vitalidade da vivência desse Senhor é base para enxergar o prático e positivo na convivência do seu espaço de vida e dos seus conterrâneos e habitantes. Hoje, este lugar que preserva a simplicidade e aconchego, costuma ser bem receptivo, respira tranquilidade e rico em história.

Ainda, baseado em Santos Filho (2020, p. 11), a Ponte de Bom Jesus dos Passos é “seu atracadouro principal, compõe a fachada de entrada da Ilha e, sobre seu histórico, descreve a professora aposentada Agolinda Passos”:

Em plena tarde de outono, conversávamos com o amigo César sobre o passado. À frente da Igreja já tinha o cais. E o do Nordeste foi feito em 1931, pelo Sr. Edgar Lemos Brito, prefeito da Vila de São Francisco, onde a nossa Ilha pertencia até 1948. A Ilha foi pertencer à cidade de Salvador, em 48. Não tínhamos nenhum funcionário, Sr. Olindino, que se chamava Baby recebia a gratificação para a cobrança de impostos de matança de animais. Em 1939 foi construída a ponte, a pedido do interventor da Bahia, Sr. Artur Neiva, o proprietário da Pontinha.

As imagens de casas seculares e a arquitetura carregada de histórias, muito constantes e presentes na Ilha de Bom Jesus dos Passos, proporcionam um passeio por suas ruas, que fazem lembrar cidades típicas brasileiras, com suas histórias e aspectos coloniais. Seus pescadores e marisqueiras<sup>22</sup> são associados(as) à Colônia de Pesca Z-3, que dá suporte a esses(essas) profissionais e produzem a tradicional e principal atividade econômica da ilha, a pesca e o consumo de peixes, mariscos e crustáceos. Como nas vilas e ilhas do Recôncavo baiano, suas mulheres e senhoras rendeiras e marisqueiras carregam o conhecimento e o dom transmitidos pelas gerações passadas, os ensinamentos dessas culturas e tradições típicas local.

Os pescadores e marisqueiras vendem diretamente aos habitantes da ilha sua produção pesqueira e de mariscagem ou repassam a outros e diversos vendedores da comunidade, que possuem seus estabelecimentos equipados com balanças, geladeiras e *freezers* para

---

<sup>22</sup> Marisqueiras são as mulheres que catam mariscos nas marés e nos manguezais, em muitos casos, principal fonte de renda dessas mulheres e das suas famílias.

acondicionarem os produtos da pesca e ofertarem aos consumidores, habitantes e frequentadores da ilha ou comercializarem nas redondezas e nas ilhas próximas. É comum serem vistas mulheres pelas ruas da ilha catando siri, escamando peixes, tratando sardinhas e tainhas, com a habilidade única e local, oferecendo esses mariscos e peixes à venda: inteiras, desvisceradas ou em filés, para consumo próprio e revenda desses produtos pescados na redondeza da ilha.

A religiosidade é também característica marcante dessa comunidade, que congrega diversas matrizes de religião, típicas da Bahia e do Brasil, com sua convivência harmônica entre a religião Católica, Batista, Assembleia de Deus, Espírita, as de matriz africana e as Neopentecostais, que compõem esse cenário de convivência religiosa dessa comunidade. As principais festas do calendário religioso católico da Ilha são as de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, que acontecem no mês de janeiro. Essa festividade conta com a novena, cortejos, procissão marítima de Nossa Senhora dos Navegantes, que acontece no segundo sábado de janeiro, além das procissões pelas ruas da ilha, que culminam no dia 9 de janeiro com a subida de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, padroeiro dessa comunidade.

Sua cultura alimenta comidas típicas do recôncavo baiano e novidades desconhecidas do grande público que chega à Ilha e se depara com relatos como de “moradora da terra” e filha de Mestre Liu<sup>23</sup>, que traz nas lembranças da sua infância o contexto da comida da Ilha de Bom Jesus, principalmente: “quando lembro do mingau de milho de Dona Senhora<sup>24</sup>, que transporta e me leva a sentir o sabor, que naquele tempo costumávamos acordar cedo para tomá-lo antes do café, e pai dizia que é pra ficar forte e dar sustância. Aquele sabor azedinho”. Hoje, segundo relata: “Mirinha de dona Pirula faz a broa de arroz, o mingau de milho e Márcia de dona Beta, também”, ainda fazem essa iguaria muito apreciada e consumida na Ilha de Bom Jesus (Santos Filho, 2020, p. 19).

Nas minhas lembranças da comida, que desde a minha infância, começando pelo “pão da terra”, pelas recordações de menino, que nesta comunidade permeia minha memória ao lembrar e sentir o peixe sendo frito, perfumando as ruas da Ilha, com o omelete de siri de

---

<sup>23</sup> Mestre Liu (1930-2017), que segundo relatos e assim chamado pelos seus conterrâneos da Ilha, foi Saveirista com seu irmão, Mestre Flor transportavam mercadorias para as feiras livres e portos de Salvador (época áurea da presença marcante dos Saveiros na Baía de Todos os Santos). Foi um dos precursores da travessia de barcos a motor (Marte e Monte Sinai – produzidos no Estaleiro da Ilha de Bom Jesus dos Passos), que faziam a linha de travessia da Ilha de Madre de Deus/Bom Jesus dos Passos e Salvador/Bom Jesus dos Passos (Mestre Flor/marinheiro), na segunda metade do século XX. Reverencia-o, com precisão e orgulho, seu filho, Fernando Jorge (Santos Filho, 2020).

<sup>24</sup> “Mingau de milho de Dona Sonhara” (1910-1982). Mingau de “milho azedo”, que apresenta um diferencial em seu sabor agridoce a ele agregado. Iguaria de origem indígena, era preparado e comercializado por “Dona Senhora”, nas décadas de 1960/1980, assim conhecida na Ilha de Bom Jesus dos Passos e ainda muito consumida por seus habitantes, hoje produzido por Dona Mirinha, filha de Dona Pirula (Santos Filho, 2014).

minha mãe Florzinha, o cheiro das moquecas de peixe das minhas tias, da minha vó Coló e da vizinhança solidária, que por essas sensações, cria conforto e desperta lembranças com afinidades, que aguçam sentidos e envolvimento com a comida de Bom Jesus dos Passos.

A identificação com a comida da Ilha encanta, principalmente, pelo que vem do mar, que assim é demonstrado, “então o sabor é diferenciado de tudo que vivia em Salvador” (Santos Filho, 2020, p. 19). Com o olhar da experimentação de cada um, que traduz sua vivência e experiência dessa cultura, muitos nesta comunidade acrescentam, com nostalgia, o exame de quem não nasceu na Ilha, mas se apropriou de momentos de sua história e a compartilha, pois mesmo sendo óbvio ter as propriedades de “comida fresca, mas têm as frutas disponíveis na rua, o cheiro da manga, o cheio das frutas, com sua característica. A sensação de comer o que é fresco, isso é fantástico!” (Santos Filho, 2020, p. 19). Acentuam-se que há uma forma de cozinhar que não é igual à forma como é feito em Salvador. “Tinha um tempero, uma história, diferente que vinha lá dos escravos, dos índios. Eu vim descobrir que em Bom Jesus não se faz moqueca de peixe com leite de coco, pimentão, alho, salsa, por exemplo” (Santos Filho, 2020, p. 19).

A experiência revelada nos relatos evidencia a assimilação com o sabor, o cheiro, perfume, no dito frescor e não só nos produtos usados, mas na forma do fazer a comida, visto que esse sabor não vem só dessa naturalidade do produto e sim da forma de se fazer, da sua história, da memória e da cultura da sua comida local. “Então toda aquela lembrança que me vem à cabeça é por conta de tudo isso: dos modos de se fazer a comida, associados ao conhecimento do que você fica sabendo depois” (Santos Filho, 2020, p. 19).

Apropriado no histórico de que a maioria da comida era feita no fogão e forno à lenha, de barro, com assimilação da cultura indígena, colocam-se a saudabilidade das infâncias vividas em Bom Jesus e “hoje fico muito feliz em contar as minhas vivências na Ilha, principalmente nessa questão da culinária que me chamava muitíssimo à atenção” (Santos Filho, 2020, p. 19). Inserem-se nesses contextos, para deixar registrado, a começar pelo café da manhã com aquele “pão artesanal maravilhoso que era feito em Bom Jesus, provavelmente, no forno à lenha, de seu Antônio Padeiro, pois é fantástico ter convivido e conviver com isso ainda hoje” (Santos Filho, 2020, p. 19).

A Igreja Católica Matriz possui os cuidados da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, que foi fundada em 1.815. A festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos acontece no mês de janeiro e envolve o novenário<sup>25</sup>, a procissão marítima de Nossa Senhora dos

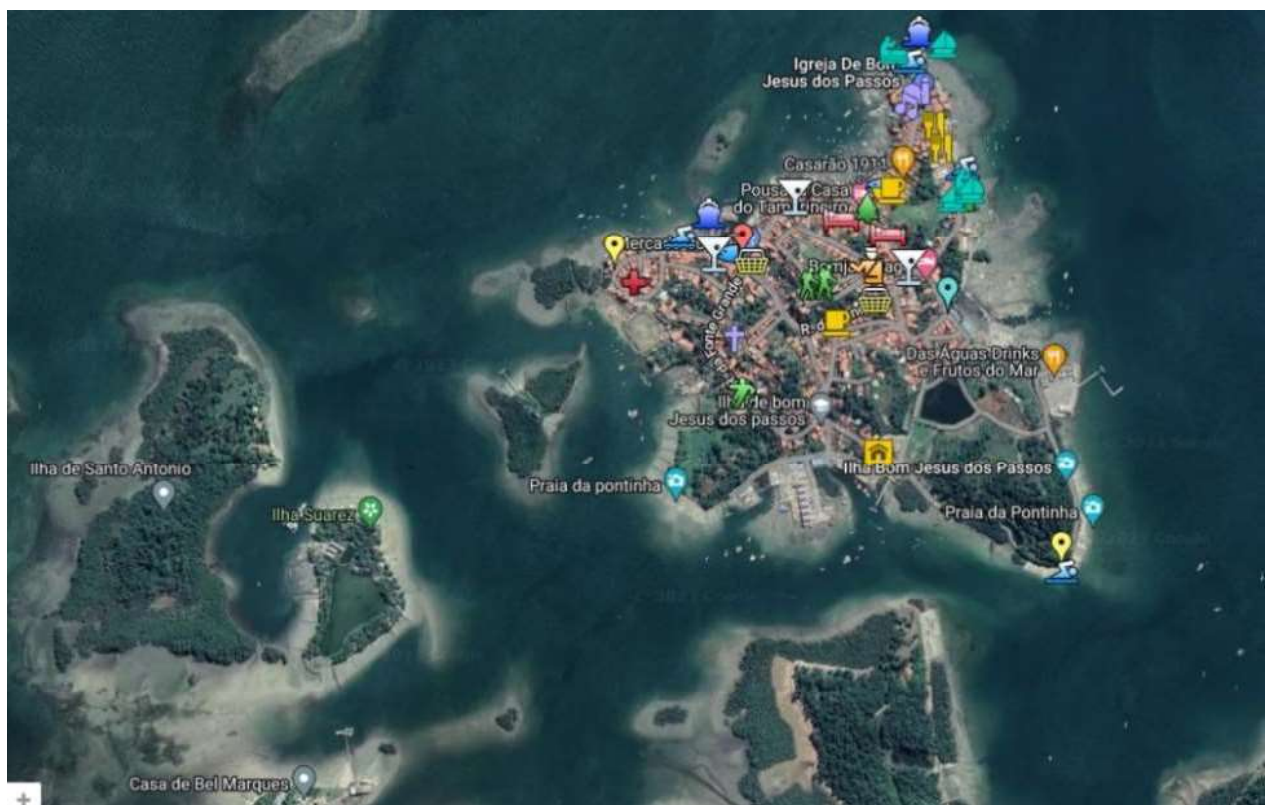
---

<sup>25</sup> O Novenário é uma prática religiosa muito comum na tradição católica, que consiste em uma série de nove dias de orações e devoção a um santo, uma santa ou a uma figura religiosa específica. Durante esse período, os

Navegantes e a procissão em terra que agregam muitos fieis, no cortejo para os diversos Santos que compõem o acervo da Igreja Católica, que culminam no dia 9 de janeiro com a celebração da “Subida de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos”<sup>26</sup>, padroeiro dessa comunidade festiva, religiosa e cultural.

Nessa época do ano, a ilha acomoda visitantes de toda parte do país, que se instalam nas casas de parentes e amigos, nas pousadas e *campings*. Essas características fazem da Ilha de Bom Jesus dos Passos uma comunidade e vila de pescadores com suas tradições, que preservam propriedades culturais, apresentam linhas e características do Recôncavo baiano, tanto da singularidade de festejos populares cristãos, quanto de manifestações da cultura local, que assinalam o calendário de festas desta comunidade singular.

**Figura 4** - Mapa e vista aérea da Ilha de Bom Jesus dos Passos – caracterização de Pontos Turísticos.

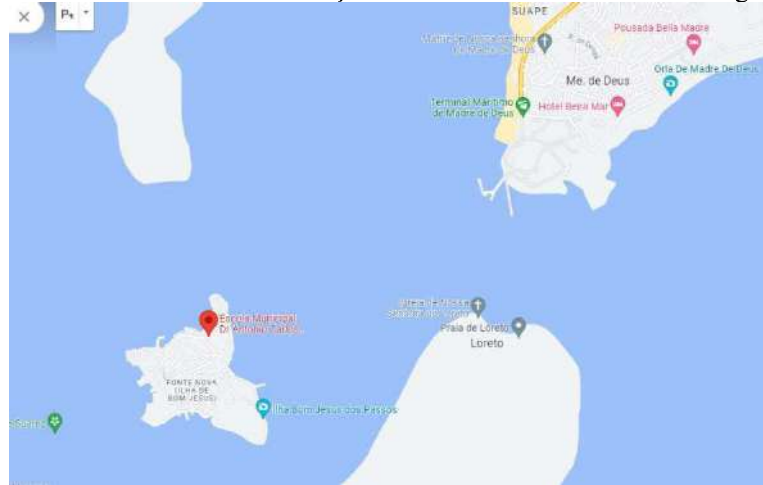


**Fonte:** [https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1D\\_GsE4kPppLNithOJlo2R8-YuOs&hl=en\\_US&ll=-12.760323043261485%2C-38.640741199999994&z=16](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1D_GsE4kPppLNithOJlo2R8-YuOs&hl=en_US&ll=-12.760323043261485%2C-38.640741199999994&z=16)

fiéis se reúnem em suas igrejas ou em suas casas para rezar e meditar sobre a vida e os ensinamentos do santo em questão. O termo “novenário” deriva do latim “novem”, que significa “nove”. Essa prática é uma forma de expressar a devoção e a gratidão aos santos e de buscar a intercessão divina em suas vidas.

<sup>26</sup> A “Subida de Senhor dos Passos” é o ritual celebrativo das festas do padroeiro da religião católica da Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador/BA, quando da finalização das celebrações aos Santos, os devotos homenageiam a ida/subida da imagem de Senhor dos Passos ao altar maior e principal da Igreja.

**Figura 5** - Mapa da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA. Inserção entre as Ilhas de Madre de Deus, dos Frades e Ilha das Vacas – Localização da Escola Dr. Antônio Carlos Magalhães



**Fonte:** Google May Maps

<https://www.google.com/maps/place/Escola+Municipal+Dr+Antonio+Carlos+Magalhaes/@-12.7543442,-38.6352655,15z/data=!4m7!3m6!1s0x7160b33966d2793:0x876e20088c0cbb73!4b1!8m2!3d-12.7586564!4d-38.6399145!16s%2Fg%2F11fb38pcfx?entry=ttu>

**Figura 6** - Igreja de Senhor dos Passos



**Fonte:** Aatoria do Pesquisador, 2023.

A Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães (Figura 7), Unidade escolar localizada na Ilha de Bom Jesus dos Passos - bairro de Salvador, Bahia, neste exercício (2024), atende ao quantitativo de 125 (cento e vinte e cinco) alunos/alunas, distribuídos no

Ensino Fundamental II, comportando do 6º ao 9º ano. É uma escola localizada próxima à praça principal da Ilha, praça Comendador Artur Neiva, sentido Rua do Fogo, s/n. Trata-se de uma localidade que abriga um comércio e que envolve pequenos mercados, praças e ambientes com quiosques, inúmeros bares e “botecos”, padarias, farmácia e peixarias, 3 (três) atracadouros, Igrejas, Católica, Protestantes, e de denominações: Batista, Assembleia de Deus e Neopentecostais. Existem 2 (dois) centros de religião de matriz africana “Candomblé”, porém encontram-se fechados, vez que o Sacerdote “Babalorixá”, de um dos Terreiros faleceu e a Mãe de Santo do outro Terreiro encontra-se doente, possui idade muito avançada, sem substituto(a). A escola encontra-se ladeada de residências, tendo a maioria de seus alunos como vizinhos bem próximos, e que fazem o percurso a pé. Abriga, também, alunos(as) da Ilha dos Frades, especificamente da comunidade de Paramana, porém, fazem o percurso por meio de transporte marítimo (barcos a motor), custeado pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA. A Unidade de ensino apresenta uma boa infraestrutura, contando com dependências com acessibilidade; alimentação fornecida (Alimentação Escolar); água filtrada; pátio coberto, sala de professor, cozinha, banheiro para os funcionários e banheiro e vestiário com chuveiro, sala da Diretoria, banheiro, dispensa, área verde e sala de Secretária, água tratada da rede pública; energia elétrica (rede pública); esgoto (fossa); lixo com coleta periódica e amparo de internet.

**Figura 7** - Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães.



**Fonte:** Aatoria do Pesquisador, 2023.

### 3.4 Passos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com a Gestora, nutricionistas, merendeiras e alunos(as) ingressos(as) no ano de 2024 da unidade escolar em voga e *locus* da pesquisa, onde as entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados(as), corpo administrativo e em relação aos alunos e alunas, de acordo com o horário de aula e a disponibilidade dispensada pelos(as) professores(as) desse(as) discentes, sendo todas elas realizadas no ambiente da escola. Os questionários e as entrevistas tiveram durações variadas, de 15 (quinze) minutos até 1 (uma) hora, porém contaram com duração média de 20 (vinte) minutos. Inicialmente, e antes das realizações das entrevistas, foram feitas breves explicações acerca do tema da pesquisa. Todos(as) os(as) responsáveis e alunos e alunas receberam, previamente, uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo a este trabalho, solicitando autorização para a realização da pesquisa, assim como o uso dos dados das entrevistas e questionários, informados(as) da garantia do anonimato das pessoas participantes deste estudo. As entrevistas e os questionários tiveram suas perguntas elaboradas a partir das dimensões que cercam a Alimentação Escolar e sua relação com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, também anexados a este trabalho.

Objetivando encontrar trechos mais significativos para atender aos objetivos da pesquisa, após a realização e aplicação de questionário e de cada entrevista, ambos foram revisitados e revisados, por meio de leituras minuciosas, diversas vezes, para destacar as partes mais significativas, que foram evidenciadas. Assim, iniciamos o processo de tecer os comentários e poder transformar as respostas mais significativas, com critérios de análise, para compará-las e identificá-las à luz dos elementos originados no marco teórico. Por fim, tendo como base a totalidade das respostas dos entrevistados e cada questão apresentada nos questionários e entrevistas, uma breve reflexão foi ponderada, com critérios criados e os comentários explanados. O processo de sistematização das entrevistas foi apropriado, buscando as respostas e comentários elaborados pelos(as) entrevistados(as), bem como os que serviram de base para as reflexões tomadas, transformando em síntese as principais discussões levantadas, os achados de pesquisa e as reflexões que se tornaram mais abrangentes acerca do tema aqui tratado.

### 3.5 Sujeitos da pesquisa

A definição de colaboradores(as),<sup>27</sup> que contribuíram e participaram desta pesquisa, deu-se por questões de serem pertencentes à comunidade escolar da escola estudada. Por isso, entendemos que os sujeitos fazem parte da equipe de gestão da escola e campo da pesquisa, diretora escolar, nutricionistas, merendeiras e alunos(as). Destaco que foi garantido o anonimato dos sujeitos que compuseram a pesquisa e que medidas para minimizar a identificação foram ajustadas. Essa investigação obedeceu e teve os processos legais respeitados, com a submissão ao CEP/UNEB e Plataforma Brasil. Todos os(as) colaboradores(as) foram convidados a compor e participar desta pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o Apêndices (D, E e F).

Assim, os sujeitos desta pesquisa compõem a comunidade escolar da escola pesquisada, representados pelos seguimentos que fazem parte desse ambiente. No total, foram 17 (dezesete) participantes da pesquisa, sendo distribuídos da seguinte maneira: a Gestora, 2 (dois) nutricionistas, 02 (duas) merendeiras e 12 (doze) alunos. Vale ressaltar que todos os alunos são ingressos neste ano de 2024 nesta Unidade de ensino. Os critérios de escolha desses sujeitos foram baseados no tipo de trabalho desempenhado na unidade escolar, em especial, com afinidade com a Alimentação Escolar, e os alunos(as) principais atores, que estão envolvidos nesse processo de consumo dessa alimentação, e que pudessem ter condições de elencar suas observações e vivências. Optamos por mesclar a escolha desses(as) discentes, sendo 1 (um) aluno e 1 (uma) aluna por turma, e por questões de gestão democrática, e de termos mais abrangência de sentimentos e percepção.

#### 3.5.1 Perfil e falas da equipe gestora: Diretora/Gestora, nutricionistas e merendeiras

No presente tópico, apresentaremos os perfis da gestora, nutricionistas, merendeiras e dos(as) alunos(as) da instituição de ensino que participaram da pesquisa em voga. Dessa forma, definimos que gestora escolar aqui é a Diretora, que compõe a equipe administrativa, conjuntamente com os nutricionistas e as merendeiras.

A Diretora da Escola em tela possui formação em Pedagogia e encontra-se no exercício da Direção da Unidade Escolar desde 2019. Foi coordenadora da escola antes de assumir o Cargo de Direção. Eleita pela comunidade escolar, via consulta pública. A

---

<sup>27</sup> É o(a) participante pesquisado(a), coletivo ou individual, com caráter voluntário, e vedada qualquer forma de remuneração (BRASIL, 1996).

nutricionista A, que coordena, faz o apoio de logística e entrega dos insumos para a escola em questão e compõe a equipe de elaboração dos cardápios, é bacharela em Nutrição, possui especialização em nutrição clínica e terapia nutricional. É vinculada à Gerência Regional de Educação – GRE – Subúrbio II e compõe a coordenação da Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Município de Salvador, assim como o outro profissional nesta área, também, nutricionista B, possui vínculo empregatício com a empresa contratada pela prefeitura municipal, encarregada da logística, controle e distribuição da entrega de produtos que compõem a Alimentação Escolar das escolas municipais. Fornece os produtos para a Secretaria de Educação da Capital baiana, que são distribuídos para as escolas do município. As merendeiras A e B estão associadas à mesma empresa que os nutricionistas contratados, e possuem habilitação de Cozinheiras. No Quadro 4 apresentam-se os perfis da equipe gestora:

**Quadro 4** – Perfil dos participantes da equipe gestora e administrativa.

<b>ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>PERFIL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>SEXO</b>
Diretora	Diretora	Feminino
Nutricionista	Nutricionista A	Feminino
	Nutricionista B	Masculino
Merendeira	Merendeira A	Feminino
	Merendeira B	Feminino

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O processo de investigação aqui tratado foi iniciado por meio de uma conversa com a Diretora e os Nutricionistas A e B da escola. A primeira pergunta efetuada para essa equipe administrativa foi direcionada à distribuição dos produtos que compõem o cardápio da Unidade Escola, assim disposta: “Como é feita a distribuição dos produtos que compõem a Alimentação Escolar para esta unidade de ensino, em especial os advindos da Agricultura Familiar?”

Vale destacar que o transporte objetiva garantir o deslocamento de insumos por meio de uma via e de um modal de transporte; do ponto de origem ao destino final. Por isso, é necessário que seja planejado e que haja estrutura suficiente para que essa escolha de meio de transporte seja ideal à logística planejada para atingir o objetivo final, que de acordo com a necessidade pública ou da empresa, leve-se em consideração os requisitos necessários para cada tipo de serviço e as categorias e condições desses meios de transporte, a exemplo de produtos perecíveis, como peixes, carnes, produtos congelados e etc., que devem estar sob a temperatura mínima necessária até chegarem ao destino programado, sendo acondicionados

em temperatura indicada. O setor público se utiliza de meios de transportes para intermediar, no prazo e condições definidas e adequadas, a prestação de serviços indispensáveis à entrega de produtos para as escolas. Vale salientar a importância dessa modalidade de movimentação na entrega dos gêneros alimentícios necessários para a alimentação das crianças e adolescentes no âmbito escolar.

Nesta questão a equipe administrava foi enfática ao responder que: O processo de distribuição dos produtos destinados à preparação da alimentação nas Unidades escolares do Município de Salvador dá-se por meio da Secretaria de Educação do Município. Sendo os(as) Nutricionistas da rede de ensino e da empresa contratada pela Prefeitura e responsáveis por essa distribuição e coordenação. A unidade escolar estudada, atualmente, recebe os produtos para preparação da Alimentação Escolar, que consiste em suprir as diversas necessidades nutricionais das crianças/adolescentes de forma a oferecer a alimentação do lanche e/ou almoço. Como não há atividades escolares de forma integral, os(as) alunos(as) recebem na instituição, às 10h e 15h (horários do lanche, pela manhã, para os/as alunos do turno matutino e, à tarde, para os/as discentes do turno vespertino, respectivamente) e intervalo para o descanso, a refeição, que pode ser em forma de comida para almoço, ou lanche, em dias alternados, conforme Cardápio demonstrado no Anexo A.

Cabendo ressaltar que, segundo relatos da Nutricionista A, os cardápios são variados, de acordo com a realidade do alunado e elaborados pela equipe de Nutricionistas vinculados à Secretaria de Educação de Salvador/BA, buscando atender às realidades específicas dessas comunidades, pois “(...) são elaborados para Salvador como cidade, porém são confeccionados com vários padrões”, como o: “CARDÁPIO – MERENDA SALVADOR – FUNDAMENTAL I (CARD 5)/FUNDAMENTAL II (CARD 7) QUILOMBOLA”, destinado a esta Unidade escolar em comento e às da Ilha de Maré e Ilha dos Frades, que se inserem em realidades idênticas de Cultura Alimentar locais, conforme corroborado no Anexo A. Portanto, direcionado à Escola em questão, buscando se apropriar da(s) realidade(s) de vivência(s) de Campo que têm esses(as) discentes, acrescenta a Diretora: “(...) para que seja coerente com a realidade local e Cultura Alimentar desses alunos e alunas.

Nesse sentir, confirmam, também, com essas informações as falas das merendeiras, quando se manifestam afirmando que “(...) sempre damos o nosso sabor” com suas apropriações da comida local, o estilo e a maneira do preparo do cardápio, buscando aproximar do que os(as) alunos(as) comem em casa, principalmente, pelo retorno dado com suas manifestações expressas de apreço: “(...) pode repetir, tia? que delícia”. Tem pimenta? quero farinha”. Assim, registrou a Nutricionista A, “(...) que não é um cardápio único para

toda Cidade de Salvador”. Com disposição de cardápios específicos para essas comunidades que convivem com a realidade da comida de azeite, frutos do mar, comungando especificidades locais e regionais, aproximando-se ou podendo chegar à coerência disposta na realidade cultural da comida desses(as) discentes, na busca de se chegar o mais próximo possível à realidade cultural e de comida local. Afirma a Nutricionista A, “(...) coerente com o cardápio da Alimentação Escolar dessa unidade de ensino”.

Como a Ilha de Bom Jesus dos Passos, a Ilha dos Frades e a Ilha de Maré, que abarcam essa comunidade escolar, são bairros periféricos e compõem a estrutura da cidade de Salvador/BA, possuem a Cultura Alimentar com características semelhantes às da cidade, porém com suas especificidades, que as tornam diferenciadas das vivenciadas na vida da cidade como área urbana. Por isso, os alimentos e produtos que compõem os cardápios das unidades escolares dessas comunidades precisam estar atrelados às características de comida local e necessitam ser pensados na sua potência, com observações nos modos e conceitos de preparos que guardem as potencialidades dessa cultura local, com seus limites da aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar da Ilha de Bom Jesus dos Passos. Dando, assim, atenção aos ditames da Lei nº 11.947/2009, que determina os 30% (trinta por cento) de inserção de produtos provenientes da Agricultura Familiar, cabendo e impondo ao poder público o cuidado e atenção para a inserção de produtos locais, compondo cada vez mais esse cardápio da Alimentação Escolar.

Em síntese, acrescentaram a Diretora e a Nutricionista A que, nos procedimentos de armazenagem dos insumos recebidos por esta Unidade Escolar, são definidos alguns critérios, como o espaço físico necessário, com sua estruturação de *layout*, suficiente para manter os estoques de produtos, que são recebidos pelas merendeiras da escola para armazenamento, em *freezers*, geladeira e depósito, de acordo com a estrutura do alimento (se secos, gelados e/ou congelados). Para preparação da alimentação da escola, além desses procedimentos, é indispensável o registro de toda a movimentação dos produtos, com o controle dos alimentos que entram e saem do estoque, com coleta das amostras, como procedimento previsto na legislação sanitária, com objetivo de identificar e esclarecer falhas que podem comprometer a qualidade e a segurança dos alimentos ofertados aos alunos(as), sendo função das profissionais que trabalham na área da cozinha e armazenagem.

A Diretora da Unidade Escolar entrevistada registrou acerca do processo e gerência do fornecimento dos produtos para composição do cardápio escolar e ressaltou que, para monitorar e checar se a empresa cumpre com a proposta dos insumos que compõem a Alimentação Escolar, definida nos cardápios, conforme dispostos; se esses insumos são

provenientes e atrelados à Agricultura Familiar, a incumbência e competência é atribuída aos nutricionistas esse monitoramento. Complementou, a Gestora, que há sempre a participação deste corpo administrativo, todo ano, e sempre no início do ano, quando se estimula a formação para apresentação da empresa gestora, contratada pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Salvador/BA. Acerca das questões que envolvem o tema da Alimentação Escolar, onde se “levantam as necessidades, com os pontos positivos e os negativos” para avaliação dos instrumentos necessários à qualificação, melhora e necessárias mudanças, ressaltou que, principalmente, a necessidade de se observar “(...) o que se está precisando melhorar”.

Vale ressaltar que, como foi explicitado pela Diretora e confirmado pela Nutricionista, vinculada à administração pública municipal: “(...) o fornecimento (...) dá-se por meio de uma empresa terceirizada vinculada à Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA”, os insumos são encaminhados por esta empresa, que possui seu próprio nutricionista, que acompanha esse transporte e encaminhamento dos produtos, por via terrestre (caminhão), e que chega no terminal marítimo de São Tomé de Paripe, Subúrbio Ferroviário de Salvador e, por meio de transporte marítimo (barco), segue para as Ilhas de Maré, Ilha dos Frades (Paramana e Costa), finalmente, até chegar à Ilha de Bom Jesus dos Passos, onde se localiza a escola em questão. Transportam-se os insumos, compondo as cestas básicas e demais gêneros alimentícios para a composição da Alimentação Escolar das escolas dessas ilhas.

A Diretora escolar registrou que os produtos “(...) são transportados e entregues, como frango, peixes, carnes, feijão, farinha, arroz, tomate, cebola, batata, cenoura, coentro e outro gêneros alimentícios (...), uma vez por semana, geralmente, e sempre às quartas-feiras”. Registrou, também, que o número de alunos desta escola é de porte médio, “(...) são 125 (cento e vinte e cinco) alunos”. As merendeiras recebem as cestas básicas e os produtos que deverão ser acondicionados em refrigeração e dispostos em prateleiras, armários e locais destinados à sua conservação, de acordo com a durabilidade e “tempo de prateleira”<sup>28</sup> desses produtos. Informou a Gestora, que às quartas-feiras, o nutricionista B acompanha e monitora a logística necessária à entrega dos produtos na escola, que são recebidos pelas merendeiras, conferidos e higienizados, que dão o destino necessário e direcionam aos locais para armazenamento, onde devem ser acondicionados e guardados para serem distribuídos e direcionados, durante a semana, na composição dos cardápios.

---

<sup>28</sup> Tempo de prateleira é o termo utilizado no comércio para designar o tempo de vida útil de um produto perecível. Pode ser, por exemplo, o período de tempo no qual o alimento apresenta e conserva as características organolépticas que o caracterizam.

Essa equipe de profissionais enfatizou que, em relação aos produtos recebidos, advindos da Agricultura Familiar, nos termos da legislação vigente, a Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA atende a esse comando e identificou que, por meio de compras de leite, farinha de mandioca e feijão esses produtos são provenientes da Agricultura Familiar. Porém, segundo a nutricionista A, não se pode precisar valores, vez que não é da alçada da profissional verificar esses dados. Ressaltou que o leite que é fornecido pela empresa terceirizada na escola compõe “fardos de 10 kg (...), e são mais gêneros, não perecíveis, pois temos o leite, a farinha de mandioca e o feijão”, que provêm da Agricultura Familiar. Enfatizou a profissional que, “o leite é sim da Agricultura Familiar. É tanto que a empresa que atende a escola de Bom Jesus, como as escolas do continente, todas são abastecidas com o mesmo leite em pó que é fornecido por esta marca”. Descrito, também, pela Diretora, acerca da distribuição e entrega dos produtos nesta Unidade Escolar, o leite é adquirido da cooperativa. Na sua fala, acrescentou que não há diferenciação entre os produtos provenientes da Agricultura Familiar e os outros produtos adquiridos pela Secretaria de Educação do Município para entrega nessa Unidade Escolar e composição do cardápio da alimentação. “O leite em pó é entregue em fardos de 10kg (caixas), a farinha e o feijão ensacados, também”. Não necessitando de refrigeração, pelo fato de não serem perecíveis, dentro das suas características, e possuem maior “tempo de prateleira”.

Assim, esses produtos, como os outros, possuem o mesmo mecanismo e logística para chegar à escola estudada e compõem o cardápio da Alimentação Escolar aqui trada. Restando descrito o processo, conforme preceituado no objetivo específico deste trabalho.

Na sequência, a pergunta apresentada a este grupo se referiu aos produtos provenientes e adquiridos da Agricultura Familiar, se são originários e oriundos da Ilha de Bom Jesus e região ou não. Em resposta, a Nutricionista ratificou o que a Diretora e o Nutricionista B haviam dito: “(...) que não há produto local incluso no cardápio desta escola”. A aquisição dos produtos para a composição da Alimentação Escolar passa por um processo licitatório, “pois se trata de administração de verba repassada pelo governo federal, onde o fornecedor faz a distribuição dos insumos no almoxarifado central, alugado pela prefeitura, e a Secretaria faz a distribuição para as escolas”.

Conforme declarou a profissional, a prefeitura não utiliza produtos provenientes da Ilha de Bom Jesus dos Passos e região, uma vez que “não há produtor local com as características exigidas pela legislação, para fins de participar de licitações disponíveis, conforme a burocracia exige”. Pontuou, ainda, que “em reuniões com os pais dos alunos, eles pedem para inserir o peixe local no cardápio, porém, precisa que se tenha o produtor local”. E

para atender à norma que exige alguns critérios para se fornecer “(...) e esse produtor tenha todos esses documentos exigidos, não só pela Vigilância Sanitária, mas pelo próprio FNDE”. A Nutricionista A ressaltou que “na Ilha é bem difícil que tenha o produtor que atenda a todas as burocracias”.

Porém, segundo informação dessa profissional, a Coordenação da Rede de Ensino do Município de Salvador/Ba, que administra a Alimentação Escolar está agenciando o processo de buscas de alternativas para agregar esses produtores locais, principalmente pescadores, e muni-los de estrutura, com documentos necessários para torná-los participantes desse processo de compra de pescados. Como registrado pela nutricionista A, com auxílio do SEBRAE, “poder adquirir o produto desses pescadores locais” e agregá-los nesse processo de compra, que “pode envolver desenvolvimento econômico e social para a comunidade local”, pois a subsistência dessas famílias estará comunicada com a Cultura Alimentar local, que corrobora com a justificativa deste estudo, a que ele se propõe, que é a sua evidência da sua função social.

A terceira pergunta diz respeito à relação estabelecida ou não entre Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local: “Você considera que há relação entre a Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura local nesta Unidade escolar?”

Nesse compasso, a coordenadora em nutrição enfatizou a relação da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, porém, em sua fala, diz: “(...) na verdade tem a ver, porém temos que colocar mais em prática (...) tem muito a ver, sim! Eles pedem para colocar o peixe mais no cardápio”. Para incorporar mais alimentos da Agricultura Familiar e incentivar a Cultura Alimentar local, a profissional mencionou que o poder público, por meio da Secretaria de Educação, “deveria fazer trabalho na própria comunidade, orientar as famílias. Eu participei até de uma reunião com participação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar”, e acrescenta que “tinha um representante do SEBRAE, ele informou que fez curso de formação para os moradores.”. Necessário mobilizar a comunidade e os profissionais que trabalham neste contexto escolar para conscientizá-los do potencial que a Agricultura Familiar possui e adquirir e potencializar o conhecimento para alavancar esse processo de economia solidária, pois ganha o pescador, a escola, o poder público e a sociedade.

Finalizando, a Nutricionista A evidenciou que para a elaboração e apropriação dos cardápios, “a aquisição de produtos para a sua composição tem que ter o processo”. Concluiu que há dificuldades para se identificar quais os passos e como esses agricultores(as) e produtores(as) podem seguir e serem conduzidos(as) ao processo de comercialização dos seus

produtos, para serem inseridos nessa teia econômica e social. Assim, questionou-se: como orientar as famílias, com promoção de formações nas próprias escolas, e quais os passos para orientar esses(as) produtores(as) familiares?

Com isso, conclui-se que a falta de informação dificulta o processo para que esses agricultores e agricultoras familiares se engajem neste processo de abastecimento de produtos por eles e elas produzidos e beneficiados para composição dos cardápios escolares. Necessário ratificar que a Alimentação Escolar deste estabelecimento de ensino, apesar da não inserção de produtos locais, está associada à Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, pois as falas desses(as) representantes da Administração escolar admitem e ressaltam essa informação. Porém, nesse cardápio ofertado a esses(as) discentes e demonstrado no Anexo A, é necessário apresentar com mais representação os alimentos e produtos da mariscagem, da pesca artesanal, do pescado artesanal, pois isso se configura Cultura Alimentar e os alunos e alunas pedem isso! As merendeiras ilustraram essa representação, ao afirmarem que: “quando oferecem comida com a cara de Bomja, eles adoram e pedem para repetir”.

Nesse sentido, o cardápio demonstra que tem apenas um dia da semana, a moqueca. A Gastronomia pode contribuir muito, pensando em outras formas de servir esses alimentos mais coerentes com o horário da Alimentação Escolar, contendo produtos locais e que se aproximem muito da comida consumida e apropriada por essa comunidade. Continuar servindo a moqueca, mas, também buscar outras formas e elementos que falem mais a linguagem e gosto locais baseado em cardápios que se ajustem às realidades de Cultura Alimentar dessa comunidade, a exemplo da frigideira de siri catado, moquecas de frutos do mar, tortas com uso de alguns pescados, como o siri catado, e vários tipos de preparações que podem ser incluídos, e que são saudáveis e podem diversificar a dieta dos estudantes na promoção de uma inclusão produtiva dos próprios pais dos estudantes, que são pescadores e marisqueiras.

Nessa perspectiva, importante pontuar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da Lei nº 14.628/2023 (Brasil, 2023), que institui o PAA e o Programa Cozinha Solidária, prioriza essas comunidades tradicionais. Os pescadores artesanais e as marisqueiras são comunidades tradicionais que merecem e carecem de atenção maior por parte do Estado, pelas características de apropriações culturais, carências de suporte público e solidariedade e de uma economia solidária presente. Importante, também, apontar que o Estado precisa dar condições para essas comunidades, para que possam ser beneficiárias(os) do PAA, como fornecedores(as) de produtos da produção pesqueira. Conseqüentemente, isso

vai também proporcionar e tornar beneficiários do PAA os(as) estudantes, como consumidores.

Por ser desafiador, possui características de apropriações culturais e tornar-se-á um benefício de/e para todos e todas da Ilha de Bom Jesus dos Passos/BA. Desafiador e com grande potencial para fazer essa ponte de conexão que, nesse compasso, há a contradição na forma como são elaborados esses cardápios, contendo produtos da Agricultura Familiar e a dificuldade deste processo de execução. Necessário buscar entender qual a dificuldade desses(as) profissionais da pesca em acessar o PAA, para fazer com que esses alimentos cheguem e componham a Alimentação Escolar desta Unidade de ensino e não barrar a logística e conexão entre os(as) agricultores(as) familiares, marisqueiras(os) pescadores(as) locais e as escolas públicas dessas comunidades.

A última pergunta da entrevista a essa equipe compõe, também, o formulário do questionário e foi direcionada a toda equipe administrativa: Diretora, Nutricionistas e Merendeiras, para a qual se buscou o entendimento direcionado: Para que se possa proporcionar um cardápio variado, saudável e, principalmente, respeitando a Agricultura Familiar e o fortalecimento da cultura local, em especial, nos bairros e localidades periféricas, baseado na legislação pertinente à Alimentação Escolar, o que se pode propor para valorizar o movimento da Agricultura Familiar, desenvolvimento e Cultura Alimentar local?

A questão foi respondida com muita ênfase, quando o Nutricionista B, responsável pela entrega de produtos e gestão da Alimentação Escolar desta Unidade de ensino, demonstrou sensibilidade ao declarar, “O incentivo à Agricultura Familiar local, para que eles se fortaleçam e possam ser caracterizados como fornecedores aptos à merenda escolar.” Neste mesmo sentido, também, este profissional propôs “realizar formações com toda comunidade escolar de uma forma simples e lúdica trazendo o tema proposto”, aliado a essa ideia e aqui registrada, a Diretora escolar corroborou com a demanda de “Integração e parceria das colônias de pesca para participar, associação de pescadores, pois já tem estrutura para atender à demanda desta escola e ao programa da Alimentação Escolar”.

Neste compasso, as merendeiras se manifestaram sensíveis, também, às demandas de atualização de cardápios e integração com os mais envolvidos neste processo, que são as(os) aluna(os), pois definiram suas propostas do processo de confecção dos cardápios atrelados às vontades de desejos desses discentes, quando se manifestaram, registraram que: “Os alunos têm que estar cientes de que o cardápio já está ou vem definido. Poderiam opinar também pelo que gosta ou não gosta. Tem alunos que pedem até farinha, pimenta e outras coisas que não são permitidas”. Acrescentaram, neste processo que seria “Bom informar aos alunos e

deixá-los cientes que o cardápio já vem definido. Eles poderiam ter oportunidade de opinar.” Com isso, demonstra a sensibilidade e propostas advindas do corpo administrativo em consonância com a legislação que trata deste tema tão caro à sociedade que é a comida advinda da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, associando-se à integração da comunidade produtora pesqueira, com seus produtos que poderão compor esse cardápio da alimentação servida neste estabelecimento escolar, atendendo os preceitos legais, culturais.

### 3.5.2 Perfil e falas dos alunos e alunas

Findada as análises das entrevistas e demonstrações das respostas aos questionários com o Corpo Administrativo/Gestão, com a palavra os(as) aluno(as). Seguiremos à demonstração de análises das respostas aos instrumentos de coletas (questionários), que compuseram este processo de investigação, comprovando a seguir a análise dos quesitos abaixo elencados. Neste compasso, foram entrevistadas(os) 12 alunas(os), do 6º ano ao 9º ano, na faixa etária de 11 (onze) a 16 (dezesesseis) anos, em sua maioria moradores(as) da Ilha de Bom Jesus dos Passos, onde se localiza a escola em estudo, matriculados no ano de 2024, quando a Unidade escolar comportou 03 (três) turmas no matutino e 03 (três) turmas no vespertino. Assim, selecionamos 02 (dois/duas) discentes por turma, direcionando para 06 (seis) meninos e 06 (seis) meninas, assim dispostos: 02 (dois) com 11 anos, 05 (cinco) com 12 anos, 03 (três) com 13 (treze) anos, 01 (uma) com 15 (quinze) anos e 01 (um) com 16 (dezesesseis) anos, conforme o Quadro 5:

**Quadro 5** – Perfil dos alunos e alunas participantes da pesquisa.

<b>ALUNADO</b>				
<b>PERFIL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>SEXO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>IDADE</b>
Alunos da Manhã	Aluna A	Feminino	6º	11
	Aluno B	Masculino	6º	11
	Aluna C	Feminino	7º	12
	Aluno D	Masculino	7º	12
	Aluno E	Feminino	8º	13
	Aluno F	Masculino	8º	13
Alunos da Tarde	Aluna G	Feminino	7º	12
	Aluno H	Masculino	7º	13
	Aluna I	Feminino	8º	12
	Aluno J	Masculino	8º	12
	Aluna K	Feminino	9º	15
	Aluno L	Masculino	9º	16

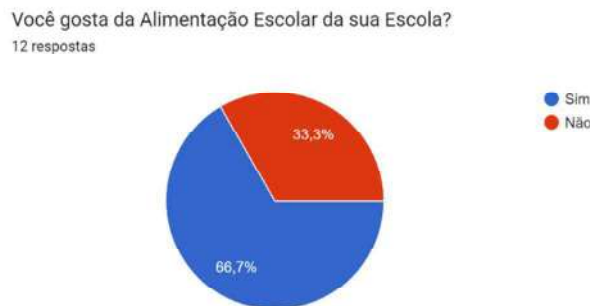
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Com essa perspectiva, e com o foco no acompanhamento, investigação, análise da distribuição e consumo dos produtos que compõem a Alimentação Escolar, sua relação com a Agricultura Familiar e a Cultura Alimentar local, esses (essas) discentes foram provocados(as) para se posicionar, inicialmente, por uma roda de conversa e esclarecimentos acerca do estudo aplicado na unidade escola, dos objetivos e da justificativa para o conhecimento e entendimento do tema proposto neste trabalho.

Mostraram entusiasmo e declararam que era bom falar de comida, pois possuem muitas coisas que eles reclamam, mais também gostam “das tias e das comidas”. Nesse processo teve, também, quem se declarasse neutro e negativamente, quanto à oferta da Alimentação Escolar servida naquela unidade de ensino.

Neste entendimento, quando perguntados(as) se “gostam da Alimentação Escolar da sua Escola?”, foram enfáticos e sempre faziam comentários, no sentido de contribuir com discussões com os(as) colegas e a estimularem objeções acerca do tema ali abordado. Com 66,7% (sessenta e seis, vírgula sete por cento) declararam que gostam, e emitiram opiniões com entusiasmo, integrados na proposta de envolvimento deste procedimento de investigação, demonstrado no gráfico 1 abaixo:

**Gráfico 1** – Opinião dos discentes sobre a Alimentação oferecida na Unidade escolar.



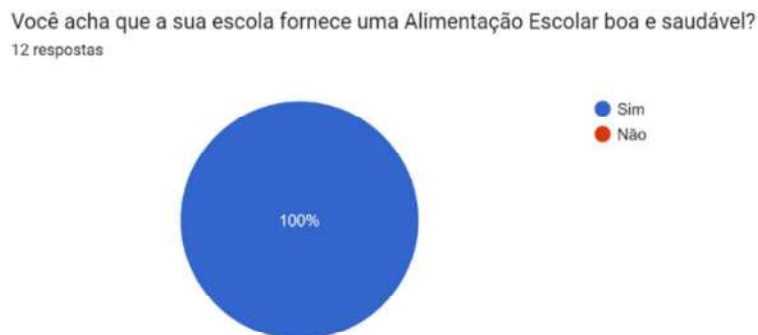
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Cabe ressaltar que as respostas comprovadas seguiram no sentido positivo e confirmam o propósito estabelecido no PNAE, refletindo, inicialmente a aceitação por uma comida que identifica paladares e conceituações apropriadas ao ambiente de sua Cultura Alimentar, pois indica a assimilação da Cultura Alimentar local, com interesses e integração com essa comida servida, nesta unidade escolar. A aplicação dos recursos públicos, neste caso, atende à política pública educacional com seus direcionamentos

próprios, necessários para oferecer uma comida rica em diversos aspectos de crescimento, objetivada na sua função social, a que deve se propor.

Após as conversas sobre comida, cultura, saúde e saudabilidade em diversos sentidos, esses (essas) discentes foram estimulados e interrogados acerca da alimentação servida nesta escola. A pergunta se direcionou no sentido: Se consideravam saudável a comida servida na escola? Isto levou a confirmar que, mesmo quem respondeu à questão anterior que não gostava da alimentação servida na escola, pontuou que era saudável. Este dado que mensura, pelos estudantes, o serviço de alimentação fornecido na escola em questão, sendo boa e saudável, eles(elas) foram enfáticos e responderam 100% (cem por cento) que sim. Concluindo-se que há o entendimento e a diferenciação do que é saudável e do que é comida associada à insegurança alimentar. Corroborando o entrosamento posto nesta pesquisa, no seu referencial teórico, e ressaltando que a Segurança Alimentar e Nutricional, associada ao PNAE, surgem neste contexto, evidenciados no direito à alimentação, protegido na Constituição Federal, visto que a Segurança Alimentar vai além da capacidade de se produzir alimentos, pois está diretamente associada à qualidade dos alimentos, à sua sanidade, aos hábitos culturais e Cultura Alimentar, e, potencialmente, à Sustentabilidade desse sistema alimentar. Neste sentido, o gráfico 2, a seguir, aponta:

**Gráfico 2** – Opinião dos discentes sobre a saudabilidade da alimentação oferecida na Unidade escolar.



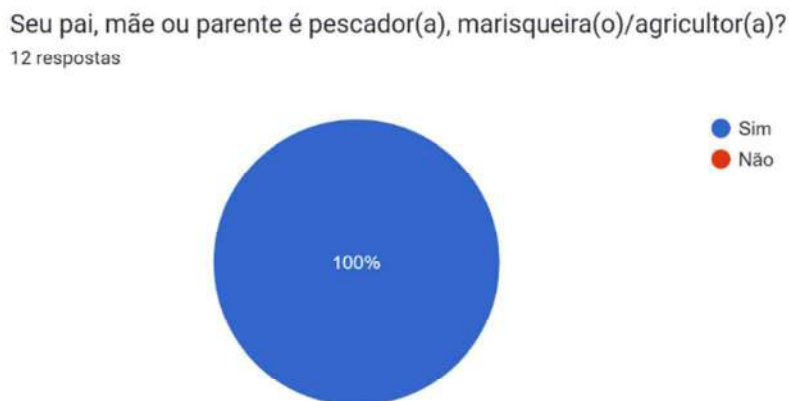
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Outra questão que merece uma reflexão é acerca da avaliação majoritariamente positiva, ao serem questionados(as), os alunos e alunas, acerca das atividades profissionais dos seus pais: “Se pai, mãe ou parente é pescador(a), marisqueira(o)/agricultor (a)?”, foram enfáticos, também, e responderam, no percentual de 100% (cem por cento) que sim.

Justifica-se, pois o ambiente em que vivem esses(as) discentes é composto de manguezais, com *habitat* propício à pesca de peixes, mariscos, crustáceos, que favorece o

manejo da pesca e mariscagem. Mesmo que não se tenham como objetivo de renda/venda de produtos da pesca, mas para o consumo familiar ou próprio, esses(as) alunos(as) estão envolvidos na cultura da pesca e, provavelmente, possuem pai, mãe, avô, avó, tio, tia, agregado neste processo. De tal modo, não houve surpresa nesta resposta, porém agrega, favoravelmente, a questão de uma cooperação da Agricultura Familiar local, por meio das cooperativas, associação de pescadores e marisqueiras para beneficiar o sistema de Cultura Alimentar local e, conseqüentemente, da Alimentação Escolar e saudabilidade desses discentes agregados, integrados e vivenciando esse processo de Cultura Alimentar local. Corroborado pelas falas da equipe Administrativa da escola que pontuou a necessidade de buscas para agenciamento desses profissionais da pesca e mariscagem, por serem, em potencial, fornecedores locais e estruturar as afinidades à cultura local para a Alimentação Escolar desta unidade de ensino. E para atender, também, ao que disciplina a norma vigente, que determina a inserção desses produtos advindos da Agricultura Familiar nesse processo de construção de uma economia solidária e desenvolvimento econômico, social, cultural local e sua sustentabilidade, o gráfico 3, a seguir, demonstra esta análise:

**Gráfico 3** – Atuação dos pais e/ou responsáveis pelos(as) discentes da Unidade escolar.

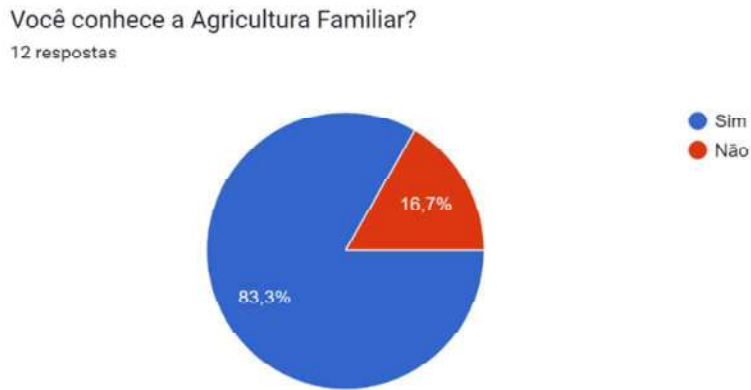


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Neste compasso, os(as) discentes, quando questionados se conhecem a Agricultura Familiar, a resposta surpreendeu, e responderam 83% (oitenta e três por cento) positivamente. Isso nos leva a crer e estimular que a partir desse entendimento e do conhecimento deste instituto social, pode-se discutir, incrementar e viabilizar possibilidades para se buscar na Comunidade e região agricultores com seus produtos para participarem e integrarem essa teia

de colaboradores para subsidiar e compor os elementos/produtos na Alimentação Escolar dessa Unidade de ensino. Fortificando economicamente e socialmente esse ambiente, como demonstra o gráfico 4 abaixo:

**Gráfico 4** – Conhecimento dos discentes sobre Agricultura Familiar.

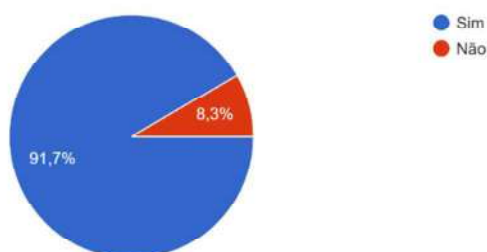


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quando abordados(as) sobre a relação entre a Agricultura Familiar, comida local e a Alimentação Escolar oferecida na escola, e questionados se consideram que há afinidades dessa relação? As respostas foram muito condizentes com esse ambiente cultural, de comida e Cultura Alimentar. Essas(es) alunas(os) demonstraram conhecimento sobre a Cultura Alimentar local, pois as conversas entre eles sempre revelavam manifestações com suas opiniões sobre quais eram essas comidas e a alimentação servida na escola. Pontuaram a necessidade de se ter um cardápio em que eles possam participar, com suas sugestões, assim como declarado pelas Merendeiras acerca da necessidade de integração do Conselho alimentar para se discutir as questões que envolvem a Comunidade escolar. O Gráfico 5, a seguir, revelou:

**Gráfico 5** – Relação entre Agricultura Familiar, comida local e Alimentação da Unidade escolar.

Você acha que tem a ver a agricultura familiar, comida local e a Alimentação Escolar oferecida na sua escola?  
12 respostas

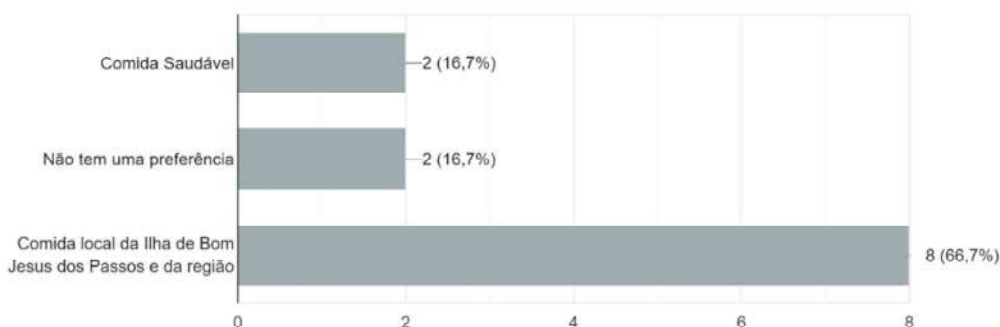


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Em seguida, buscamos entender sobre a questão acerca do gosto desses discentes, que puderam elencar se “gostam de comida saudável, ou, não tem preferência, ou prefere uma comida mais local da Ilha de Bom Jesus dos Passos e da região?” Responderam enfaticamente sobre a comida local da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA, justificando o percentual de 66,7 % (sessenta e seis, vírgula sete por cento) de identificação com a Cultura Alimentar local. As alternativas que buscaram entender sobre comida saudável e as(os) que não tenham preferência, representaram, cada uma, apenas 16,7% (dezesesseis, vírgula sete por cento), ratificando que a identificação e associação ao gosto pela Cultura Alimentar local desses alunos e alunas é substancial a promover o entendimento desses costumes locais, conforme o Gráfico 6, que se segue:

**Gráfico 6** – Tipo de Alimentação preferida dos discentes.

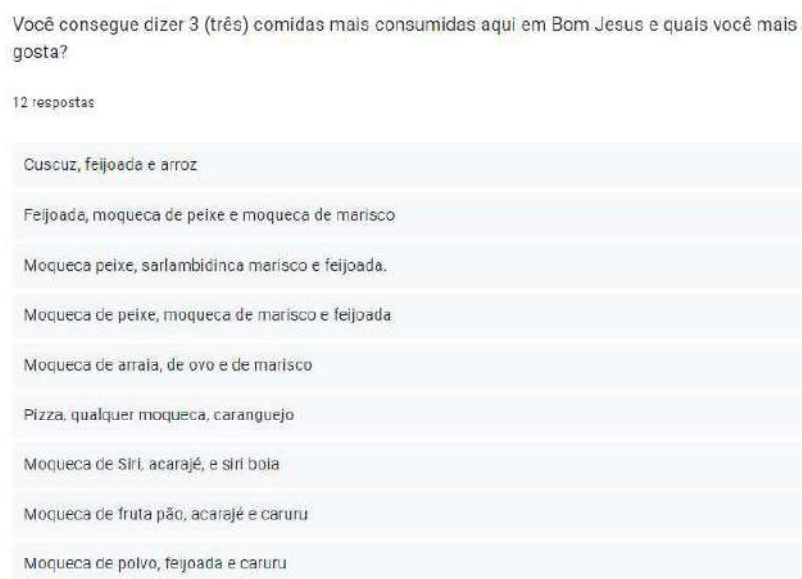
Você gosta de comida saudável, não tem uma preferência, ou prefere uma comida mais local da Ilha de Bom Jesus dos Passos e da região?  
12 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Com esse entendimento, prosseguimos buscar apreender as “comidas” que esses discentes mais gostam e possuem relação com a Cultura Alimentar local vivenciada em casa e na comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador-BA. Pontuaram 3 (três) delas, comprovando que as moquecas de peixe, de marisco, de ovo, de “fruta pão”, de polvo, caruru, acarajé, feijoada e cuscuz evidenciaram-se, apontando que essas comidas apropriadas em casa e na comunidade fazem parte dos seus cotidianos e são acomodadas numa vivência de interações, que esses registros serviram de base contextualizada para esse estudo.

**Figura 8** – Comidas locais preferidas dos alunos/alunas.

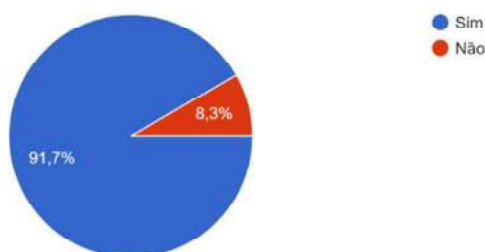


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Com a proposta de entender o envolvimento desse processo, se esse alunado gosta quando é servida na escola comida com azeite, frutos do mar e comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos? Foi observado que 91,7% (noventa e um, vírgula sete por cento) confirmaram, também, positivamente. A apropriação da unidade escolar e seu cardápio oferecido a esses(essas) discentes com a comida local e Cultura Alimentar se torna saudável, desde que esses alunos(as) reconheçam esses procedimentos de tornarem-se palpáveis essas experimentações e apropriações da Cultura Alimentar local e desses ambientes (escola, casa, comunidade).

**Gráfico 7** – Oferta da comida local na Alimentação na Unidade escolar.

Você gosta quando é servida na escola comida com azeite, frutos do mar e comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos?  
12 respostas

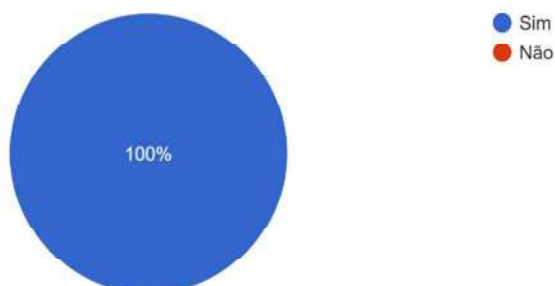


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quando questionados(as) se alteram/mudam o cardápio da Alimentação Escolar e há comidas que lembram festas daqui de Bom Jesus dos Passos e outras festas, como Semana Santa/São João/Santos Antônio e etc., você gosta? Também foram muito precisos e enfáticos e responderam na medida de 100% (cem por cento) que gostam. Ressalte-se que essas respostas viabilizam o entendimento de que esses alunos(as) precisam ser ouvidos e integrados, como foi dito pelas Merendeiras, respectivamente, em suas falas, da necessidade de se motivar e produzir oportunidades com conversas para se ouvir esses alunos(as), acerca das suas demandas e opiniões para composição dos cardápios, vez que são os(as) mais interessados(as): “Os alunos tem que estar cientes que o cardápio já está ou vem definido. Poderiam poder opinar também pelo que gosta ou não gosta. Tem alunos que pedem até farinha, pimenta e outas coisas que não são permitidas.” (Merendeira A) “Bom informar os alunos e deixá-los cientes que o cardápio já vem definido. Que eles poderiam ter oportunidade de opinar” (Merendeira B). Há a necessidade de se motivar e produzir rodas de conversas para se ouvir esses alunos(as) acerca das suas demandas e opiniões para composição dos cardápios, pois a atenção deve ser dada aos(às) mais interessados(as).

**Gráfico 8** – Alteração na oferta da Alimentação na Unidade escolar.

Quando alteram/mudam o cardápio da Alimentação Escolar e há comidas que lembram festas daqui de Bom Jesus dos Passos e outras festas, como...nta/São João/Santos Antônio e etc., você gosta?  
12 respostas

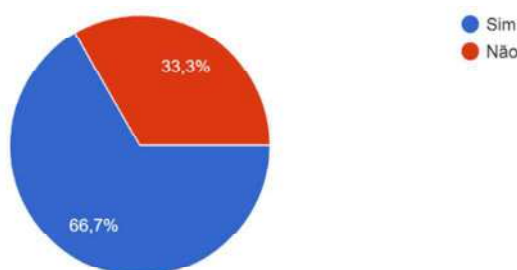


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O entendimento de que a Secretaria de Educação fornece alimentos para Alimentação Escolar que vem da Agricultura Familiar foi exposto, positivamente, em 66,7% (sessenta e seis, vírgula sete por cento) dos entrevistados (as). Confirmando que esses/essas discentes já se apropriam do conhecimento da Agricultura Familiar, como mostra o Gráfico 9:

**Gráfico 9** – Conhecimento sobre a oferta de produtos da Agricultura Familiar na Alimentação na Unidade escolar.

Você sabe se a Secretaria de Educação fornece alimentos para alimentação escolar que vem da agricultura familiar?  
12 respostas



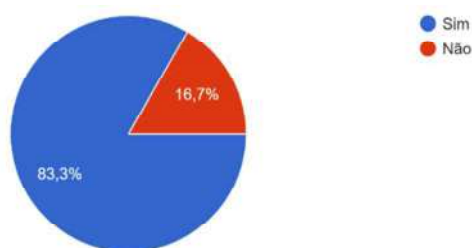
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Questionados(as) acerca de, “quando nas comemorações, como festas (Semana Santa/São João/Santo Antônio, Natal, Carnaval e etc.), gincanas e outras atividades de integração, vocês são estimulados(as) a desenvolver atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local da comunidade?”, foram respondidas 83,3% (oitenta e três,

vírgula três por cento) das questões, enfaticamente, refletindo o entendimento de que esses (as) discente são estimulados, por meio de incentivos à prática de atividades no ambiente escolar, relacionadas à cultura desenvolvida nesta comunidade associada à comida local, à Agricultura Familiar e à cultura desse ambiente. Entender a participação de cada um/uma desses(as) alunos(as) neste processo de re-conhecimento da cultura local, com associação ao aprendizado e apropriação, adotando-se elementos específicos de sua cultura e do contexto e significado que esses cidadãos podem assimilar. Esse assenhoreamento da cultura local se estabelece no campo do comportamento, como na linguagem, nas artes, na música, Cultura Alimentar, na religiosidade e no conhecimento. Enfim, são múltiplos os aspectos culturais que esses(as) discentes se apropriam. Ratifica-se assim, mais uma vez, que a Alimentação Escolar neste espaço de aprendizagem possui relação com Cultura Alimentar desta comunidade, sendo que baseado no Gráfico 10, abaixo, podemos ratificar essa análise e informação:

**Gráfico 10** – Estímulo às atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local da comunidade.

Nas comemorações, como festas (Semana Santa/São João/Santos Antônio, Natal, Carnaval e etc), gincanas e outras atividades de integração, vocês ...familiar e cultura da comida local da comunidade?  
12 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Esse assenhoreamento da cultura local se estabelece no campo do comportamento, como na linguagem, nas artes, na música, Cultura Alimentar, na religiosidade e no conhecimento. Enfim, são múltiplos os aspectos culturais que esses(as) discentes se apropriam. Ratifica-se assim, mais uma vez, que a Alimentação Escolar neste espaço de aprendizagem possui relação com Cultura Alimentar desta comunidade, assim demonstrada.

#### **4 DO CAMPO E DO MAR PARA A MESA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS – SALVADOR/BA**

Esta seção de trabalho foi dedicada para contextualizar este processo de estudo, na qual se encontram as principais divisões do conteúdo dos questionários e entrevistas, e percepções dos(as) entrevistados(as). Os tópicos foram definidos após a realização e aplicação dos questionários e das entrevistas, além das observações *in loco* e da consulta de documentos. Seguindo a ideia da teoria fundamentada nos dados (Cassiani, Caliri, Pelá, 1996), utilizamos o método indutivo-dedutivo, para interagir com os achados de pesquisa e poder criar os tópicos de análise. A partir da observação realizada nas entrevistas, este processo se deu na imersão das transcrições, utilizado o uso de várias e repetidas leituras das falas, destacando os trechos particulares, para sistematização desses períodos em assuntos que se tornaram critérios de análise. Assim, foram buscados esses itens para estabelecer a conduta de sistematização, com seus conteúdos retirados das entrevistas, respostas aos questionários aplicados, além das observações efetivas *in loco*.

##### **4.1 Entrevistas e Aplicação de Questionários**

Inicialmente, foi proposta à Diretora da escola em questão a exposição do tema, das razões, justificativa e objetivos que integram este trabalho, à equipe administrativa e às turmas dos(as) alunos(as) que compõem a unidade escolar municipal do Ensino Fundamental desta unidade escolar, assim definidas: 3 (três) turmas pela manhã e 3 (três) turmas no período da tarde, sendo: 6º, 7º e 8º anos e 7º, 8º e 9º anos, respectivamente, a fim de explicar o contexto deste estudo e a destinação da função social a que a pesquisa se propõe. Antecedente à aplicação dos questionários aos 12 (doze) alunos(os) desta unidade escolar: 6 (seis) meninos, distribuídos nas séries do 6º ao 9º ano e 6 (seis) meninas, assim, também dispostos, foram procedidas às explanações e diálogos nas rodas de conversas com esses grupos de discentes selecionados(as), os(as) quais demonstraram o interesse em colaborar e evidenciaram entender as razões e motivações a que esta pesquisa objetiva.

Ao corpo Administrativo escolar e, também, por meio de roda de conversas, expusemos os motivos e objetivação deste estudo. Em resposta à proposta apresentada, a Direção da Escola, o Nutricionista e as Merendeiras, em sentido geral, demonstraram

interesse e entusiasmo com a sugestão deste estudo. Não pouparam questionamentos, elogios, e evidenciaram elucidações de questões e sugestões diante dos desafios e demandas na gestão da Alimentação Escolar vivenciada naquela unidade de ensino.

Neste sentido, foram lançados os questionamentos acerca das suas formações e funções na unidade escolar, afinados com a gestão da alimentação desta unidade de ensino. Foram entrevistadas(os), nos dias 03 e 04 de abril de 2024 e, em relação às suas formações e funções desempenhadas na escola, colhemos: Pedagoga, Bacharel em Nutrição, Cozinheira Geral e Cozinheira, que desempenham as funções de Gestora, Nutricionista e 2 (duas) Merendeiras, respectivamente.

Assim, em relação ao acompanhamento, avaliação, gestão e consumo da Alimentação Escolar e sua relação com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, inicialmente, foram questionados (as): A Secretaria de Educação do Município de Salvador/Ba oferece o suporte necessário para atender à Alimentação Escolar dos discentes nesta Unidade Escolar?

**Gráfico 11** – Suporte para atender à Alimentação dos discentes na Unidade Escolar.

A Secretaria de Educação do Município de Salvador oferece/dá o suporte necessário para atender à Alimentação Escolar dos discentes nesta Unidade Escolar?  
5 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Neste compasso, como evidenciado no gráfico acima, foram registradas 100% (cem por cento) das respostas positivamente. Ratificando que a Administração Municipal, por meio da Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA dá o suporte necessário a atender à demanda desses alunos para funcionamento da Alimentação Escolar desta Unidade de ensino, buscando atender, também, à legislação, que impõe nos seus preceitos e ordens, para que se apreenda que a Alimentação Escolar, disciplinada pela Lei nº 11.947/2009, inclui a educação alimentar e nutricional neste processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar (Brasil, 2009). O alunado precisa estar bem alimentado para dar a resposta necessária a este processo de apreensão em múltiplas conexões, como o entendimento dessa alimentação

e sua apropriação da cultura da comida local nos seus processos de integração e suas aprendizagens.

Esta resposta corrobora com a premissa de que os municípios passam a elaborar planos e projetos governamentais até chegarem aos espaços escolares, considerando-se a complexidade das ações que envolvem esses diversos atores: a gestão escolar, equipes de nutricionistas (da rede municipal), merendeiras das unidades escolares e, os mais interessados e envolvidos neste processo, que são os(as) próprios(as) alunos(as), que neste estudo, refletiu na Escola Dr. Antônio Carlos Magalhães na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

Quando esta equipe administrativa foi interrogada acerca dos produtos fornecidos para o preparo da Alimentação Escolar e, se esses insumos atendem à demanda dos(as) alunos(as), conforme o cardápio, em quantidade e qualidade? Responderam:

**Gráfico 12** – Atendimento da demanda em quantidade e qualidade.

Os produtos fornecidos para o preparo da Alimentação Escolar, atendem à demanda dos alunos(as), conforme o cardápio, em quantidade e qualidade?  
5 respostas



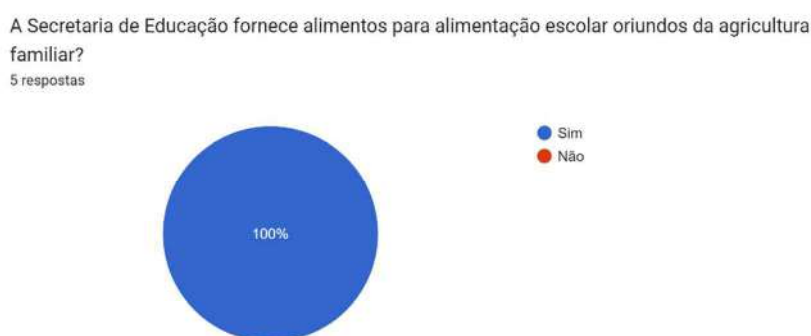
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A equipe gestora da Alimentação Escolar apresentou respostas positivas, evidenciando, também, o percentual de 100% (cem por cento), associando que os produtos fornecidos pela administração municipal para o preparo da Alimentação Escolar atendem à demanda dos alunos(as), conforme o cardápio, em quantidade e qualidade. O que demonstra a preocupação da importância da alimentação para o desenvolvimento da vida com atributos de qualidade, principalmente na infância e adolescência, uma vez que, é nesta fase que se estabelecem hábitos adequados e saudáveis. Crianças e adolescentes podem tornar-se sujeitos autônomos, direcionando suas escolhas alimentares, com seus hábitos de forma saudável e combinada com suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais. Confirmando a adequação, de que as políticas públicas são compreendidas como de responsabilidade do Estado (Hofling, 2001). O desempenho estatal e a necessidade da

presença e atuação do poder público nos processos e “demandas sociais” incumbem as instituições implementarem os projetos de governo, por meio de programas associados aos interesses coletivos e direcionados à sociedade, aqui são confirmados.

Seguindo este processo de investigação, foi lançada a seguinte questão para essa equipe de profissionais: Se a “Secretaria de Educação fornece alimentos para Alimentação Escolar oriundos da Agricultura Familiar?”. Podemos verificar as respostas no Gráfico 13, a seguir:

**Gráfico 13** – Origem dos alimentos fornecidos pela Secretaria de Educação.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Atribuindo o percentual de 100% (cem por cento), essa equipe gestora afirmou que a Secretaria de Educação do Município de Salvador fornece alimentos para Alimentação Escolar oriundos da Agricultura Familiar. Ratificando os preceitos da Legislação vigente: Lei nº 11.947/2009, que regulamenta a Alimentação Escolar e garante a apropriação de produtos orgânicos, mais saudáveis para os pratos dos refeitórios escolares, determinando, em suas diretrizes, a utilização de produtos mais saudáveis, e impondo que, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos destinados às compras públicas direcionadas à Alimentação Escolar, sejam destinados aos produtos oriundos da Agricultura Familiar.

Firmando e proporcionando o incentivo para que o alimento que a terra produz, por meio de agricultores familiares, chegue às mesas das escolas públicas, impulsionando uma economia solidária, identificada com a força e o diferencial deste movimento social, que se apresenta com ideias e ideais de solidariedade, com iniciativas que carregam esses movimentos solidários e abarcam, além de diversos produtores e insumos para compor a Alimentação Escolar, pois contêm produtos que traduzem alimentos, artesanatos, matérias e orientações assentadas na compreensão dos amplos e diversos aspectos por um

desenvolvimento sustentável, associado a cultivos manuais de alimentos e produções isentas de agrotóxicos, com cuidados essenciais para com o meio ambiente em que habitamos e viveremos.

Ao serem questionados se “Os produtos da Agricultura Familiar são originários da Ilha de Bom Jesus e Região?”, os respondentes apontaram o que demonstra o Gráfico 14, a seguir:

**Gráfico 14** – Origem dos produtos da Agricultura Familiar.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Nesta sequência, com 100% (cem por cento) de negativas, às respostas apresentadas evidenciaram que não há produtores e produtos locais da Ilha de Bom Jesus dos Passos, na composição dos pratos da Alimentação Escolar dessa escola.

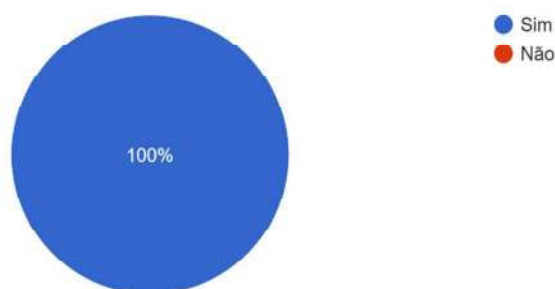
Importante destacar que, como a Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador-BA possui uma cultura desenvolvida na pesca e mariscagem, cercada de um manancial apropriado à Agricultura Familiar, necessário mergulhar ou aprofundar o discurso da imersão na tradição dessa cultura pesqueira, como pontuou e potencializou a ideia, o Nutricionista, responsável pela gestão da Alimentação Escolar desta Unidade de ensino, quando assinalou a necessidade de criação de estruturas que incentivem a Agricultura Familiar local, direcionados aos pescadores e marisqueiras da região para que eles se fortaleçam e possam ser caracterizados como fornecedores aptos à ofertarem produtos destinados à Alimentação Escolar nesta comunidade. Ademais, no universo dos(as) entrevistados(as), todos os(as) alunos(as) evidenciaram ter mãe, pai ou parente pescador, marisqueira(o). Neste movimento, importante salientar que os órgãos e o poder públicos precisam criar mecanismos para se atender às demandas das políticas públicas e revelar instrumentos que preservem, estimulem estes movimentos de sustentação e equilíbrio social nesta comunidade.

Quando questionados(as), se “Há relação entre a comida local “Cultura Alimentar local consumida pela comunidade e a Alimentação Escolar oferecida nesta Unidade Escolar?”, seguem as respostas indicadas no Gráfico 15, abaixo:

**Gráfico 15** – Relação Cultura Alimentar local x Alimentação na Unidade escolar.

Há relação entre a comida local “cultura alimentar local” consumida pela comunidade e a alimentação escolar oferecida nesta Unidade Escolar?

4 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

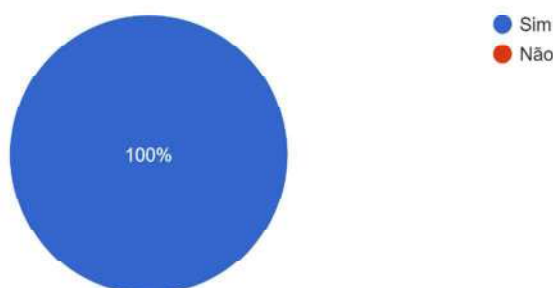
Nos termos das respostas acima assinaladas e reveladas, também, pelo Gráfico 15, ficou demonstrada a relação entre a Cultura Alimentar local e a Alimentação Escolar ali ofertada para estes(as) discentes. Com 100% (cem por cento) de respostas positivas corroborou-se com a importância na discussão da Alimentação Escolar e o seu espaço de qualidade, não só nutricional, mas na apropriação do fortalecimento da Cultura Alimentar local e a funcionalidade deste processo, que permita à(ao) educanda(o) experimentar, assimilar, apropriar, saborear as vivências e reflexões acerca de uma alimentação rica em vários aspectos, proporcionados na unidade escolar. Como a Cultura Alimentar acomoda a preservação dos costumes e dos modos de fazer de uma comunidade, os benefícios da apropriação das culturas alimentares locais, segundo Oliveira (2023, p. 79), “serão revertidos para o próprio território se os atores envolvidos pactuarem claramente as motivações, os objetivos e as responsabilidades ao longo de todo o processo de valorização do alimento ou produto alimentar”.

Ademais, as questões que versaram sobre a junção da Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e Cultura Alimentar local foram respondidas majoritariamente pela equipe de administradores da escola em questão, ao informarem que a proposta do cardápio desta unidade escolar compactua na integração com Cultura Alimentar local e se engaja no processo de preservação dos modos de se fazer a comida desta comunidade. Isso, porque se

faz comida a partir de memórias e lembranças, abastece-se da Cultura Alimentar local com ingredientes próprios que liberam o gosto e a “alma” e os sentimentos que afixam a aplicação sustentável dos recursos naturais, econômicos, sociais e culturais. A exemplo da questão abaixo demonstrada: Se “o cardápio proposto contém comida de azeite e frutos do mar e a comida local consumida pela comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos?”

**Gráfico 16** – Tipo de comida no cardápio proposto.

O cardápio proposto contém comida de azeite e frutos do mar e a comida local consumida pela comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos?  
5 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

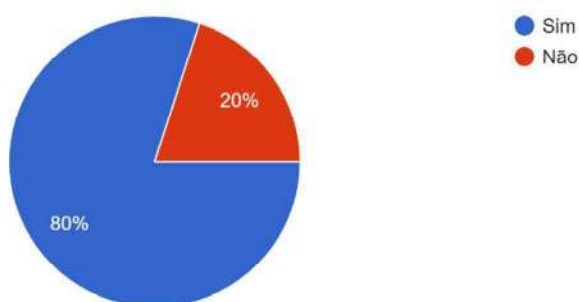
A questão a seguir, demonstrada no Gráfico 17, trouxe respostas que refletiram o foco da relação da Cultura Alimentar local, associada à Alimentação Escolar e à Agricultura Familiar. Revelou a proposta de casamento e conexão ímpar desses sabores e afinidades, nas quais os participantes deste grupo de profissionais e integrantes da gestão da Alimentação Escolar desta unidade posicionaram-se positivamente em 80% (oitenta por cento), no que tange às questões com suas variáveis, vislumbrando que a proposta do cardápio para o preparo da Alimentação Escolar desta unidade de ensino compactua com integração da Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local.

Do mesmo modo, conjugada com a questão que envolveu a Origem dos produtos da Agricultura Familiar (Gráfico 14), no universo dos(as) entrevistados(as), todos os(as) alunos(as) evidenciaram ter mãe, pai ou parente pescador, marisqueira(o), porém, não há produtores e produtos locais da Ilha de Bom Jesus dos Passos, na composição dos pratos da Alimentação Escolar dessa escola. A expressão de envolvimento ativo da comida local, Unidade escolar e a comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador-BA, no Gráfico 17, possibilita mobilizar integração, que impliquem sentido e sentimento comunitários.

Desvendar abordagens amplas para o fortalecimento de sistemas que movimentem recursos para a construção de relacionamentos significativos, com a participação efetiva desses(as) pescadores(as), marisqueiras e marisqueiros, como ferramenta de fortalecimento dos sistemas sustentáveis locais, e responsabilização do poder público para aproveitar esses(as) parceiros(as) no processo amplo de integração. Ganham os(as) alunos(as), seus pais, a escola, a Ilha, a Agricultura Familiar local, a comida local, a Cultura Alimentar local, e, conseqüentemente, o Poder Público, como gestor e responsável pelo desenvolvimento econômico e social dessa comunidade.

**Gráfico 17** – Tipo de comida oferecida em eventos na Unidade escolar.

Quando há eventos na escola, como gincanas, festas e atividades de integração entre alunos e comunidade escolar, os(as) alunos(as) são estimula... à agricultura familiar e cultura da comida local?  
5 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Neste caminhar, engajam-se no procedimento de preservação dos modos de se fazer a comida desta comunidade, nesse processo de assimilações de culturas locais, onde as vivências e produções alimentares criam oportunidades de trabalho e renda, econômicas, sociais e culturais e abastecem-se, a partir de memórias e lembranças, da Cultura Alimentar local com “ingredientes que liberam a alma”. Ratifica o que a Cultura Alimentar é indissociável ao território e à evolução desses(as) agricultores(as) e às comunidades locais com seus recursos naturais e suas apropriações de cultura local.

## 5 REFLEXÕES

Procedida à análise sistemática das entrevistas e questionários, assim como das observações *in loco* e consulta de documentos da escola em estudo, por intermédio da descrição dos dados coletados e das suas interações, à luz do marco teórico, temos o objetivo, neste capítulo, de refletir sobre os achados desta pesquisa, observando a importância da análise desses dados, identificados os pormenores e detalhes dessa relação entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar, atreladas à Cultura Alimentar neste ambiente de ensino público municipal. Assim, a metodologia e seus procedimentos foram utilizados para buscar a relação entre o que foi encontrado no capítulo que versa sobre o marco teórico e os achados de pesquisa apresentados no capítulo que contém o relatório da pesquisa produzida.

Inicialmente, ao que indica, no entendimento de todos entrevistados, corroboraram que, nesse processo, os municípios passam a elaborar planos e projetos governamentais até chegarem aos espaços escolares, e ratificaram que a Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA oferece o suporte necessário a atender à demanda desses(as) alunos(as) para funcionamento da Alimentação Escolar nesta unidade de ensino e acolhem, também, à demanda dos(as) alunos(as), conforme o cardápio, em quantidade e qualidade. Demonstra a inquietação com a importância da alimentação para o desenvolvimento da vida com atributos de qualidade, uma vez que, é na fase da infância e adolescência que se pode estabelecer hábitos saudáveis e adequados, ratificado no marco teórico, com esses(as) discentes, tornando-se sujeitos autônomos e direcionando suas escolhas alimentares. Os resultados apresentados atendem aos preceitos legais, disciplinados pela Lei nº 11.947/2009, que inclui a educação alimentar e nutricional neste processo de ensino e aprendizagem, para que esses alunos estejam bem alimentados e respondam aos processos de apreensão em múltiplas conexões: como o entendimento dessa alimentação e sua apropriação da cultura da comida local nos seus processos de integração e suas aprendizagens. Confirma-se que “as políticas públicas são compreendidas como de responsabilidade do Estado” (Hofling, 2001). Assim, o seu desempenho e a necessidade da presença e atuação do poder público nos processos e “demandas sociais”, que incumbem as instituições de implementarem os projetos de governo, por meio de programas associados aos interesses coletivos e direcionados à sociedade (Hofling, 2001).

É importante destacar que os(as) entrevistados(as) comprovaram que conhecem sobre o tema desta pesquisa, pois esse entendimento ficou evidenciado, também, nas respostas dos(as) alunos(as). Em ambas as equipes pesquisadas (administrativa e alunos/alunas), as(os)

entrevistadas(os) deixaram claro que a Secretaria de Educação do Município de Salvador fornece alimentos para Alimentação Escolar oriundos da Agricultura Familiar, ratificando os preceitos da Legislação vigente, Lei nº 11.947/2009 e o PNAE, firmando incentivo para que os produtos produzidos pelos(as) agricultores(as) familiares cheguem às mesas das escolas públicas, impulsionando uma economia solidária, identificada com a força e o diferencial deste movimento social, além de incentivo aos produtores e insumos para compor a Alimentação Escolar e desenvolvimento social para as comunidades envolvidas nesse processo.

Em relação ao transporte dos produtos advindos da Agricultura Familiar que compõem o cardápio dessa escola e que integram e abarcam os objetivos específicos desta pesquisa, cabe frisar que a equipe administrava enfatizou que o processo de distribuição desses produtos destinados à preparação da alimentação nas Unidades escolares do município é de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA, sendo acompanhado e monitorado pelos seus nutricionistas e pela empresa fornecedora do leite em pó, contratada pela Prefeitura. Por via terrestre (caminhão) e, em seguida, por via marítima (barco), no terminal marítimo de São Tomé de Paripe, seguem para as Ilhas de Maré, Ilha dos Frades (Paramana e Costa), até chegar à Ilha de Bom Jesus dos Passos, onde se localiza a escola em questão. Transportam-se os insumos, cestas básicas e demais gêneros alimentícios, para a composição da Alimentação Escolar das escolas dessas ilhas.

Vale ressaltar, que tanto os produtos advindos da Agricultura Familiar, quanto os não provenientes, chegam à unidade escolar, sob este mesmo processo. Destacável, também, que os resultados obtidos revelaram que os produtos adquiridos e provenientes da Agricultura Familiar, que compõem o cardápio da Alimentação Escolar da Unidade de ensino pesquisada, como descritos pelos nutricionistas, a saber: o feijão, a farinha de mandioca e o leite, elencados nos cardápios (Anexo A), corroboram com as falas das merendeiras, quando se referem aos entusiasmos com que esses discentes se expressam na identificação com a comida servida nessa unidade escolar: quando pedem farinha, pimenta e/ou outros elementos que não são propícios ofertar, devido as regras estabelecidas no sistema de controle nutricional postos pela equipe de nutricionistas e que impedem de serem servidos. Ademais esses(as) alunos(as) entrevistados(as) e as práticas vivenciadas com a Cultura Alimentar local, comungam e coadunam com o referencial teórico posto e que guiou esta pesquisa.

No recorte dos resultados, identificamos alguns achados que falam acerca da inserção desses produtos advindos da Agricultura Familiar, como o feijão, que compõe a feijoada escolar, a farinha de mandioca da farofa e suas variações, para acompanhar a feijoada e as

moquecas de peixe servidas a esses(as) discentes e o leite que compõe o café, o mingau de milho, cuscuz de milho, de tapioca, o “nescau” e outras preparações que assentam o cardápio dessa escola, influenciado pelos produtos adquiridos da Agricultura Familiar e impactado pela Cultura Alimentar local na escola em estudo. Mais um achado da pesquisa relevante é o fato dos(as) entrevistados(as) afirmarem que ficou demonstrada a relação entre a Cultura Alimentar local e a Alimentação Escolar ofertada nesta unidade escolar para estes(as) discentes, pois corroborou com a relevância da discussão da Alimentação Escolar e o seu espaço de qualidade, com apropriações no fortalecimento da Cultura Alimentar local, para se assimilar e saborear vivências de uma alimentação rica em múltiplos aspectos, proporcionados na unidade escolar. Ratificando, mais uma vez, o referencial teórico, onde a Cultura Alimentar acomoda a preservação dos costumes e dos modos de fazer de uma comunidade, com seus benefícios de apropriação das Culturas Alimentares locais (Oliveira, 2023).

Outra questão que merece destaque e reflexão, trata dos produtos advindos da Agricultura Familiar na composição do cardápio dessa escolar, se são originários da Ilha de Bom Jesus dos Passos e Região? A avaliação acarretou um posicionamento, relativamente, “majoritariamente negativa”, tanto na repercussão com os profissionais da área administrativa, quanto com os(as) alunos(as) que declararam acerca deste quesito. Informaram que não há produtores e produtos locais da Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador-BA na composição do cardápio da Alimentação Escolar dessa unidade de ensino. Neste processo, destacamos que a Comunidade em tela possui a cultura da pesca e mariscagem. Ambiente rodeado de manguezais, com manancial apropriado à Agricultura Familiar, que se faz necessário mergulhar ou aprofundar o discurso da imersão na tradição dessa cultura pesqueira, como pontuou e potencializou a ideia, os Nutricionistas e a Diretora desta unidade escolar, assinalando a necessidade e possibilidades de se ter uma estrutura para incentivar a Agricultura Familiar local, direcionadas aos pescadores e marisqueiras da região, para que se fortaleçam, possam ser caracterizados e se insiram como fornecedores aptos a ofertarem produtos destinados à Alimentação Escolar nesta comunidade.

Ademais, no universo dos(as) entrevistados(as), e direcionadas as questões a todos e todas os(as) alunos(as), estes(as) evidenciaram ter mãe, pai ou parente pescador, marisqueira(o). Nesse sentido, importante salientar que o poder público deve atender às políticas públicas para revelar os mecanismos que preservem este movimento nesta comunidade, com reflexo econômico, solidário e, por regra, constitucionalmente, social.

Neste sentir, a Ilha de Bom Jesus dos Passos, bairro periférico, compõe a estrutura da Cidade de Salvador/BA, com Cultura Alimentar e características semelhantes às da cidade, porém com suas peculiaridades e especificidades, que a torna diferenciada das vivenciadas na vida da cidade como área urbana. Nesse caminhar, os produtos dos cardápios desta Unidade de ensino devem estar atrelados às características que estão presentes na comida local. Necessário pensar e atrelar a sua grandiosidade, conceitos e modos de preparos, que guardem a potencialidades dessa cultura local, pois os limites impostos na aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar da Ilha de Bom Jesus dos Passos, e, em atenção aos ditames da Lei nº 11.947/2009, impõem e determinam o percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento), de inserção de produtos provenientes da Agricultura Familiar na composição do cardápio da Alimentação Escolar. Insiste-se, que caberá ao poder público o cuidado e a atenção para a inserção de produtos locais compondo, cada vez mais, esse cardápio da comida nesta Unidade de Ensino.

Aliada à questão comentada acima, acerca do manancial da pesca nesse ambiente de atividade pesqueira, com estrutura a propiciar formas de agenciar esses(as) pescadores(as) e marisqueiras(os), encontra-se o que foi demonstrado na seção 3.4 deste trabalho, acerca da Colônia de Pesca Z-3, da Ilha de Bom Jesus dos Passos e da comunidade de Paramana (Ilha dos Frades), que se destaca nas atividades de suporte a esses profissionais, para agenciar a integração nos trabalhos de organização, encaminhamentos e mobilização para esses(as) profissionais da pesca e da mariscagem tomarem conhecimentos acerca das demandas da Agricultura Familiar local e sua repercussão social na Alimentação Escolar.

A partir dessas observações, foram constatados os aspectos da Cultura Alimentar local, que envolvem de forma intensa e inserida na pesca artesanal, e que abarcam a mariscagem e todos os outros processos de pesca, como a pesca de “linha”, de “rede” e o “mergulho”, para captura de lagostas e outros crustáceos e peixes, que são capturados e pescados com essa modalidade de imersão nesses ambientes da pesca, extração de mariscos, os manejos com todos os produtos extraídos do mar e seus processos de trato para o consumo, como as abundantes sardinhas e tainhas, peixes encontrados e pescados durante todas as estações do ano.

As considerações de fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos dessa região foram observadas em direção à produção pesqueira dessa comunidade, que apesar de ser em pequena escala para abastecer as peixarias, famílias, restaurantes e habitantes dessa localidade, é estabilizada em termos de produção e oferta. O consumo desses produtos pela comunidade, assim como a oferta aos restaurantes locais, que produzem, manejam com suas

formas de cozinhar e de comer, servem com equilíbrio esses peixes e frutos do mar com as características apropriadas de manejo e preparo locais. Os peixes, mariscos, crustáceos, frutos do mar, de modo geral, são consumidos em preparos como moquecas, ensopados, saladas, caldos, salgados e outras preparações típicas da gastronomia baiana.

Coube a análise e reflexão, também, acerca do caráter extrativista, com ordenamento adequado para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas dessas comunidades (Ilhas que compõem a Bahia de Todos os Santos), pela inserção e dependência na/da pesca que esses/essas pescadores(as) e marisqueiras(os) possuem em relação ao sistema ambiental, que têm um papel relevante no amparo e conservação da biodiversidade. Por isso, necessário tornar esse sistema eficiente e sustentável, para garantir a conservação de estoques com a perpetuação da economia pesqueira artesanal local e a sobrevivência desse sistema.

Nesse sentir e experimentar, os entrevistados da gestão escolar e do corpo administrativo ressaltaram a necessidade de proporcionar intervenções pela Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA, incentivada pelo Conselho de Alimentação Escolar deste município, para viabilizar a incorporação de mais insumos e alimentos da Agricultura Familiar, com produtos locais advindos da comunidade e seu entorno, propondo elaboração e execução de trabalhos voltados a esse fim, com a comunidade, e orientação às famílias agricultoras, agenciando credenciamentos junto à Secretaria de Educação, para facilitar este envolvimento entre a compra e venda desses produtos, advindos dessa comunidade. Também com representação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por intermédio de cursos de formação para os profissionais da educação e para os moradores interessados neste processo. Essa reflexão aponta-nos para a necessidade de se mobilizar a comunidade, profissionais que trabalham neste contexto da Alimentação Escolar, no sentido de conscientização do potencial que a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local possuem, atrelados aos conhecimentos para alavancar esse processo de economia solidária, vez que, ganham: o pescador, a/o marisqueira(o), a escola, o poder público e a sociedade.

Uma outra questão relevante, que essa equipe administrativa evidenciou foi acerca do cardápio proposto, se continha comida típica do Recôncavo Baiano? Como: frutos do mar, de azeite, cuscuz, mingau de milho, canjica e, principalmente, a comida local consumida pela comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos/Salvador/Ba. Sendo que foram enfáticos ao informar positivamente. Registraram que a proposta do cardápio desta unidade escolar compactua na integração com Cultura Alimentar local e se engaja no processo de preservação dos modos de se fazer a comida desta comunidade, vez que suas cozinheiras são “filhas da terra”, conhecedoras dos manejos culinários da comunidade e possuem

habilidades apropriadas a ajustarem as propostas de cardápios com a comida local. Refletiram, também, que o direcionamento da Alimentação Escolar está, espontaneamente, associado à Cultura Alimentar local, numa conexão da comida feita nos lares desta comunidade.

Neste mesmo sentido, a questão que versou sobre o desenvolvimento de atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local nos eventos desenvolvidos na escola, tanto o corpo administrativo, como os(as) alunos(as) evidenciaram que o foco da Cultura Alimentar Local está vinculado e associado à Alimentação Escolar e Agricultura Familiar. Os(as) discentes são incentivados(as) a pensar nessa relação da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, propondo a conexão ímpar desses institutos, onde os participantes deste grupo da equipe de profissionais e integrantes da gestão da Alimentação Escolar desta unidade posicionaram-se positivamente, no que tange às questões da integração desses jovens com sua cultura local, por meio da Alimentação Escolar. Assim, engajam-se nos procedimentos de preservação dos modos de se fazer a comida desta comunidade e processo de assimilações de seus sabores e saberes e culturas locais.

Em relação aos(as) alunos(as), é importante destacar que, quando perguntados(as) se gostavam da Alimentação Escolar da sua Escola, a maioria afirmou que sim, utilizando-se de comentários para contribuir com as discussões com os(as) colegas e as(os) estimularem objetivações acerca do tema ali abordado. Indicaram a apropriação de Cultura Alimentar local, com interesse à integração com essa comida consumida, nesta unidade escolar, bem como a aplicação dos recursos públicos direcionados à política pública educacional com seus mecanismos próprios e necessários à sua pavimentação e estrutura basilar de enfrentamento à insegurança alimentar e apropriações culturais nesse contexto social.

Relevante destacar, que, após as conversas sobre comida, cultura, saúde e saudabilidade em diversos sentidos, esses discentes foram estimulados e interrogados acerca da alimentação servida nesta escola. A pergunta se direcionou no sentido de saber se consideravam saudável a comida que era servida na escola. Isto levou a confirmar que, mesmo quem respondeu à questão anterior, que não gostava da alimentação servida na unidade escolar, pontuou que era saudável. Neste dado que mensura, pelos(as) estudantes, o serviço de alimentação fornecido na escola em questão, configurando-se como boa e saudável, foram enfáticos e responderam positivamente que sim. Concluindo-se que há o entendimento e a diferenciação do que é saudável e do que é comida associada à insegurança alimentar. Corroborando o sentido posto nesta pesquisa, estruturado no seu referencial teórico, e ressaltando que a Segurança Alimentar e Nutricional, associada ao

PNAE, surgem neste texto, evidenciados no direito à alimentação, protegido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), visto que, a Segurança Alimentar vai além da capacidade de se produzir alimentos. Pontua-se que este processo está diretamente relacionado à sua sanidade e qualidade dos alimentos, aos hábitos culturais, à Cultura Alimentar, e, potencialmente, à sustentabilidade do sistema alimentar.

Outro dado importante, revelado nesta pesquisa, foi a ideia explicitada na abordagem da relação entre a Agricultura Familiar, comida local e a Alimentação Escolar oferecida na escola em epígrafe. As respostas foram harmônicas com o ambiente de cultura, comida e Cultura Alimentar, pois esses(essas) discentes demonstraram conhecimento sobre a Cultura Alimentar local. Nas conversas paralelas, sempre revelavam manifestações com suas opiniões sobre quais eram essas comidas e a alimentação servida na escola. Observaram a necessidade de poder opinar pelo cardápio e participar com suas sugestões. Como sugerido pelo corpo administrativo, a necessidade de integração do Conselho Alimentar da Secretaria de Educação do Município de Salvador e de se discutir as questões que envolvem as Comunidades escolar e local.

Diante dos achados desta pesquisa, fica evidente que os(as) entrevistados(as) (equipe administrativa e discentes), buscaram direcionar o entendimento da necessidade de proporcionar cardápios variados, saudáveis e, principalmente, respeitando a Agricultura Familiar e o fortalecimento da cultura local, que, baseado na legislação pertinente à Alimentação Escolar, pode-se propor a valorização desse movimento da Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local, com o fortalecimento e valorização desses produtores locais, para torná-los aptos como fornecedores de produtos direcionados à Alimentação Escolar desta unidade de ensino. Como evidenciado por esses(as) profissionais, cumpre-se realizar “formações com toda comunidade escolar de uma forma simples e lúdica trazendo o tema proposto” e a “Integração e parceria das Colônias de pesca para participar, com a associação de pescadores”, dito e idealizado pela equipe administrativa, para se atender à demanda ao programa da Alimentação Escolar e desta escola. Isso demonstra a sensibilidade desse corpo administrativo e entrevistados(as), por meio de suas contribuições e propostas, e, em observância à legislação vigente, nos termos do arcabouço teórico desta pesquisa, que trata desta temática tão cara a nossa sociedade. Alimentação para os(as) discentes da rede pública de ensino. Agricultura Familiar aliada à Cultura Alimentar local, associando-se à comunidade produtora pesqueira e marisqueira para possibilitar a composição, variação, e permitir saudabilidade, inovar e dar sabor aos cardápios da alimentação servida neste estabelecimento escolar, atendendo aos preceitos legais, ambientais, sociais e culturais dessa comunidade.

No percorrer desta pesquisa, identificamos práticas congêneres e distintas, a título de atividades da equipe administrativa entrevistada, bem como dos demais sujeitos: alunos e alunas da investigação que comungam com o referencial teórico e conduziram este estudo. Os dados apontados revelam as afinidades desses(as) integrantes com suas práticas até similares, que justificam os resultados de suas escolhas. Porém, aqui ficaram registradas as impressões que conduziram este trabalho e demonstram, por intermédio de frequências discursivas desses entrevistados.

Nesse viés, a quantidade de relatos correlacionados às diversas dimensões e entendimentos sobre a Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local direcionaram a conclusões necessárias para entender e ratificar o que o marco teórico deste trabalho apontou: que, para pensar em política educacional, deve-se considerar os fatores históricos e culturais, com ações públicas precisas de intervenções relacionadas a programas de Gestão Pública, com eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos. Relevante num contexto de recursos limitados, e crescentes necessidades para a melhoria dos serviços públicos, na busca e garantia de uma administração hábil e capaz de atender às demandas da população e da sociedade.

Apesar da gestão, especificamente, não ser objeto e foco principal desta pesquisa, cabe aqui destacar a integração e afinidades dos componentes que compõem essa unidade de ensino. A gestão tem grandes responsabilidades em todos os processos que ocorrem num estabelecimento escolar. É por meio do trabalho de uma equipe gestora/administrativa que são produzidas iniciativas e tomadas de decisões sobre os trabalhos desenvolvidos na unidade escolar. Atividades estas variadas, relacionadas a recursos humanos, financeiros, pedagógicos, Alimentação Escolar e gestão de modo geral, com estratégias definidas para alcançar os objetivos planejados e almejados. Importante assinalar que na escola pesquisada, a equipe administrativa e gestora da Alimentação Escolar, participante desta pesquisa, ou seja, a Diretora, os profissionais da área de nutrição e as Merendeiras, possuem uma interação, integração e comunicação observadas, com relevância para as demandas desses(as) discentes.

Nesse sentido, corroborando a afirmação da Gestora dessa unidade escolar, que por meio de encontros e reuniões, acontecem apresentações com propostas e discussões com o Conselho de Administração da Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Município, para agenciar as questões acerca desses diálogos integrativos entre o alunado e à administração desse ambiente escolar, estes pontos e eventos são bastante significativos, visto que, essa equipe de profissionais, atrelada à estrutura administrativa pública municipal, e

aliada aos alunos(as), e principais atores nesse processo, podem colaborar para buscar uma solidez e inovação nos trabalhos desenvolvidos em favor deste tema aqui estudado.

Por fim, vale ressaltar que a interação entre esses agentes públicos, que nos termos das ideais pontuadas foram observadas, e nessa linha de pensamento, é correto e suficiente afirmar que as avaliações positivas acerca do trabalho realizado por esta equipe gestora/administrativa e alunado desta escola corroboram nos resultados, envolveu os níveis de cooperação e de engajamento revelados, transparentes e transmitidos pela Instituição de ensino, relacionados à satisfação com a escola e com a equipe que a administra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos(as) alunos(as) matriculados(as) na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA, apoiada no entendimento da importância da Agricultura Familiar nesta inserção e composição, potencializando a economia solidária e alimentação saudável oferecida nas escolas das redes públicas. O alimento escolar pode proporcionar ao estudante da rede de ensino público essa afinidade, cumplicidade e entrosamento cultural, na busca do entendimento de aspectos saudáveis e culturais desse cardápio servido aos(as) discentes deste estabelecimento de ensino municipal, fundamental II. Como objetivos específicos, tivemos a oportunidade de: a) Analisar a inclusão dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar nos cardápios da Escola em questão; b) Descrever como ocorre o processo de recebimento/aquisição, nessa Escola, dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar; c) Identificar os avanços e desafios das compras institucionais da Agricultura Familiar para essa Escola; e por fim, d) Compreender como a Agricultura Familiar pode fortalecer a Cultura Alimentar local, à compreensão da tríade: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e Cultura Alimentar, junto aos sujeitos da escola em comento.

Para isso, identificamos a escola municipal da rede de ensino público de Salvador/BA, localizada no bairro periférico deste município, a Ilha de Bom Jesus dos Passos, potencialmente integrada no ambiente para aplicação e desenvolvimento deste estudo, vez que a pesquisa em voga é relevante para o incremento científico, sobretudo no que diz respeito às questões da Alimentação Escolar, Cultura Alimentar e Agricultura Familiar, suas interfaces, relacionadas ao entendimento da Cultura Alimentar local dos educandos da rede pública na escola escolhida para esta pesquisa. Foram coletados os dados primários, por intermédio de entrevistas semiestruturadas e questionários, que foram tratados, possibilitando identificar práticas, conceitos e informações dos(as) entrevistados(as) nas dimensões pesquisadas, a saber: Alimentação Escolar, Agricultura Familiar, Cultura Alimentar local e suas especificidades.

Em seguida, evidenciamos acerca da pergunta norteadora, que nos inquietou na investigação aqui proposta: a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA? Nas considerações iniciais dessa pesquisa, exibimos informações que justificam a realização desse trabalho, assim como a

adoção do caminho metodológico. Observamos a importância das políticas públicas e seu alcance, por atingirem a todos os cidadãos, pois a importância da alimentação para o desenvolvimento da vida com atributos de qualidade, advém a partir de parâmetros estabelecidos pela norma vigente e dimensões de Cultura Alimentar local e Agricultura Familiar.

O diferencial, nessa investigação, encontra-se em apresentar dados, a partir dos resultados de um estudo de caso em uma escola do município de Salvador/BA, relacionado à Alimentação Escolar, onde a pesquisa deste tema acarreta a relevância social e científica, considerando-se a possibilidade de oferecer um diagnóstico de ações empregadas pelos investimentos das Políticas Públicas Educacionais na unidade pesquisada, além de subsidiar e resguardar a melhoria da qualidade desta alimentação nos diversos aspectos, por consequência, o incremento e melhoria do ensino e da educação pública. Sendo essa a importante e maior razão para escolha desta temática.

A escolha pelo estudo de caso se deu em direção à probabilidade de maior entendimento pelas complexidades que abarcam esse processo investigado nesta escola e campo de pesquisa, potencialmente acolhedora para executar o estudo do tema escolhido, articulado com o sistema municipal de educação. Aqui, nesta pesquisa, o estudo de caso em uma escola do município de Salvador/BA, também apresenta o caráter diferencial, pois a comunidade apresenta características muito afins com a cultura do Recôncavo baiano, apropria-se de conceitos gastronômicos, cultural, Cultura Alimentar, Agricultura Familiar, religiosidade e ambientações atraentes na sua arquitetura e natureza ambiental, traduzindo entrosamentos com a temática abordada e enriquecendo o trabalho proposto.

Este trabalho buscou aporte na sua fundamentação teórica, seção 2, onde tratamos de subtemas imprescindíveis para o amparo ao arcabouço teórico do estudo proposto. Percorremos em busca de entender sobre a Alimentação Escolar, Políticas Públicas e segurança alimentar e o PNAE. A comida evidenciada como elemento transmissor de comportamentos e diversidades. As afinidades e relações da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar, Economia Solidária e Cultura Alimentar Local. Os movimentos sociais, relevância e representatividade no Brasil, comprovado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua afinidade à Agricultura Familiar, no desempenho do papel basilar da função de produção sustentável de alimentos neste país, que exprimem o adjetivo de “solidário”. A Agricultura Familiar e o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA da Bahia, apontou as lutas por direitos, terra e soberania alimentar, e apresentou um panorama, que, assim como o MST, traduz e manifesta ações de igual mobilidade social.

Apontamos, também, a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na construção do(a) agricultor(a) familiar como sujeitos de direitos sociais e econômicos.

A seção 3, que teve a finalidade de abordar o percurso metodológico, apoiou essa pesquisa, com os instrumentos de coleta, a produção de dados, a perspectiva da análise e interpretação dos dados, caracterização da escola municipal de ensino estudada, o *lócus* da pesquisa, os sujeitos entrevistados e movimentos desse processo de investigação. Ao apresentarmos o relatório da pesquisa, contextualizamos este processo de estudo, no qual se encontraram as principais divisões de conteúdo das entrevistas, questionários propostos e as respectivas percepções dos(as) entrevistados(as). A seção 4, também, revelou os perfis desse grupo pesquisado, para em seguida, produzirmos o cruzamento das respostas, coletarmos informações, que possibilitaram criar os gráficos, evidenciaram e revelaram as respostas colhidas. Seguimos, nesta seção, identificando muitas similaridades nas respostas de sujeitos da escola estudada. Em síntese, os capítulos 3 e 4 foram dedicados ao percurso metodológico, atrelados às aplicações de entrevistas e questionários, às análises e ao relatório da pesquisa, por onde foram exibidos os dados coletados.

Neste compasso, muitas respostas convergiram e apontaram para conceitos e ideias muito semelhantes, o que nos indicou que as ações das equipes pesquisadas (gestão/administração e alunos/alunas) concorrem para um entendimento de que a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA. A seção 5 serviu para apresentarmos as reflexões, por meio das informações obtidas na pesquisa, que foram suficientes para evidenciar as respostas e traduzi-las em observações. Nesse momento as falas reveladas e colhidas nos instrumentos de produção de dados são interpretadas e analisadas, para se compreender o objeto de estudo no processo de movimentos do dialógico entre o sujeito e objeto pesquisado.

Cabe ressaltar que a questão norteadora deste trabalho, a saber: a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA foi discutida durante os principais capítulos deste trabalho. O objetivo principal deste estudo foi investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos, Salvador/BA, a partir das dimensões relacionadas à Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local. Durante

o estudo foi possível compreender com mais clareza como são efetivados os processos que envolvem a Alimentação Escolar na unidade de ensino estudada e o estudo de caso demonstrou ser um instrumento e ferramenta satisfatória para alcançar o objetivo geral desta pesquisa.

Neste sentido, corrobora e ratifica a questão norteadora desta pesquisa, assim, destacada e confirma que: a utilização de produtos adquiridos da Agricultura Familiar proporciona benefícios à comunidade estudantil desta escola. A Cultura Alimentar local assemelha-se e identifica-se com o cardápio oferecido na escola, expresso nas falas dos alunos e alunas, pelas suas experimentações e aceitação desses sabores, que os aproximam das suas vivências familiares, coletivas e com a sua comunidade.

O recorte das descobertas acima elencado, adicionado ao exposto nos capítulos 5 e 6, apontam que o objetivo geral deste estudo, ou seja, de investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos e alunas da escola, foi atingido e justifica os resultados obtidos no estudo nessa escola. Os objetivos específicos, também, tiveram seu cumprimento atingidos no decorrer deste trabalho. O primeiro, a saber: a) analisar a inclusão dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar nos cardápios da escola em questão. Por meio da pesquisa de campo e todos os dispositivos de coleta de dados, demonstrado no recorte explanado acima e na compreensão do exibido no capítulo 5., identificamos nos achados a inserção desses produtos advindos da Agricultura Familiar e sua repercussão na Alimentação Escolar dessa instituição de ensino e alinhamento com a Cultura Alimentar local.

Na sequência, a fim de, b) descrever como ocorre o processo de recebimento/aquisição, nessa escola, dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar, para tanto, a descrição desse objetivo, aqui tratado, foi exibida na seção 4., que cuida das falas da equipe gestora e administrativa. Nesta questão, a equipe administrativa escolar enfatizou que o processo de distribuição dos produtos destinados à preparação da alimentação nas unidades escolares do município se dá por meio da Secretaria de Educação, com o monitoramento dos nutricionistas da Rede de ensino e da empresa fornecedora dos produtos de preparo do cardápio da Alimentação Escolar dessa unidade de ensino. A unidade escolar estudada recebe os produtos para preparação da Alimentação Escolar. O nutricionista B acompanha esse transporte e encaminhamento dos produtos, por via de transporte terrestre (caminhão) e, do terminal marítimo de São Tomé de Paripe, segue de barco para as Ilhas de Maré, Ilha dos Frades (Paramana e Costa), até chegar à Ilha de Bom Jesus dos Passos, onde se localiza a escola em questão. Transportam-se os insumos, cestas básicas e demais gêneros alimentícios

para a composição da Alimentação Escolar das escolas dessas ilhas. Cabendo ressaltar que os produtos advindos da Agricultura Familiar e os outros insumos são transportados no mesmo sistema, logística e gerenciamento.

Seguimos para, c) Identificar os avanços e desafios das compras institucionais da Agricultura Familiar para essa Escola, os achados revelaram pelas falas dos entrevistados (as), e explicitado no subtítulo 4.1 e, confirmada e realçada na seção 5, ficou comprovada a necessidade de buscas, incentivada pelo Conselho de Alimentação Escolar, por intervenções pela Secretaria de Educação do Município de Salvador/BA, para viabilização na incorporação de mais alimentos da Agricultura Familiar, com pescadores e marisqueiras locais, pois o ambiente é propício, com produtos provenientes desse ambiente e da comunidade e seu entorno. Reflexão que nos aponta, também, a necessidade de mobilização da comunidade, por intermédio da Colônia de Pesca Z-3, com sua estrutura para pavimentar esse processo de agenciamento junto ao poder público e aos profissionais que trabalham neste contexto da Alimentação Escolar. Ganha o pescador, a(o) marisqueira(o), a escola, o poder público e a sociedade.

Por fim, d) Compreender como a Agricultura Familiar pode fortalecer a Cultura Alimentar local, à luz de todo o aparato teórico, legislação vigente e atinente a Alimentação Escolar, essência da Agricultura Familiar e de Políticas Públicas, também, na seção 5, expusemos a compreensão, identificação e pormenores/detalhes dessa relação entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar, atreladas à Cultura Alimentar local neste ambiente de ensino público municipal, pois fornece e ratifica os preceitos da Legislação vigente: Lei nº 11.947/2009 e o PNAE.

A necessidade de incentivo para que os produtos produzidos pelos agricultores familiares locais cheguem às mesas das escolas públicas e impulsionem a economia solidária, identificada com a força e o diferencial deste movimento social ficou evidenciado neste trabalho. Proporcionando estímulo e apoio aos(as) produtores(as) com suas produções e insumos, para compor o cardápio da Alimentação Escolar dessa unidade escolar, com viabilização de incremento econômico para as comunidades envolvidas nesse processo de desenvolvimento humano, econômico e, principalmente, social.

Reflexões sobre os achados da pesquisa despontaram-se no capítulo 5. Concluímos, no capítulo 6, a presente dissertação, com as considerações finais, para evidenciar, por sua vez, o objeto deste estudo, que foi sintetizado com as constatações necessárias à conclusão desta pesquisa.

Neste compasso, os resultados obtidos revelaram que os produtos adquiridos da Agricultura Familiar, que compõem o cardápio da Alimentação Escolar desse estabelecimento de ensino pesquisado, expressos nas falas da Diretora, das merendeiras, nutricionistas e discentes entrevistados(as), assim como nos cardápios produzidos para esta escola, expressaram que as práticas da Cultura Alimentar local e a Alimentação Escolar servida e ofertada nesta unidade de ensino comungam e coadunam com o referencial teórico aqui traçado, exibido e que guiou esta pesquisa. Por isso, no recorte dos resultados, apropriamos de alguns achados que disseram muito sobre a inserção desses produtos advindos da Agricultura Familiar e assentam o cardápio dessa escola. Concluímos, pois, que os produtos adquiridos da Agricultura Familiar, que compõem o cardápio da Alimentação Escolar dessa Instituição de ensino proporcionam benefícios à essa comunidade estudantil, propondo e acomodando espaço aos produtos adquiridos desse movimento social legítimo e impactado pela Cultura Alimentar local na escola em estudo.

Por tudo dito, ressaltamos que o presente estudo não pretendeu ter o condão de esgotar o debate sobre a temática aqui definida, mas, principalmente e, sobretudo, contribuir com diversos e novéis elementos, buscando e perseguindo abordagens distintas sobre o contexto aqui demonstrado. Por isso, como a discussão sobre o tema é extensa e complexa, novos e mais estudos são indispensáveis para adquirir, buscar e alcançar outros elementos e dados que fortaleçam e enriqueçam as propostas de pesquisa e discussão, no que tange à perspectiva de conhecimento evidenciado nesta dissertação, e que, ainda, tem muito o que dizer.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA-LEYVA, Pedro. Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo. **Revista África(s)**, Salvador, vol. 6, num. 12, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/african/article/view/7927>. Acesso em: 7 maio 2023.

AGUIAR, P. Governo Federal liberou mais de 1.500 agrotóxicos nos últimos quatro anos. *In: Portalcorreio*. Notícias da Paraíba e do Brasil. [s. l.], 18 abr. 2022. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/governo-federal-liberou-mais-de-1-500-agrotoxicos-nos-ultimos-quatro-anos/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lins. **Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de oportunidades e de desafios**. 2012. 182p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) - Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, BA, 2012.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos et al. Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento/ logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18913.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18913.htm). Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art). Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Resolução Banco Central do Brasil nº 2310, de 29 de agosto de 1996. Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial da União**, 1996b. Disponível

em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45783/Res\\_2310\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45783/Res_2310_v1_O.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 7 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF, 2006c. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/acesibilidade/item/3535-portaria-interministerial-n%C2%BA-1010-de-8-de-maio-de-2006>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em: 7 set. 2021.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolucao-cd-fnde-n-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6341-resolucao-cd-fnde-mec-n-4,-de-3-de-abril-de-2015>. Acesso em: 8 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nº 11.718, de 20 de junho de 2008, nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm). Acesso em: 7 maio 2024.

CALDART, R. S. Agricultura Familiar. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMBUY, Andréia Oliveira Sancho. **Perfil Alimentar da Comunidade Quilombola João Surá**: Um Estudo Etnográfico. 59 f. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) – Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Paraná, 2006.

CAVALCANTI, Leonardo de Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis**. Orientadora: Nanci Maria de França. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade

Católica de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em:  
<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1104/1/Texto%20completo%20Leonardo%20Cavalcanti%202009.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CASSIANI, S. H. de B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 75-88, dez. 1996.

CEVASCO, Maria E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CLAY, Vinícius. Recanto Sagrado: ilha de Bom Jesus dos Passos conserva, há três séculos, devoção do catolicismo popular. *In: Correio da Bahia*, Salvador, 3. jul. p. 1-5, 2005.

DOMINGUES, M. P. T. S. **Economia solidária**: a economia real do desenvolvimento sustentável. Artigo apresentado no V Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social. Santarém, 2009. Disponível em:  
[http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!\\_Economia\\_Solid%C3%A1ria.pdf](http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!_Economia_Solid%C3%A1ria.pdf).

DUARTE, V. M. N. **Tipos de observação segundo critérios específicos**. Brasil escola, 2020.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1. Janeiro/Abril 2016.

FERNANDES, A. M. S. **O Pronaf na agricultura familiar**: sua criação, distribuição e principais resultados. Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto. 2013. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, J.; FELICIO, E. **Por terra e território** – Caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca, BA: Teia do Povos, 2021.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, [S. I.], v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.

FRANCO, M. E. Dal Pai; BITTAR, M. (org). Políticas Públicas e Educação Superior. *In: BRASIL*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário vol. 2 Brasília, DF, 2006. p. 163-208. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_da\\_educacao\\_superior/enciclopedia\\_de\\_pedagogia\\_universitaria\\_glossario\\_vol\\_2.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/enciclopedia_de_pedagogia_universitaria_glossario_vol_2.pdf). Acesso em: 7 jul. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líder Livro, 2008.

FREITAS M. C. S.; FONTES, G. A. V. Alimentação na escola pública: um estudo com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos. *In*: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA N. (Org.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA; 2008. p. 37-53.

FURTADO, Rosa Maria Silva; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; SANTOS, Érico José dos. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na pandemia do novo coronavírus: revisão integrativa. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 30., 2021. **Anais Eletrônicos** [...], 2021.

FURTADO, Rosa Maria Silva; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. Operacionalização do PNAE em âmbito local: o Município de Santa Rita de Cássia, BA. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 5., 2018. **Anais** [...], 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GÓES, F. G. B. *et al.* Boas práticas no cuidado ao recém-nascido em tempos de COVID-19: revisão integrativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/NwLhKZGBFbhwDn3JWp3dfKk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

HOFFMANN, Gustavo. Un abrazo entre el metabolismo energético y la Filosofía de la Liberación 1 ed. Unquillo. **ESCUELA INTEGRAL DE SALUD**, Córdoba, Argentina. 2019.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, 2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 23 maio 2024.

IBGE. **CENSO 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 30 maio 2023.

LISBOA, A. de M. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Pensata**, [S.I.], n. 3, p.109-115, jul./set. 2005.

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno Segurança Alimentar**. Paris: Fhp, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). Resenha.

MUTIM, A. L. B. Educação Ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: Análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. *In*: **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez 2007.

OLIVEIRA, N.; SANTOS, S. M. C. Práticas alimentares na escola: um estudo de caso na cidade do Salvador. *In*: FREITAS, M. C. S.; AMPARO-SANTOS, L.; FONTES, G. A. V.;

RAMOS, L. (Org.). **Narrativas sobre cuidado alimentar e o comer na escola**. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 233-46.

OLIVEIRA, Rita Marques de et all. Análisis de los niveles de nutrientes críticos (azúcar, grasa y sal) declarados en alimentos procesados expendidos en Loja, Ecuador. *In: Revista Secur. Aliment. e Nutr.*, Campinas, v. 23, n.esp., p.1008-1018, 2016.

OLIVEIRA, T. C. O. **Revalorização de alimentos símbolo de comunidades-território. Os casos do mel virgem de abelhas Pisilnekmej no território maseual (México) e do queijo Gamonéu de pastores de Picos de Europa (Espanha)**. 2023. Tese (Doutorado) - Universidad de Córdoba - Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Córdoba, 2023.

PAIVA, J. B.; FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. S. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2507-16, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SznkGQgTzjCrWnJbSp5StNp/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Segundo%20Freitas%20e%20Minayo14%2C%20o,a%20ser%20um%20mero%20consumidor.> Acesso em: 25 mar. 2021.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.

PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n5, p. 1527-1534, 2003.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade, Teoria e Prática**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, M. de A. S. **Culinária Agricológica: ressignificando a atuação profissional na prática da cozinha ancestral**. 1. ed. Camaçari, BA: Editora Alucinação, 2021.

SALVADOR. Lei nº 9.278, de 20 de setembro de 2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Salvador: Prefeitura Municipal, 20 de setembro, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/927/9278/lei-ordinaria-n-9278-2017>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SALVADOR. **Cadastro Escolar 2023**. Escola Municipal Dr. Antonio Carlos Magalhaes GRE SUBURBIO II. Salvador: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, 2023. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/escolas/emdracm/>. Acesso em: 13 maio 2021.

SANTOS S. M. C. Alimentação e nutrição: um diálogo com os princípios de qualidade de vida. *In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA N. (Org.). Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA; 2008. p. 261-275.

SANTOS FILHO, Manoel dos. **Resgate de Produtos e Produções Gastronômicas da Bahia**: O Mingau de Dona Senhora. 2014. Trabalho de Curso (Graduação em Gastronomia) Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2014.

SANTOS FILHO, Manoel dos. **A Cultura Alimentar da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BAHIA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais) Universidade Candido Mendes – UCAM. Feira de Santana, 2020.

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-35, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vhD3rprLbpKQyFmsHBfpDsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SILVA, D. O. Reflexões conceituais e de profissionais de saúde sobre a promoção da alimentação saudável. *In*: GARCIA, R. W. D.; CERVATO-MACUSO, A. M. (Org.). **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p. 164-172.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos; CANESQUI, Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 105-117, jan./abr. 2002.

TAUILE, J.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise IPEA**, n. 24, v. 9, 2004, p. 35-43.

TOLEDO, V. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA Revista de Agroecología**, 20 (4):16-19, 2005.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

TROTSKI, Leon. Cultura e socialismo. *In*: MIRANDA, Orlando (Org). **Leon Trotski: política**. São Paulo: Ática, 1981.

TURPIN, Maria Elena. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

UFBA. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. *In*: OBSERVATÓRIO DE BAIROS

SALVADOR – OBSERVASSA. 2020. **Ilha de Bom Jesus dos Passos**. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/ilha-de-bom-jesus-dos-passos>. Acesso em: 25 de maio 2021.

VIANA, J. J. **Administração de Materiais**: um enfoque prático. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VILLAR, Betzabeth Slater *et al.* Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar. 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

### Roteiro de entrevista semiestruturada

O roteiro para aplicação das entrevistas foi organizado em dois blocos A e B. O bloco A versa sobre dados pessoais dos entrevistados, no que concerne a formação, seguimento que representa, cargo que ocupa e função atual. E o bloco B, trata diretamente das questões concernentes à Cultura Alimentar, Agricultura Familiar e Alimentação Escolar na gestão da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães – Salvador/BA.

Roteiro de orientação para as entrevistas semiestruturada com os membros da Equipe Gestora/Administrativa e os discentes da escola em questão. O mesmo roteiro será aplicado como orientação para todos os grupos focais participante da pesquisa, observando-se que as questões relativas à administração e consumo da Alimentação Escolar serão direcionadas ao corpo administrativo e aos alunos, respectivamente.

#### **Bloco – A – Dados pessoais:**

##### **PARA A GESTÃO**

- 1- Qual a sua formação?
- 2- Qual o seu cargo/função?

##### **PARA OS DISCENTES**

- 3- Qual a sua idade?
- 4- Qual a sua série?

#### **Bloco – B – Acompanhamento, Avaliação, gestão e consumo da Alimentação Escolar e sua relação com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local.**

## APÊNDICE B



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA 1 GESTOR(A) ESCOLAR, NUTRICIONISTA(S) E MERENDEIRA(S)

#### **Bloco A – Dados de identificação:**

1. Qual a sua formação? \_\_\_\_\_
2. Qual a sua função? \_\_\_\_\_

#### **Bloco B - Acompanhamento, Avaliação, gestão e consumo da Alimentação Escolar e sua relação com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local:**

1. A Secretaria de Educação do Município de Salvador oferece/dá o suporte necessário para atender à Alimentação Escolar dos discentes nesta Unidade Escolar?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  )
2. Os produtos fornecidos para o preparo da Alimentação Escolar, atendem à demanda dos alunos(as), conforme o cardápio, em quantidade e qualidade?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  )
3. A Secretaria de Educação fornece alimentos para Alimentação Escolar oriundos da Agricultura Familiar?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  ).
4. Os produtos da Agricultura Familiar são originários da Ilha de Bom Jesus e Região?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  )
5. Há relação entre a comida local “Cultura Alimentar local” consumida pela comunidade e a Alimentação Escolar oferecida nesta Unidade Escolar?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  ).
6. O cardápio proposto contém comida de azeite e frutos do mar e a comida local consumida pela comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  )
7. O planejamento do cardápio definido pela equipe de nutricionistas permite alteração entre os insumos/ingredientes disponíveis, e são relacionados à Agricultura Familiar e à cultura da comida consumida pela comunidade?
  - a) SIM (  );
  - b) NÃO (  )

8. Os insumos/ingredientes disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município de Salvador atendem à demanda para preparação da Alimentação Escolar, e em variedade de cardápios definidos. E, caso tenham que ser alterados para atender a Cultura Alimentar local e associados à Agricultura Familiar, encontra-se dificuldades?

a) SIM (  );

b) NÃO (  )

9. Os(as) alunos(as) respondem “positivamente”, quando/e se há variação do cardápio da Alimentação Escolar, se alterado em função da Cultura Alimentar local?

a) SIM (  );

b) NÃO (  )

10. O art. 14 da Lei n. 11.947/2009 dispõe que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Na composição do cardápio da Alimentação Escolar contém produtos adquiridos da Agricultura Familiar local?

a) SIM (  );

b) NÃO (  )

11. Quando há eventos na escola, como gincanas, festas e atividades de integração entre alunos e comunidade escolar, os(as) alunos(as) são estimulados(as) a desenvolver atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local?

a) SIM (  );

b) NÃO (  )

12. Para que se possa proporcionar um cardápio variado, saudável e, principalmente, respeitando a Agricultura Familiar e o fortalecimento da cultura local, em especial, nos bairros e localidades periféricas, baseado na legislação pertinente à Alimentação Escolar, o que se pode propor para valorizar o movimento da Agricultura Familiar, desenvolvimento e Cultura Alimentar local?

## APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

### **INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA 2 – QUESTÕES ALUNOS/ALUNAS**

#### **Bloco A – Dados de identificação:**

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua série?

#### **Bloco B - Acompanhamento, avaliação, gestão e consumo da Alimentação Escolar e sua relação com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local:**

1. Você gosta da Alimentação Escolar da sua Escola?
  - a) SIM ( );
  - b) NÃO ( )
2. Você acha que a sua escola fornece uma Alimentação Escolar boa e saudável?
  - a) SIM ( );
  - b) NÃO ( )
3. Seu pai, mãe ou parente é pescador, marisqueira(o)/agricultor?
  - a) SIM ( );
  - b) NÃO ( )
4. Você conhece a Agricultura Familiar?
  - a) SIM ( );
  - b) NÃO ( )

5. Você acha que tem a ver a Agricultura Familiar, comida local e a Alimentação Escolar oferecida na sua escola?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

6. Você gosta de comida saudável ( ); não tem preferência ( ); da comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos e da região ( )?

7. Você consegue dizer 3 (três) comidas mais consumidas aqui em Bom Jesus e quais você mais gosta? Se sim, quais?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

8. Você gosta quando é servida na escola comida com azeite, frutos do mar e comida da Ilha de Bom Jesus dos Passos?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

9. Quando alteram/mudam o cardápio da Alimentação Escolar e há comidas que lembram festas daqui de Bom Jesus dos Passos e outras festas, como Semana Santa/São João/Santos Antônio e etc., você gosta?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

10. Você sabe se a Secretaria de Educação fornece alimentos para Alimentação Escolar que vem da Agricultura Familiar?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

10. Nas comemorações, como festas (Semana Santa/São João/Santos Antônio, Natal, Carnaval e etc.), gincanas e outras atividades de integração, vocês são estimulados(as) a desenvolver atividades relacionadas à Agricultura Familiar e cultura da comida local da comunidade?

a) SIM ( );

b) NÃO ( )

## APÊNDICE D



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

**Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.**

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Participante: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade n.: \_\_\_\_\_ Sexo: F (  ) M (  )

Data de Nascimento: / /

Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone(s): (  ) \_\_\_\_\_ / (  ) \_\_\_\_\_

#### II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa: **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS/SALVADOR/BA**, de responsabilidade do professor da Educação Básica e pesquisador MANOEL DOS SANTOS FILHO, mestrando da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo: investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, potencializando a economia solidária e alimentação saudável oferecida nas escolas das redes públicas.

A realização desta pesquisa, almeja-se contribuir na área de gestão escolar, com foco na Agricultura Familiar e Cultura Alimentar nativa e os reflexos na gestão da Alimentação Escolar da Escola Municipal em questão, na busca da compreensão e melhorias nos seus resultados e colaborem efetivamente do ponto de vista social, proporcionando benefícios para o coletivo. A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem de investigação qualitativa/quantitativa, que será realizada através de estudo de caso. Como instrumentos para a pesquisa, serão utilizados: análise documental, observações, questionários e entrevistas.

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado a participar desta pesquisa, pois é integrante deste estabelecimento de ensino e vivencia suas experiências de contato direto com a Alimentação Escolar, seu espaço de convivência diário com outros(as) alunos(as) (colegas), Direção da escola e com a(s) merendeira(s) do estabelecimento de ensino. Assim, as

informações e conhecimento acerca da Alimentação Escolar fornecida nesta escola por este(a) aluno(a) é fundamental para as impressões que este estudo revelará e resultará.

O(A) Sr.(a) tem a plena liberdade de recusar a participação do seu(sua) filho(a) ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que ele(a) recebe nesta entrevista, que será realizada na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

Caso aceite integrar esta pesquisa, a participação do seu(sua) filho(a) consiste em responder às perguntas de um questionário/entrevista destinado aos(às) alunos(as) do estabelecimento de ensino relativas à Alimentação Escolar fornecida na Escola em questão. Por isso, solicito autorização para registros das respostas e, se for o caso, comprometendo-me a estabelecer procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da(s) comunidade(s)s, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

As etapas da pesquisa serão: a discussão teórica sobre os principais conceitos que o estudo busca, com a análise da legislação sobre a Alimentação Escolar, contato com a Direção da Escola para autorização da realização da pesquisa e com o(s)(a)(s) nutricionista(s) da rede da escola, para explicar os objetivos do estudo e aplicação dos Termos de Consentimento Livre esclarecido – TCLE, Termo de Assentimento do Menor, para as entrevistas e questionários. Para os(as) alunos(as), além de aplicação dos questionários, a ciência e a autorização dos seus pais. Por fim, a análise e tabulação dos dados.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. De tal modo, que, durante a execução das entrevistas poderão acontecer possíveis desconfortos, como: possibilidade de constrangimento ao responder às perguntas, por não saber respondê-las ou por timidez ao responder às questões relacionadas à produção alimentícia; cansaço, medo de ser identificado(a); insegurança ou mal-estar; alteração de comportamento durante a gravação de áudio; ou qualquer situação que interfira no bem-estar dos(as) participantes.

Considerando que o pesquisador buscará mediar de forma atenta e participativa essa integração, possíveis atos serão minimizados, assim que forem percebidos, através do diálogo e/ou suspensão imediata da pesquisa, podendo ser retomada em momento posterior, após serem resolvidos os desconfortos. O pesquisador proporcionará a organização de ambiente para que os participantes se sintam confortáveis. Caso ocorra alguma situação que abale o estado emocional dos(as) participantes, possibilitando reavaliação do método e a comunicação ao conselho de ética da instituição de estudo, se necessário, para qualquer fato relevante que altere os procedimentos; à mediação para possibilitar o respeito entre os(as) participantes; aos sinais verbais e não verbais de desconfortos e que, para fins de minimizá-los, possibilitará garantir local reservado e liberdade para não responder às questões, caso considere constrangedoras; ao respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como aos hábitos e costumes próprios da comunidade.

Cabe salientar, que a(s) gravação(ões) de áudio(s) durante a entrevista semiestruturada será(ão) exclusivamente para uso com fins científicos, no que tange à observação e à análise das informações dos(as) participantes. Com isso, a gravação do áudio será descartada em momento posterior.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: Os encontros aqui propostos têm como benefícios a possibilidade da participação de representantes da comunidade: Pais, Discentes, Gestores, Nutricionista(s), Merendeira(s) integrados(as) nos processos de agenciamento/preparação/monitoramento/mapeamento e compreensão da funcionalidade do alimento neste processo integrado com a Agricultura Familiar e Cultura Alimentar local desses alunos, com vista a contribuir com a gestão da Alimentação Escolar na

Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA e no sentido da melhoria da qualidade do ensino público municipal.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a participação do(a) seu(ua) filho(a), consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. E garantimos ao(à) seu(sua) filho(a) e seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido à participação deste(a) na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, seu filho(a).

Asseguramos ao seu(sua) filho(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/índiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade da participação do seu(ua) filho(a) e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a) pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Manoel dos Santos Filho, a qualquer tempo para informação adicional no endereço disponibilizado abaixo e, também, pode contatar com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual da Bahia - UNEB e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente.

### **III - INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.**

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Manoel dos Santos Filho

Endereço: Rua Professor Alfredo Rocha, 634 – Ap. 301 – Edf. Otília – Vila Laura

Cidade: SALVADOR – BA - CEP: 40.270-150

**Telefones:** 71 992717779 (WhatsApp) 71988356631, E-mail: mano.filho0711@gmail.com

**ORIENTADOR DA PESQUISA:** Professor Dr. Antônio Dias Nascimento

Endereço: Rua Monsenhor Eugênio Veiga, 145, T. Flora – Ap. 1.401 – Alto do Itaigara

Cidade: SALVADOR – BA - CEP: 41.815-120

**Telefone:** 71 98794-5177 (WhatsApp), E-mail: adnascimento@uneb.br

**Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB:** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-Ba. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a). e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

### **CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Declaro que concordo que meu(minha) filho(a)

---

(nome completo do menor de 18 anos) participe desta pesquisa.

Salvador,        /        / 2024.

---

Assinatura do responsável Legal

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

## APÊNDICE E



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

### TERMO DE ASSENTIMENTO DO(A) MENOR

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Participante: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade n.: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone(s): ( ) \_\_\_\_\_ / ( ) \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS/SALVADOR/BA**, de responsabilidade do professor da Educação Básica e pesquisador MANOEL DOS SANTOS FILHO, mestrando da Universidade do Estado da Bahia. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber como a Agricultura Familiar influencia a Alimentação Escolar na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, para analisar como as práticas de gestão da Alimentação Escolar têm relação com a Agricultura Familiar e a Cultura Alimentar local. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você será entrevistado(a) para responder a um questionário que terá perguntas sobre a Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e a Cultura Alimentar da Ilha e na sua escola. É possível que você se sinta constrangido(a) ou desconfortável e, caso você queira, poderá desistir e o pesquisador irá respeitar sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização desta pesquisa, pois sua efetivação poderá vir com resultados favoráveis e que colaborem efetivamente do ponto de vista social, proporcionando benefícios para o coletivo.

Não revelaremos a outros(as) pessoas que não sejam da escola ou não saberão que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos(as) as informações que você nos der. Os resultados do estudo vão ser publicados, mas sem



## APÊNDICE F



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme  
Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Participante: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade n.: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Data de Nascimento:     /     /

Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone(s): ( ) \_\_\_\_\_ / ( ) \_\_\_\_\_

#### II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS/SALVADOR/BA**, de responsabilidade do professor da Educação Básica e pesquisador MANOEL DOS SANTOS FILHO, mestrando da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo: é investigar como se efetiva a incorporação dos produtos gerados pela Agricultura Familiar na Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, potencializando a economia solidária, a alimentação saudável oferecida nas escolas das redes públicas, à compreensão da tríade Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e Cultura Alimentar, junto aos sujeitos da escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães da comunidade da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

As etapas da pesquisa serão: a discussão teórica sobre os principais conceitos que a pesquisa busca, com a análise da legislação sobre a Alimentação Escolar, contato com a Direção da Escola para autorização da realização da pesquisa e com o(a) nutricionista da rede da escola, para explicar os objetivos do estudo e aplicação dos Termos de Consentimento Livre esclarecido – TCLE, Termo de Assentimento do Menor, para as entrevistas e questionários. Para os alunos, além de aplicação dos questionários, a ciência e a autorização dos seus pais. Por fim, a análise e tabulação dos dados.

Com a realização desta pesquisa, almeja-se contribuir na área de gestão escolar, com foco na Agricultura Familiar e Cultura Alimentar nativa e os reflexos obtidos na Alimentação Escolar nesses(as) alunos(as), e que se busquem melhorias nos seus resultados e colaborem efetivamente do ponto de vista social, proporcionando benefícios para o coletivo. A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem de investigação qualitativa/quantitativa, que será realizada através de estudo de caso. Como instrumentos para a pesquisa, serão utilizados: análise documental, observações, questionários e entrevistas.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: Os encontros aqui propostos têm como benefícios a possibilidade da participação de representantes da comunidade: Pais, Discentes, Gestores, Nutricionistas, Merendeiras integrados(as) nos processos de agenciamento/preparação/monitoramento/mapeamento e compreensão da funcionalidade do alimento nos processos que envolvem esses alunos, com vista a contribuir com a Gestão da Alimentação Escolar na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA e no sentido da melhoria da qualidade do ensino público municipal.

Você/o(a) Senhor/Senhora está sendo convidado a participar desta pesquisa, pois é integrante deste estabelecimento de ensino e vivencia suas experiências de contato direto com a Alimentação Escolar, seu espaço de convivência diário com outros alunos (colegas), Direção da escola e com a merendeira do estabelecimento de ensino. Assim, as informações e conhecimento acerca da Alimentação Escolar fornecida nesta escola pelo(a) participante desta pesquisa é fundamental para as impressões que este estudo revelará e resultará.

Você/o(a) Senhor/Senhora tem a plena liberdade de recusar a participação ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que receberá nesta entrevista, que será realizada na Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, na Ilha de Bom Jesus dos Passos – Salvador/BA.

Caso aceite integrar esta pesquisa, a sua participação consiste em responder às perguntas de um questionário/entrevista destinado aos(as) alunos(as) do estabelecimento de ensino relativas à Alimentação Escolar fornecida na Escola em questão. Por isso, solicito autorização para registros das respostas e, se for o caso, comprometendo-me a estabelecer procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. De tal modo, que, durante a execução das entrevistas, poderão acontecer possíveis desconfortos, como: possibilidade de constrangimento ao responder às perguntas, por não saber respondê-las ou por timidez ao responder às questões relacionadas à produção alimentícia; cansaço, medo de ser identificado(a); insegurança ou mal-estar; alteração de comportamento durante a gravação de áudio; ou qualquer situação que interfira no bem-estar dos(as) participantes.

Considerando que o pesquisador buscará mediar de forma atenta e participativa essa integração, possíveis atos serão minimizados, assim que forem percebidos, através do diálogo e/ou suspensão imediata da pesquisa, podendo ser retomada em momento posterior, após serem resolvidos os desconfortos. O pesquisador proporcionará a organização de ambiente para que os participantes se sintam confortáveis. Caso ocorra alguma situação que abale o estado emocional dos(as) participantes, possibilitando reavaliação do método e a comunicação ao conselho de ética da instituição de estudo, se necessário, para qualquer fato relevante que altere os procedimentos; à mediação para possibilitar o respeito entre os(as) participantes; aos sinais verbais e não verbais de desconfortos e que, para fins de minimizá-los, possibilitará garantir local reservado e liberdade para não responder às questões, caso

considere constrangedoras; ao respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como aos hábitos e costumes próprios da comunidade.

Cabe salientar, que a(s) gravação(ões) de áudio(s) durante a entrevista semiestruturada será(ão) exclusivamente para uso com fins científicos, no que tange à observação e à análise das informações dos(as) participantes. Com isso, a gravação do áudio será descartada em momento posterior.

Se julgar necessário, Você/o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua/Vossa participação nesta pesquisa, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. E garantimos, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido à participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante.

Asseguramos, também, ao(à) participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr.(a) a manutenção do sigilo e da privacidade da participação do seu(ua) filho(a) e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Caso aceite, Você/o(a) Senhor(a) será acompanhado(a) pelo aluno, Manoel dos Santos Filho, do curso de Pós-Graduação - Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia. Devido à coleta de informações, o(a) Senhor(a) poderá se sentir constrangido(a) ou desconfortável. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, Você/o(a) Senhor(a) não será identificado(a). Caso queira, poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Instituição. Quaisquer dúvidas que Você/o(a) Senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e Você/o(a) Senhor(a) caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Você/O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste termo, onde consta o contato do(s) pesquisador(es), que poderá(ão) tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

### III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Manoel dos Santos Filho

Endereço: Rua Professor Alfredo Rocha, 634 – Ap. 301 – Edf. Otília – Vila Laura

Cidade: SALVADOR – BA - CEP: 40.270-150

Telefones: (71) 992717779 (WhatsApp) (71)988356631, E-mail: mano.filho0711@gmail.com

ORIENTADOR DA PESQUISA: Professor Dr. Antônio Dias Nascimento

Endereço: Rua Monsenhor Eugênio Veiga, 145, T. Flora – Ap. 1.401 – Alto do Itaigara

Cidade: SALVADOR – BA - CEP: 41.815-120

Telefone: 71 98794-5177 (WhatsApp), E-mail: adnascimento@uneb.br

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-Ba. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício EX-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF.

#### IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação no estudo: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - SALVADOR/BA, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário(a) consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra via a mim.

Salvador, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

\_\_\_\_\_  
Orientando: Manoel dos Santos Filho

\_\_\_\_\_  
Coorientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski.

ANEXO A



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGeduc)

Departamento de Educação – Campus I

CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2024



CARDÁPIO - MERENDA SALVADOR  
FUNDAMENTAL I (CARD 5) / FUNDAMENTAL II (CARD 7)  
QUILOMBOLA



MARÇO / 2024

SISTEMA: COD 8304/8005/8306

SEGUNDA-FEIRA 2/26/2024	TERÇA-FEIRA 2/27/2024	QUARTA-FEIRA 2/28/2024	QUINTA-FEIRA 2/29/2024	SEXTA-FEIRA 3/1/2024
0	0	0	0	Sanduíche de carne (carne moída, soja e cenoura) e suco de laranja
SEGUNDA-FEIRA 3/4/2024	TERÇA-FEIRA 3/5/2024	QUARTA-FEIRA 3/6/2024	QUINTA-FEIRA 3/7/2024	SEXTA-FEIRA 3/8/2024
Mingau de amido de milho + biscoito + melancia	Ensopado de frango com legumes (cenoura e chuchu), feijão e arroz	Cuscuz de tapioca + café com leite + melancia	Macarrão e bolonhesa (carne moída e soja) + salada de azeitona e tomate	Ricota de carne (carne moída e soja) e salada de azeitona e beterraba
SEGUNDA-FEIRA 3/11/2024	TERÇA-FEIRA 3/12/2024	QUARTA-FEIRA 3/13/2024	QUINTA-FEIRA 3/14/2024	SEXTA-FEIRA 3/15/2024
Vitamina de frutas (banana e mamão) e biscoito	Isca de fígado, arroz, feijão com salada (azeitona e tomate)	Mingau de Milho + Biscoito + Banana	Fajada escolar (carne suína e calabresa), arroz e larafa de cenoura	Dessert de laticínio + chocolateado + melancia
SEGUNDA-FEIRA 3/18/2024	TERÇA-FEIRA 3/19/2024	QUARTA-FEIRA 3/20/2024	QUINTA-FEIRA 3/21/2024	SEXTA-FEIRA 3/22/2024
Sopa de feijão com legumes (cenoura, abóbora e batata) e massa	Stroganoff de frango, arroz e salada de beterraba e cenoura	Milksake de goiaba + biscoito + mamão	Macaronada de frango e salada de azeitona e tomate	Arroz doce + laranja
SEGUNDA-FEIRA 3/25/2024	TERÇA-FEIRA 3/26/2024	QUARTA-FEIRA 3/27/2024	QUINTA-FEIRA 3/28/2024	SEXTA-FEIRA 3/29/2024
Cuscuz sertanejo, café com leite e melancia	Bolinho individual e milkshake de goiaba	Moqueca de peixe com legumes (chuchu e cenoura), arroz, canunha escolar, feijão fradinho, farofa	PONTO FACULTATIVO	FERIADO

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS

Fonte: TACO

FUNDAMENTAL I (CARD 5)	Energia	CHD	Fibra	Proteína	Gorduras totais
QUILOMBOLA	8	2	0	0	0
Média - Semana 1	54,81	17,56	1,01	2,34	0,71
Média - Semana 2	144,26	37,81	1,74	5,51	3,01
Média - Semana 3	123,38	38,09	1,47	8,45	3,72
Média - Semana 4	129,41	41,49	1,48	6,03	3,97
Média - Semana 5					
MÉDIA MENSA	104,60	36,39	0,83	3,32	1,84

\*CARDÁPIO SUJEITO À ALTERAÇÕES

Juliana Garcia Almeida  
Nutricionista CRN - 6388  
Coordenadora de Alimentação Escolar  
Matrícula 3169711  
26/02/24

Carla Badard  
Nutricionista  
CRN 48871/06  
26/02/24



CARDÁPIO - MERENDA SALVADOR  
FUNDAMENTAL I (CARD 5) / FUNDAMENTAL II (CARD 7)  
QUILOMBOLA



ABRIL / 2024

SISTEMA: COD 8005

SEGUNDA-FEIRA 4/1/2024	TERÇA-FEIRA 4/2/2024	QUARTA-FEIRA 4/3/2024	QUINTA-FEIRA 4/4/2024	SEXTA-FEIRA 4/5/2024
Cuscuz de tapioca + chocolate gelado + melancia	Ensopado de frango com legumes (tataeta e abóbora), feijão e arroz	Pão com ovo + Suco de manga	Risoto de carne moída com soja + Salada cozida de abóbora	Cuscuz de milho com leite de coco + café com leite + massa
SEGUNDA-FEIRA 4/8/2024	TERÇA-FEIRA 4/9/2024	QUARTA-FEIRA 4/10/2024	QUINTA-FEIRA 4/11/2024	SEXTA-FEIRA 4/12/2024
Vitamina de frutas (banana, mamão e leite em pó) e biscoito	Carne de panela + macarrão + salada crua (azeitona e cenoura)	Sanduíche de carne (carne moída, soja e cenoura) + suco de goiaba	Moqueca de peixe com legumes (chuchu e cenoura), arroz, feijão fradinho, farofa	Mungunzá + biscoito + meio
SEGUNDA-FEIRA 4/15/2024	TERÇA-FEIRA 4/16/2024	QUARTA-FEIRA 4/17/2024	QUINTA-FEIRA 4/18/2024	SEXTA-FEIRA 4/19/2024
Milk shake de goiaba + biscoito + melancia	Batata doce + café com leite + laranja	Feijoada escolar (carne suína e calabresa), arroz e larafa	Arroz doce + biscoito + mamão	Stroganoff de frango, arroz e salada de cenoura e beterraba.
SEGUNDA-FEIRA 4/22/2024	TERÇA-FEIRA 4/23/2024	QUARTA-FEIRA 4/24/2024	QUINTA-FEIRA 4/25/2024	SEXTA-FEIRA 4/26/2024
Mingau de milho + biscoito + melancia	Copa bimbo + arroz + feijão (ropeiro + salada crua (azeitona e tomate)	Cuscuz sertanejo (flocos de milho, calabresa e temperos) + chocolate gelado	Isca de fígado ao molho de batatas + macarrão + feijão + salada crua (azeitona e tomate)	Umbuzada (papa de umbu e leite em pó) + biscoito rosquinha + laranja
SEGUNDA-FEIRA 4/29/2024	TERÇA-FEIRA 4/30/2024	QUARTA-FEIRA 5/1/2024	QUINTA-FEIRA 5/2/2024	SEXTA-FEIRA 5/3/2024
Vitamina de frutas (banana e mamão) e biscoito	Alpin com manteiga + café com leite + melão	0	0	0

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS

Fonte: TACO

FUNDAMENTAL I (CARD 5)	Energia	CHD	Fibra	Proteína	Gorduras totais
QUILOMBOLA	8	2	0	0	0
Média - Semana 1	68,81	23,55	0,23	0,84	0,76
Média - Semana 2	118,26	33,81	1,74	5,51	3,01
Média - Semana 3	123,38	38,09	1,47	8,45	3,72
Média - Semana 4	129,41	41,49	1,48	6,03	3,97
Média - Semana 5					
MÉDIA MENSA	104,60	36,39	0,83	3,32	1,84

\*CARDÁPIO SUJEITO À ALTERAÇÕES

Carla Badard  
Nutricionista / Coordenadora  
CRN - 4887  
IMC Serviços e Terceirizações

Juliana Garcia Almeida  
Nutricionista CRN - 6388  
Coordenadora de Alimentação Escolar  
Matrícula 3169711

## ANEXO B



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Departamento de Educação – Campus I

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL




**ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

Secretaria Municipal de Educação  
 Gerência Regional de Educação – GRE Subúrbio II  
 1107 - Escola Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães INEP 29184320  
 End. Rua Comendador Neiva- Bom Jesus dos Passos Tel. 3202-0452  
 E-mail: emdracm@educacaosalvador.net

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO  
 INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE**

Autorizo o pesquisador **Manoel dos Santos Filho** a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **A CULTURA ALIMENTAR NATIVA NA GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS – SALVADOR/BA**, o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Declaro estar ciente que a instituição é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador, 03 de julho de 2023.

  
 Assinatura e carimbo do responsável institucional  
**ISABEL CRISTINA C. BORGES**  
 Diretora  
 Ref. 056/2023/ Cod. 1107-03  
 Matr. 3091159